

Política Externa Russa para o conflito moldavo-transnístrio

Leonor Coelho Duarte Meira

Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais

Maior, 2021

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, especialização em Relações Internacionais, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor António Horta Fernandes e co-orientação da Professora Doutora Maria Raquel Freire.

O trabalho desenvolvido no âmbito desta dissertação de mestrado enquadra-se nas actividades do Centro de Excelência Jean Monnet “Peace Relations, Ontologies and Narratives in Europe: EU and its Eastern Neighbours” (PRONE), 611269- EPP-1-2019-1-PT-EPPJMO-CoE, Universidade de Coimbra. O apoio da Comissão Europeia à produção desta publicação não constitui um aval do seu conteúdo, que reflecte unicamente o ponto de vista da autora, e a Comissão não pode ser considerada responsável por eventuais utilizações que possam ser feitas com as informações nela contidas.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos meus orientadores, o Professor Doutor António Horta Fernandes e a Professora Doutora Maria Raquel Freire, pelas sugestões, disponibilidade e paciência que sempre demonstraram no acompanhamento da presente dissertação.

Agradeço também o apoio e o interesse demonstrado na minha dissertação do Centro de Excelência Jean Monnet “Peace Relations, Ontologies and Narratives in Europe: EU and its Eastern Neighbours” (PRONE) da Universidade de Coimbra.

Gostaria também de agradecer à minha família por todo o apoio ao longo do meu percurso académico. Um agradecimento especial à minha mãe e à Marta pela leitura dos rascunhos prévios desta dissertação.

Por último, aos meus amigos, por toda a força que me deram.

Política Externa Russa para o conflito moldavo-transnístrio

The Russian Foreign Policy for the conflict between Moldova and Transnistria

Leonor Duarte Meira

RESUMO

A República Moldava da Transnístria é uma região separatista integrada no território da Moldova. O conflito entre as partes permanece por resolver desde 1992, altura em que se envolveram numa curta guerra após a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas que culminou com o estabelecimento deste Estado de facto em solo moldavo. A presente dissertação pretende demonstrar que a pedra basilar da sobrevivência da Transnístria é a Federação Russa que actua como protectora da região separatista no domínio militar, económico e político. Na análise do interesse russo na região, é utilizada uma abordagem neo-realista, na qual é ponderado o peso de competição geopolítica com o Ocidente, e uma abordagem construtivista, onde é conferida importância à questão da identidade e das percepções.

Palavras-Chave: Moldova; Transnístria; Rússia; Conflitos Congelados; Espaço Pós-Soviético; Estado de facto

ABSTRACT

The Transnistrian Moldovan Republic is a separatist region that is part of the Moldovan territory. The conflict between Moldova and Transnistria remains unsolved since 1992, when the two sides engaged in a brief war after the dissolution of the Union of Soviet Socialist Republics that ended with the establishment of this de facto State in Moldovan territory. The aim of this dissertation is to demonstrate that the cornerstone of the Transnistria survival is the Russian Federation, which acts as the protector of the region in the military, economic and political field. In order to understand the Russian interest in this region, this research uses the neorealist theory, arguing about the importance of the geopolitical competition with the Western powers, and a social constructivist theory, where the issue of identities and perceptions is highlighted.

Keywords: Moldova; Transnistria; Russia; Frozen Conflicts; Near Abroad; de facto State

Índice

AGRADECIMENTOS	II
RESUMO	IV
ABSTRACT	IV
ÍNDICE DE FIGURAS	VI
LISTA DE ABREVIATURAS	VII
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1: ENQUADRAMENTO TEÓRICO	3
1.1 - GRANDES CONCEITOS: CONFLITO, CONFLITO CONGELADO E ESTADOS DE FACTO	3
1.2 – INTRODUÇÃO À NOÇÃO DE CONFLITO	3
1.3 - CONFLITO CONGELADO	10
1.4 - ESTADOS DE FACTO	16
CAPÍTULO 2: CONFLITO MOLDAVO-TRANSNÍSTRIO	21
2.1 - HISTÓRIA ANTIGA DA MOLDOVA	22
2.1.1 - União da Bessarábia com a Roménia	26
2.1.2 - Período entre as Guerras	27
2.1.3 - União Soviética e a Bessarábia	29
2.1.4 – Independência	32
2.2 – HISTÓRIA DO CONFLITO ENTRE A MOLDOVA E A TRANSNÍSTRIA	35
2.3 – CARACTERÍSTICAS DA TRANSNÍSTRIA ENQUANTO ESTADO DE FACTO	43
2.4 – APOIO ECONÓMICO DA RÚSSIA À TRANSNÍSTRIA	52
CAPÍTULO 3: POSIÇÕES INTERNACIONAIS	57
3.1 – POSIÇÃO DA RÚSSIA	57
3.2 – POSIÇÃO DA UCRÂNIA	68
3.3 - POSIÇÃO DA ROMÉNIA	75
3.4 – POSIÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA	80
3.5 – MOLDOVA: ENTRE A RÚSSIA E O OCIDENTE	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
BIBLIOGRAFIA	121

Índice de Figuras

FIGURA 1 - PRINCIPADO DA MOLDÁVIA NO SÉCULO XV	22
FIGURA 2 - DIVISÃO DO PRINCIPADO DA MOLDÁVIA	24
FIGURA 3 - REPÚBLICA SOCIALISTA SOVIÉTICA DA MOLDÁVIA	30
FIGURA 4 - MAPA DA TRANSNÍSTRIA.....	44

Lista de Abreviaturas

- CEI – Comunidade de Estados Independentes
- CSCE – Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa
- DCFTA – *Deep and Comprehensive Free Trade Areas*
- EUA – Estados Unidos da América
- EUBAM – *European Union Border Assistance Mission*
- NATO – *North Atlantic Treaty Organization*
- RSSAM - República Socialista Soviética Autónoma da Moldávia
- RSSM – República Socialista Soviética da Moldávia
- ONG – Organização não-Governamental
- ONU – Organização das Nações Unidas
- OSCE – Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
- PCA – Preferências Comerciais Autónomas
- PEV – Política Europeia de Vizinhança
- PMR – *Pridnestrovskaia Moldavskaia Respublika*
- UE – União Europeia
- URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

INTRODUÇÃO

A dissertação ora apresentada não segue o novo Acordo Ortográfico, por decisão da autora.

A presente investigação tem como tema principal a política externa russa para o conflito moldavo-transnístrio.

A dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, no final do século XX, foi um marco histórico sentindo-se ainda hoje as suas consequências. Após o seu desmembramento, formaram-se 15 novos Estados, incluindo a Federação Russa, alterando assim toda a dinâmica de poderes existentes. Alguns destes novos Estados, mal preparados e com várias minorias étnicas, viram crescer movimentos separatistas dentro dos seus territórios. A Moldova é um destes casos que, a par com a sua independência, ganhou a responsabilidade de incorporar uma região, a Transnístria, com pouca ligação histórica à Moldova. A aspiração independentista da Transnístria teve o seu auge no início dos anos 90, altura em que se deu o conflito armado. Desde essa data este conflito tem permanecido congelado.

A política externa russa para o “estrangeiro próximo” é amplamente investigada no meio académico, todavia o caso concreto do conflito congelado entre a Moldova e a Transnístria despertou a minha curiosidade por ser um tema que tem merecido menos atenção por parte dos investigadores académicos e da comunidade internacional. Esta investigação pretende assim analisar as motivações que levaram a este conflito, bem como procurará compreender a influência russa no mesmo.

Tendo em conta o que foi acima apresentado, a pergunta de partida desta investigação é formulada da seguinte maneira: “De que forma a Rússia interferiu no conflito moldavo-transnístrio entre 2003 e 2019?”.

Com esta pergunta em mente, interessa-nos compreender qual a motivação da Rússia no auxílio à Transnístria e sob que forma o faz. O limite temporal foi escolhido com vista a abranger os processos mais relevantes de resolução de conflito e, ao mesmo tempo, assegurar que esta investigação se mantém actual e relevante.

Contudo, a pergunta de partida não é suficiente para guiar a investigação deste estudo de caso. Desta forma impõem-se abrir novas perguntas, tais como: Que mudanças surgiram com a passagem do tempo? O contexto interno da Moldova e da Transnístria criaram condições para uma evolução na estratégia russa? Qual a relevância do contexto internacional para a interferência russa neste conflito? Qual a percepção dos

intervenientes directos e das organizações internacionais? Qual é o interesse geopolítico na Moldova? Assim, neste trabalho de investigação propomo-nos a responder a todas estas questões, de forma a que possamos ter uma visão abrangente deste conflito congelado e da assistência externa que a Rússia proporciona, de modo a compreendermos as dinâmicas políticas e de segurança associadas à política russa para esta área.

No que concerne à metodologia, este trabalho de investigação privilegia a análise de artigos científicos, livros especializados nesta temática e relatórios de organizações internacionais.

Quanto à estrutura desta dissertação a mesma é efectuada da seguinte forma, no primeiro capítulo encontra-se o enquadramento teórico, onde são tratadas as definições de conflito, conflito congelado e Estados de facto. Este capítulo pretende facultar ao leitor um conjunto de ferramentas para que melhor possa interpretar o conflito e as especificidades da Transnístria.

O segundo capítulo tem o intuito de analisar o conflito moldavo-transnístrio. Todavia, de forma a que se possa compreender o que motivou o conflito, será feita uma abordagem à história da Moldova, fazendo-se a ponte entre a mesma e os envolvidos no estudo de caso, onde será possível observar as ligações entre a Moldova, a Transnístria, a Roménia, a Rússia e a Ucrânia. De seguida, procede-se a uma breve explanação da história do conflito que se revelará fulcral para, mais adiante, compreendermos os esforços internacionais para o processo de resolução do conflito. Ainda neste capítulo, serão tratadas as especificidades da Transnístria enquanto Estado de facto e estudadas as suas aspirações, a par com a análise do apoio económico que a Federação Russa confere à região.

Após esta análise, o terceiro capítulo incidirá sobre as posições internacionais, nomeadamente da Roménia, da Ucrânia, da Rússia e da União Europeia. De seguida, passaremos a uma pequena reflexão sobre o xadrez da relação entre os Estados Unidos, a Europa e a Rússia na região, que se revela crucial para melhor entendermos as acções da Rússia neste conflito. Neste capítulo, serão ainda abordados os esforços internacionais de resolução deste conflito congelado, onde será destacado o Memorando Kozak que teve lugar em 2003.

No quarto e último capítulo, serão onde se encontram vertidas as considerações finais e o resumo das principais conclusões. Neste capítulo, serão destacados os pontos mais relevantes tendo em vista a resposta à pergunta de partida, e às perguntas secundárias.

CAPÍTULO 1: Enquadramento teórico

1.1 - Grandes Conceitos: Conflito, Conflito Congelado e Estados de facto

Antes de se iniciar a presente investigação, importa esclarecer os conceitos nos quais este trabalho se irá focar e que são os seguintes: Conflito, Conflito Congelado e Estados de facto. Este capítulo pretende assim sistematizar um conjunto de fenómenos no campo da Ciência Política e Relações Internacionais, relevantes para a compreensão desta dissertação, através da explanação dos referidos contextos que são essenciais para melhor compreensão das especificidades da Transístria e da sua história enquanto região separatista.

Nos subcapítulos subsequentes será feita uma análise inicial sucinta sobre o conceito de conflito, seguindo-se uma análise do conceito de conflito congelado, onde serão aprofundadas as disputas que potencialmente permanecem após um cessar-fogo. Por fim, será realizada uma reflexão sobre as características do sistema internacional pós Segunda Guerra Mundial e a forma como fomentaram a criação dos Estados de facto.

1.2 – Introdução à noção de Conflito

Uma vez que esta dissertação tem como base um conflito, embora congelado, é nosso entendimento que este trabalho deverá ser iniciado com uma breve introdução à temática da conflitualidade antes de se prosseguir com a concepção de conflito congelado.

A explicação do conceito de conflito revela-se uma tarefa árdua, visto que não existe uma teoria clara, inequívoca e universal que elucide o porquê de os seres humanos entrarem numa situação de litígio (Couto, A. 1988:53). Ademais, dentro do conceito de conflito podem cair diversos fenómenos que vão desde guerras, a greves ou motins, o que nos permite concluir que a violência física não está necessariamente presente numa situação de disputa (Couto, A. 1988:54).

Para Lewis Coser, conflito pode ser definido como “uma disputa por valores e reivindicações de estatuto, poder e recursos escassos, em que os objectivos dos oponentes são neutralizar, ferir ou eliminar os seus rivais” (Coser, L. 1956:8). Assim, a intencionalidade é uma das características do conflito, ou seja, é necessário estar presente

o propósito de provocar danos ao adversário para estarmos perante a figura do conflito (Couto, A. 1988:54).

Louis Kriesberg e Bruce Dayton acrescentam ainda que “os conflitos surgem quando uma ou mais pessoas ou grupos manifestam a crença de que possuem objectivos incompatíveis” (Kriesberg, L e Dayton, B. 2011:2).

Apesar de, como vimos anteriormente, caberem no conceito de conflito vários fenómenos distintos, para a presente investigação interessa-nos prosseguir com a teorização da guerra, dado o uso da força e violência que implica, uma vez que é a concepção que melhor se adequa ao estudo de caso escolhido.

Assim, importa definir desde já o conceito de guerra. Sun Tzu, um dos mais destacados pensadores quanto a este tema, afirma que a guerra tem uma importância fulcral para o Estado, visto que dela depende a sua preservação ou a sua aniquilação (Tzu, S. 1963:12).

De acordo com Carl Von Clausewitz a guerra é “um acto de força para obrigar o nosso inimigo a fazer a nossa vontade” (Clausewitz, C. 1979:75). Entende-se por força uma força física, sendo este o recurso utilizado pelas partes quando surge esta forma de litígio (Clausewitz, C. 1979:75). Como está explícito na definição acima apresentada, o objectivo da guerra é coagir o inimigo a cumprir a nossa vontade (Clausewitz, C. 1979:75). Assim, para que isto seja possível, o inimigo deve ficar débil e incapaz de oferecer resistência à persecução do nosso objectivo (Clausewitz, C. 1979:75). Clausewitz defende ainda que “a guerra não é meramente um acto de política, mas um verdadeiro instrumento político”, ou seja, a guerra é um meio para atingir fins políticos (Clausewitz, C. 1979:91).

Porém, o General Abel Cabral Couto discorda da visão apresentada por Clausewitz argumentando que o conceito clausewitzeano de guerra analisa o fenómeno como se este tivesse a tendência de escalar para os extremos e assumir a sua forma absoluta (Clausewitz, C. 1979:75; Couto, A. 1988:77). Para Couto, esta suposição fica clara quando Clausewitz afirma que “a guerra é um acto de força para obrigar o nosso inimigo a fazer a nossa vontade” (Clausewitz, C. 1979:75; Couto, A. 1988:77). Contrariamente, o General Abel Cabral Couto defende que esta tendência de extremismo geralmente não se aplica nas guerras “reais”, uma vez que estas costumam ter objectivos limitados e, como tal, não visam a destruição total da outra parte (Couto, A. 1988:77). Assim, no entender de Couto, a concepção clausewitzeana aplica-se apenas quando estão

em causa os interesses vitais de um Estado tal como é exemplo a sua sobrevivência (Couto, A. 1988:77).

Por outro lado, a definição de guerra que Clausewitz nos apresenta é uma concepção clássica que pressupõe uma luta armada entre as partes (Couto, A. 1988:73). Na concepção clausewitziana, fica claro que a guerra é um meio de coacção, todavia, na perspectiva do General Abel Cabral Couto, não é necessário que o constrangimento se expresse através de força militar (Couto, A. 1988:75). A coacção psicológica sempre esteve presente na guerra, no entanto, nos dias de hoje, ganhou outro relevo (Couto, A. 1988:75). Assim, nas guerras contemporâneas a coacção psicológica complementa a diplomacia e a força militar, podendo inclusive, substituir a violência física (Couto, A. 1988:75).

Adicionalmente, a coacção económica também assumiu um papel central nos dias de hoje, onde é cada vez mais frequente a utilização de métodos de constrangimento tais como as sanções económicas (Couto, A. 1988:75). Uma vez estabelecida a importância da coacção psicológica e económica, no entender de Couto, a concepção de guerra não pode ser limitada à utilização de força física (Couto, A. 1988:76). Todavia, de forma a evitar que caiam no conceito outros fenómenos recorrentes da vida social em democracia como greves ou manifestações, revela-se necessário limitar o conceito de guerra (Couto, A. 1988:76). Desta forma, a luta armada deve representar, pelo menos, uma possibilidade para que estejamos perante o conceito de guerra, ou seja, as partes têm à sua disposição armas e a sua utilização é uma hipótese (Couto, A. 1988:76).

Importa ainda realçar que a guerra pode surgir dentro dos limites territoriais de um Estado, como a história já nos provou repetidamente (Couto, A. 1988:76). Contudo, de forma a ser possível distingui-la de fenómenos de violência associados à vida social, é necessário estabelecer que a “guerra é um acto político, surge de uma situação política e visa um objectivo político” (Couto, A. 1988:76). Acresce que, possui um carácter organizado e intencional, o que permite distingui-la de outras acções de violência espontâneas como são exemplo os motins (Couto, A. 1988:76).

Perante os critérios acima descritos, Couto define a guerra como:

“violência organizada entre grupos políticos, em que o recurso à luta armada constitui, pelo menos, uma possibilidade potencial, visando um determinado fim político, dirigida contra as fontes de poder do adversário e desenrolando-se segundo um jogo contínuo de probabilidades e azares” (Couto, A. 1988:76).

A presente investigação adopta a definição de guerra apresentada pelo General Abel Cabral Couto, uma vez que esta definição abrange outras formas de violência, como a coacção, não se restringindo apenas à acção militar (Couto, A. 1988:76). Tendo em conta que esta dissertação tem como base um conflito congelado, no qual não existe recurso às forças militares, não nos podemos limitar à concepção clássica de guerra, visto que não se aplica ao conflito moldavo-transnístrio nem aos conflitos congelados no geral. Como teremos oportunidade de analisar mais adiante, nos conflitos congelados a coacção psicológica, diplomática, económica e política é recorrente, a par com a ameaça potencial de acção militar, revelando assim semelhanças com o fenómeno de guerra fria (Couto, A. 1988:79). Tanto nos conflitos congelados como nas guerras frias, é inegável a existência de hostilidades e mal-estar entre as partes, no entanto, como não ocorre um confronto armado, estas duas podem ser consideradas como guerras frias. Apesar da ausência de violência física ser o cerne da questão no conceito de conflito congelado, no próximo subcapítulo teremos oportunidade de analisar melhor esta questão e compreender que nem sempre estamos perante este caso nos denominados conflitos congelados.

Não obstante, em ambos os casos, ocorrem acções subtis que poderiam ser entendidas como normais caso não existissem hostilidades, como acções diplomáticas, nomeadamente negociações e declarações; apoio financeiro a pessoas ou partidos políticos; acções psicológicas e acções económicas que tenham relevância no campo político (Couto, A. 1988:79). Assim, a grande diferença entre a denominada guerra fria e os conflitos congelados é que a primeira é um fenómeno internacional, enquanto os segundos ocorrem dentro das fronteiras de um Estado, contudo, não raras vezes existe interferência externa no conflito, como será analisado mais adiante.

Dito isto e uma vez que se encontra estabelecida a definição de guerra, importa referir as teorias das Relações Internacionais sobre esta temática. O General Abel Cabral Couto divide as teorias sobre a guerra em dois grupos: os deterministas e os evolucionistas, os quais também poderiam ser chamados de pessimistas e optimistas conforme refere Kenneth Waltz (Couto, A. 1988:55; Waltz, K. 1959:18). Utilizando a denominação dada por Waltz no primeiro grupo designado como “pessimistas”, enquadra-se Morgenthau, um defensor do realismo clássico, que argumenta que “a política, tal como a sociedade em geral, é governada por leis objectivas que têm origem na natureza humana” (Morgenthau, H. 1993:4). Desta forma, para Morgenthau, a política internacional é caracterizada por uma constante luta de poder onde nem sempre é fácil

manter a paz (Morgenthau, H. 1993:5). Kenneth Waltz resume esta linha de pensamento através da afirmação que a natureza humana é a causa da guerra e, como tal, a paz duradoura nunca poderá ser alcançada (Waltz, K. 2001:29-30).

Todavia, há outra visão dentro deste grupo de pessimistas que difere ligeiramente da acima descrita, sendo os seus defensores frequentemente denominados de neo-realistas. John Mearsheimer, um dos teóricos defensores desta nova visão, argumenta que apesar da competição securitária ser recorrente no sistema internacional a guerra não o é (Mearsheimer, J. 2001: 334). Assim, para Mearsheimer, uma vez que o sistema internacional é anárquico a guerra torna-se intrínseca, visto que os Estados competem por segurança (Mearsheimer, J. 2001:24-31). Como não é possível ter a certeza das intenções dos outros Estados, frequentemente estes têm comportamentos hostis tendo em vista a protecção da sua autonomia e integridade territorial (Mearsheimer, J. 2001:24-31). Mearsheimer defende que a anarquia do sistema internacional é a causa principal da guerra ao contrário dos realistas clássicos, como Morgenthau, que defendem que o motivo da guerra é a própria natureza humana (Mearsheimer, J. 2001:334; Waltz, K. 2001:29-30). Porém, a anarquia sozinha não explica as hostilidades uma vez que existem períodos de paz entre as guerras (Mearsheimer, J. 2001:334). Assim, o autor considera que a distribuição de poder no sistema internacional tem um enorme peso visto que quando o sistema internacional é bipolar, ou seja, com duas grandes potências, há menor propensão para o conflito (Mearsheimer, J. 2001:335).

Waltz é também ele um neo-realista e, como tal, consente que o sistema internacional tem um peso significativo no surgimento de guerras (Waltz, K. 2001:3-12). No entanto, não discorda com os realistas clássicos que afirmam que o Homem é a origem do mal, sendo ele próprio um dos causadores da guerra (Waltz, K. 2001:3-12). Waltz acrescenta ainda que “a paz é o objectivo primário de poucos homens ou estados” (Waltz, K. 2001:236).

Contudo, há pensadores que discordam absolutamente desta visão pessimista das relações internacionais e, atendendo a que a presente investigação se irá também debruçar sobre processos de resolução de conflito, não faria sentido deixar de referir essas teorias denominadas de evolucionistas. As referidas teorias defendem que a paz é possível, ainda que numa visão a longo prazo (Couto, A. 1988:59). Immanuel Kant, um dos mais notáveis pensadores desta corrente, argumenta que a paz é possível afirmando que a “razão (...) absolutamente condena a guerra como um processo moral do ponto de vista legal e, por outro lado, torna o estado de paz como um dever imediato” (Kant, I. 1795:133-134).

Ainda neste sentido, esta corrente declara que a guerra “é um produto de factores materiais e espirituais do homem ou das sociedades humanas e susceptíveis de evolução num sentido favorável a anulação da violência entre os homens” (Couto, A. 1988:55). Assim, a guerra torna-se num meio para a própria resolução do conflito, com vista a alcançar uma paz mais estável (Couto, A. 1988:71). Nesta visão, existe um paradoxo em que a hostilidade conduz à paz, o que, de certo modo, é uma visão interessante que deve ser tida em consideração quando mais à frente abordarmos os conflitos congelados (Couto, A. 1988:71).

Existe ainda outra teoria das relações internacionais que merece destaque nesta investigação - o construtivismo. Nicholas Onuf idealizou a teoria construtivista com base no pressuposto de que as sociedades, tal como as pessoas, são construções sociais (Onuf, N. 2013:40). Desta forma, os construtivistas defendem que o sistema internacional não é mais do que “um artifício de instituições construídas pelo homem” (Koslowski, R. e Kratochwil, F. 1994:222).

Alexander Wendt, um dos mais célebres pensadores desta teoria das relações internacionais, defende que o construtivismo está assente em dois princípios chave, sendo estes: 1) “as estruturas da associação humana são determinadas principalmente por ideias compartilhadas, ao invés de forças materiais” (Wendt, A. 1999:1) e 2) “as identidades e os interesses dos actores são construídos por essas ideias compartilhadas em vez de serem dados pela natureza” (Wendt, A. 1999:1). A partilha de ideias, expressa no primeiro princípio, é também um processo social, indo assim de encontro à posição defendida por Onuf e que foi anteriormente ilustrada (Wendt, A. 1999:1). Já o segundo princípio refuta a noção de que o sistema internacional é individualista, afirmando, pelo contrário, que os poderes emergem das estruturas sociais (Wendt, A. 1999:1).

Enquanto Waltz é considerado um apologista da visão materialista, uma vez que defende, por exemplo, que a obtenção de armas nucleares proporciona estabilidade, Wendt opõe-se a esta interpretação da política internacional (Wendt, A. 1999:1-134). Esta visão materialista e individualista defendida por Waltz fê-lo concluir que a anarquia torna a política internacional um processo de competição onde reina a lógica de “auto-ajuda” (Wendt, A. 1999:6). Pelo contrário, para Wendt, a “anarquia é o que os Estados fazem dela”, assumindo desde logo uma posição crítica em relação ao realismo (Wendt, A. 1992:395). Nesta senda, Wendt concorda que a anarquia possibilita a competição de poder, no entanto, não é mandatário que assim seja uma vez que é possível a existência de cooperação no sistema internacional (Wendt, A. 1992:395). Assim, o construtivismo

defende a relevância da relação consoante se esteja a lidar com Estados inimigos ou amigos (Wendt, A. 1992:397). Desta forma, o construtivismo realça a importância da percepção do outro na relação, não se bastando apenas com os critérios da concepção realista de que a anarquia e a distribuição de poder são suficientes para demonstrar as relações internacionais (Wendt, A. 1992:397).

Acresce que, como ficou claro nos princípios anteriormente descritos, o construtivismo oferece-nos uma explicação para a relevância dos interesses e das identidades que são negligenciadas pelo realismo (Wendt, A. 1992:398). Na visão construtivista, a distribuição de interesses está intrinsecamente relacionada com a distribuição de poder no sistema internacional (Wend, A. 1999:135). Todavia, o conteúdo dos interesses é em grande parte constituído por ideias, como tal, podemos concluir que o poder e os interesses pressupõem ideias e que sem estas últimas os efeitos não seriam os mesmos (Wend, A. 1999:135). Neste sentido ainda, Wendt argumenta que as ideias têm um papel muito mais vincado do que as forças materiais, como a geografia, a natureza humana ou a tecnologia adquirida (Wendt, A. 1999:135-136). Nesta perspectiva é defendido que não se pode reduzir as estruturas sociais meramente aos agentes – os Estados – e às suas interações (Wendt, A. 1999:138). Adicionalmente, Wendt assume que os Estados são agentes com qualidades humanas, tais como intencionalidade e interesses (Wendt, A. 1999:10). Estas “personalidades” dos Estados estão reflectidas nos discursos proferidos pelos decisores políticos, sendo neles frequentemente referidas as suas necessidades ou interesses (Wendt, A. 1999:10). Desta forma e como refere Onuf, os discursos políticos podem representar ou até mesmo realizar acções e, como tal, não devem ser de todo negligenciados (Onuf, N. 2013:82).

A presente investigação acompanha a posição neo-realista bem como a posição construtivista, uma vez que consideramos que a análise da política externa russa neste conflito ficaria incompleta expondo apenas uma visão. Assim, propomo-nos a analisar a intervenção russa sob os pressupostos de procura e manutenção do poder característicos do realismo, ao mesmo tempo que valorizamos a análise das narrativas identitárias, a construção de imagens e a percepção do outro. Optamos por esta análise de duas vertentes pois consideramos que a política externa russa adoptada para estes conflitos representa mais do que somente a procura e a manutenção de poder, tendo também presente uma vertente identitária clara, a par de interesses geopolíticos e geoeconómicos. Adicionalmente, consideramos que não devemos olvidar a história, a identidade e a

construção de discursos na Transnístria e na Moldóvia o que só será possível realizar através da teoria construtivista.

Por fim, importa ainda realçar que, como o General Abel Cabral Couto aponta, os conflitos nacionalistas são fenómenos frequentes e não raras vezes resultam em guerras (Couto, A. 1988:60). Este tipo de conflito surge num povo que não tem um Estado-Nação atribuído, e pode ser motivado pela etnia, religião ou cultura que essa população tem em comum, surgindo assim o desejo colectivo de constituírem uma nação com base na característica que partilham (Couto, A. 1988:60). Estas guerras nacionalistas podem ser separatistas, anticolonialistas ou irredentistas (Couto, A. 1988:60). Para a presente investigação interessa-nos apenas prosseguir com a análise de guerra separatista. Assim, o General Abel Cabral Couto afirma que no caso de guerra separatista, os nacionalistas almejam a ruptura de um ou mais Estados soberanos para criarem um novo Estado ou para alcançarem autonomia política dentro deste (Couto, A. 1988:60). No estudo de caso desta dissertação, estamos perante este fenómeno, uma vez que, como teremos oportunidade de analisar no segundo capítulo, o conflito moldavo-transnístrio é pautado por motivações nacionalistas de índole separatista.

1.3 - Conflito Congelado

No decorrer dos anos 1990 surgiram diversos conflitos armados na Eurásia, na sequência do colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) (King, C. 2001:524). A Transnístria foi um destes conflitos, a par com a Ossétia do Sul, Abecásia, Nagorno-Karabakh, Chechénia e Tajiquistão (King, C. 2001:525). Ao longo do tempo foram efectuados diversos esforços internacionais de resolução destas disputas, nomeadamente através da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) que iniciaram processos de resolução de conflito, no entanto nenhum progresso significativo foi alcançado (King, C. 2001:525). À excepção da Chechénia, que reactivou a guerra em 1998, e, recentemente de Nagorno-Karabakh, que em 2020 retomou as hostilidades, nenhum destes conflitos voltaram a recorrer à violência (BBC 2020; King, C. 2001:525).

Estas disputas, que continuaram mesmo após o cessar-fogo, são frequentemente designadas de conflitos congelados (King, C. 2001:525). Como pudemos analisar no subcapítulo anterior, a violência física não é um requisito obrigatório numa situação de disputa (Couto, A. 1988:54). Assim, apesar das hostilidades terem terminado, o clima de

animosidade e a ameaça de um novo escalar de violência continuam presentes, podendo-se traduzir a situação actual num impasse de “sem paz nem guerra” (Klosek, K. et al. 2020:1; Dembińska, M., & Mérand, F. 2018:17). O termo “congelado” foi assim criado para reforçar a ideia de que o conflito não está solucionado, visto que os interesses das partes que ingressaram nas hostilidades não foram resolvidos e, como tal, a qualquer momento a violência poderá ser retomada (Smetana, M., & Ludvík, J. 2018:1; Perry, V. 2009:36).

Apesar de se utilizar recorrentemente este termo, a verdade é que não existe um consenso académico relativamente à sua definição (Smetana, M., & Ludvík, J. 2018:2-3). A falta de unanimidade em relação à teorização deste conceito deve-se ao facto de que alguns dos referidos conflitos não estão efectivamente congelados, como é ilustrado no caso de Nagorno-Karabakh que em 2016 e mais recentemente em 2020 retomou a violência armada (BBC. 2020). Consequentemente, a comunidade académica também não se encontra de acordo quanto ao nome concedido a este tipo de conflito, existindo académicos que defendem a utilização da expressão “conflitos prolongados”¹ ou “conflitos irresolúveis”², ao invés de “conflitos congelados” (Kriesberg, L. 1993; Bercovitch, J. 2003; Azar, E. 1985). Não obstante o tipo de conflito ser o mesmo, as diferentes designações acarretam diferentes entendimentos.

Sergei Rastoltsev argumenta que o conceito de “conflito congelado” pode conduzir a uma interpretação errónea, visto que se entende através da expressão utilizada, que este tipo de conflito permanece inalterado e, de certa forma, transmite a ideia de que é imposto por forças externas ou mesmo que não existe interacção no terreno, quando a existência de violência esporádica, por exemplo, está muitas vezes presente (Rastoltsev, S. 2017:2). Nesta senda, para o autor, a expressão é acompanhada por estereótipos que se traduzem na interpretação que este tipo de conflito não representa uma ameaça séria e, consequentemente, não se revela necessária uma intervenção activa para a resolução do conflito (Rastoltsev, S. 2017:2). Em consequência, Rastoltsev defende que a correcta terminologia seria “conflitos prolongados” por ter uma conotação neutra e universal, ao invés de “conflitos congelados” que geralmente é usado para referir conflitos no espaço pós-soviético (Rastoltsev, S. 2017:2).

Como já foi anteriormente referido, na opinião de Edward Azar no que concerne a este tipo de conflito, a probabilidade de retoma da violência armada é bastante

¹ Tradução livre de “protracted conflicts”

² Tradução livre de “intractable conflicts”

significativa, principalmente se houver uma mudança na liderança de uma das partes ou se a balança de poder for alterada (Azar, E. 1985:60). Assim, ao utilizarmos a expressão “conflitos prolongados”, deixa de ser necessário alterar a nomenclatura utilizada quando as partes retomam a violência armada (Rastoltsev, S. 2017:2).

Edward Azar acrescenta ainda que a causa destes conflitos prolongados está de tal forma enraizada na forma de vida e de ser dos habitantes destas regiões que chega a existir casos em que as partes envolvidas não são capazes de enumerar os motivos que as levaram a ingressar na violência armada (Azar, E. 1985:60). Assim, para o autor, a causa dos conflitos está intrinsecamente ligada à negação de elementos essenciais tais como segurança e reconhecimento de identidade (Azar, E. 1985:60).

Enquanto Edward Azar e Sergei Rastoltsev sustentam que o termo correcto seria “conflitos prolongados”, Jacob Bercovitch (2003, s.p) tem uma visão diferente sobre a terminologia adequada preferindo a expressão “conflitos irresolúveis” e define as características deste conceito como:

- “Em termos de actores, os conflitos irresolúveis envolvem Estados ou outros actores com uma longa percepção de injustiça histórica e um forte desejo de vingança” (Bercovitch, 2003, s.p);
- “Em termos de duração, os conflitos irresolúveis tomam lugar num longo período de tempo” (Bercovitch, 2003, s.p);
- “Em termos de questões, os conflitos irresolúveis envolvem problemas como identidade, soberania, valores e crenças” (Bercovitch, 2003, s.p);
- “Em termos de relações, os conflitos irresolúveis envolvem percepções polarizadas de hostilidade e comportamentos violentos e destrutivos” (Bercovitch, 2003, s.p);
- “Em termos de geopolítica, os conflitos irresolúveis geralmente têm lugar em zonas tampão entre os principais centros de poder” (Bercovitch, 2003, s.p);
- “Em termos de gestão, os conflitos irresolúveis resistem aos esforços de gestão do conflito e têm um histórico de esforços de estabelecimento da paz falhados” (Bercovitch, 2003, s.p).

Peter Coleman vai um pouco mais adiante e utiliza a expressão “conflitos prolongados e irresolúveis” para se referir a estes conflitos que se traduzem num impasse

de difícil resolução (Coleman, P. 2003:5-6; Rastoltsev, S. 2017:2). Ao utilizar esta designação, o autor sustenta que consegue dar ênfase ao carácter duradouro e intransigente deste tipo de conflito (Coleman, P. 2003:6-7).

Porém, tal como podemos constatar nas características apresentadas por Bercovitch, estas três designações concordam em vários aspectos essenciais na definição deste tipo de conflito, existindo assim uma proximidade nos diferentes entendimentos (Zimmerly, K. 2009:16). Parece-nos que a questão mais propensa à divisão de opiniões está relacionada com a região onde predominantemente se inserem os conflitos, visto que o foco da literatura referente aos conflitos congelados é o espaço pós-soviético (Zimmerly, K. 2009:18-19; Grant, T. 2017:364). Importa salientar que os conflitos congelados não provêm exclusivamente desta região da Europa de Leste e do Cáucaso (Clancy, M.A e Nagle, J. 2009:19). A título de exemplo, o conflito no Kosovo também foi denominado por alguns académicos como “conflito congelado”, todavia, para a presente investigação o espaço pós-soviético é a zona que nos interessa focar a análise (Clancy, M.A e Nagle, J. 2009:19; Grant, T. 2017:374). Ademais, a teorização dos conflitos congelados refere-se frequentemente ao carácter separatista dos conflitos, típico desta região outrora pertence à União Soviética, e à consequente internacionalização do conflito após o cessar-fogo (Zimmerly, K. 2009:18-19; Grant, T. 2017:376). Neste aspecto concreto, o envolvimento da Rússia surge como um factor dominante, e que é central a este estudo.

Assim, na presente investigação, prosseguiremos com o termo “conflito congelado” por considerarmos ser a designação mais clara e inequívoca para o estudo de caso em questão. Desta forma, iremos prosseguir com a teorização do conceito “conflito congelado”, iniciando com uma definição apresentada por Michael Smetana e Jan Ludvík:

“um processo prolongado de conflito no pós-guerra, caracterizado pela ausência de paz estável entre os lados opostos. Nos conflitos congelados, as questões centrais entre os lados opostos permanecem sem solução, a disputa está na vanguarda das relações mútuas e existe uma ameaça iminente de renovação da violência. O conflito também permanece altamente saliente nos discursos domésticos dos políticos e da população em geral.” (Smetana, M., &

Ludvík, J. 2018:4).

Desta definição podemos retirar três particularidades dos conflitos congelados: a existência de uma guerra anterior, contornos de conflito ainda presentes e a ameaça de retorno das hostilidades (Klosek, K. et al. 2020:2). Assim, nos conflitos congelados não há uma paz estável uma vez que o conflito continua vigente no campo político, o que inevitavelmente afecta significativamente as populações de ambas as partes envolvidas no conflito (Smetana, M., & Ludvík, J. 2018:5; Perry, V. 2009:36).

Importa lembrar uma das definições de conflito acima mencionadas onde se afirmava que existe conflito quando “uma ou mais pessoas ou grupos manifestam a crença de que possuem objectivos incompatíveis” (Kriesberg, L e Dayton, B. 2011:2). No caso dos conflitos congelados, o conflito é geralmente pautado por motivações separatistas e, como tal, o consenso pode ser extremamente difícil de alcançar (Clancy, M. A e Nagle, J. 2009:19). Desta forma, as partes, ou seja, os separatistas e o Estado central, primeiramente tentam resolver as suas divergências através da guerra, caso resultem frustradas as suas intenções, cria-se um ressentimento mútuo, tornando assim maior a probabilidade de retorno das hostilidades (Klosek, K. et al. 2020:2).

Uma vez que este tipo de conflito tem recorrentemente um intuito separatista, é importante mencionar uma característica adicional às acima expostas. De acordo com Thomas Grant a mudança de controlo efectivo de um determinado território como resultado directo da guerra é outra das particularidades deste tipo de conflito (Grant, T. 2017:390). E, a forma como os actores se definem, ou seja, a sua identidade, constitui aqui também um factor relevante, ao determinar parte das motivações para este intuito separatista.

No que diz respeito à duração do conflito, esta pode estar relacionada com as características da região onde o conflito se insere tal como o subdesenvolvimento económico, bem como o subdesenvolvimento tecnológico (Azar, E. 1985:59). Porém, a verdade é que um dos principais factores que contribui para a permanência do conflito como congelado é a falta de vontade política para alterar o *status quo* ou a sua incapacidade para o fazer (Clancy, M.A e Nagle, J. 2009:14). Como Charles King aponta, frequentemente as partes beneficiam do *status quo*, principalmente devido ao comércio não tributado que flui através do Estado de facto (King, C. 2001:525). Esta situação leva a que as partes entendam que é mais benéfico manter a ausência de paz do que avançar para a negociação (King, C. 2001:527). Ademais, uma alteração ao *status quo* pode provocar uma reacção indesejada em actores externos que tenham interesse neste conflito congelado (Clancy, M.A e Nagle, J. 2009:14).

Estima-se que entre 1946 e 2011 havia quarenta e dois casos de conflitos congelados sendo que desses quarenta e dois casos dezanove foram resolvidos (Klosek, K. et al. 2020:5-6). Todavia, os desfechos dos conflitos congelados resolvidos foram distintos. Quatro dos referidos casos findaram através de hostilidades, principalmente com a ajuda dos Estados Unidos da América (Klosek, K. et al. 2020:6). Outros quatro conflitos congelados terminaram em virtude do desvanecimento do conflito (Klosek, K. et al. 2020:6). Neste caso o assunto chave do conflito perde a sua importância, como foi exemplo o reconhecimento da existência do Estado de Israel por parte do Egipto, terminando assim o mal-estar entre as partes e, conseqüentemente, o conflito congelado (Klosek, K. et al. 2020:3). Os onze conflitos congelados restantes, resolveram o conflito pacificamente através de diplomacia, sendo esta a maneira mais desejável (Klosek, K. et al. 2020:6).

Uma das soluções propostas para resolver estes conflitos congelados na Eurásia tem sido a europeização, ou seja, a adopção de um conjunto de práticas e políticas nas políticas internas destes países que cumpram as normas europeias (Clancy, M.A e Nagle, J. 2009:15). A título de exemplo, caso o Estado separatista ou o Estado central no qual este se insere tenha pretensões de adesão à União Europeia, estes podem iniciar o processo de implementação das legislações e directrizes europeias (Clancy, M.A e Nagle, J. 2009:15). Esta adaptação às normas europeias conduz, a longo prazo, a mudança das identidades e dos interesses das partes, alterando conseqüentemente o seu comportamento (Clancy, M.A e Nagle, J. 2009:15). Porém e apesar de ter tido sucesso em casos como o Chipre, por exemplo, é uma medida difícil de implementar e necessita da aprovação dos Estados-Membros de forma a ser bem-sucedida (Clancy, M.A e Nagle, J. 2009:15-16). Acresce ainda que, a maioria dos Estados envolvidos em conflitos congelados não têm como objectivo a adesão à União Europeia numa visão a pequeno e médio prazo, o que diminuí a vantagem da UE (Clancy, M.A e Nagle, J. 2009:16). No terceiro capítulo da presente investigação será analisado como esta política de europeização foi implementada na Transnístria em 2005, através de uma missão de controlo da fronteira (Clancy, M.A e Nagle, J. 2009:15).

Em suma, o conflito congelado advém de “um conflito étnico-político violento sobre a secessão que conduziu ao estabelecimento de um Estado de facto” (Clancy, M.A e Nagle, J. 2009:14). É nesse sentido que iremos de seguida abordar os Estados de facto, como fenómeno que está intrinsecamente interligado ao conceito de conflito congelado.

1.4 - Estados de Facto

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, o sistema internacional é composto por Estados soberanos que detêm o poder supremo numa região delimitada (Caspersen, N. 2013:3). O período pós-guerra foi fértil no que concerne aos processos de descolonização que ocorreram em larga escala. Essa tendência fez com que os Estados soberanos concedessem independência a territórios que não estavam preparados para formar Estados independentes (Pegg, S. 1998:1). Como exemplo, temos os casos das antigas colônias (Pegg, S. 1998:1).

Sucedem que, uma vez concedida a soberania a um Estado, ainda que pouco preparado para a assumir, dificilmente se consegue retirá-la à posteriori (Pegg, S. 1998:1). Assim, no período pós Segunda Guerra Mundial, os Estados tornaram-se praticamente os únicos actores da comunidade internacional numa espécie de jogo de soma nula (Lynch, D. 2004:18). Formou-se ainda um clube exclusivo de Estados soberanos, no qual reina o princípio de não interferência nos assuntos internos de cada um (Lynch, D. 2004:18).

Após o período de descolonização do pós-guerra e subsequente reconhecimento de inúmeras independências o sistema internacional manteve uma forte estabilidade territorial (Pegg, S. 1998:1).

Nos dias de hoje, mantém-se a tônica de actuação conhecida no pós-guerra. Os critérios para a concessão ou reconhecimento de independência permanecem menos rigorosos que outrora, sendo oferecida quase como uma compensação, um direito moral, relevando por vezes a falta de viabilidade e consistência económica e a ausência de pessoal qualificado para assumir posições de liderança, entre outros factores que se revelam cruciais para a manutenção de um Estado (Pegg, S. 1998:3). Desta forma, o sistema internacional passou a ser composto por uma panóplia de “quase-Estados” que, apesar de terem reconhecimento internacional, não possuem capacidades válidas para os manter de forma consistente (Pegg, S. 1998:3). A título de exemplo, podemos referir que a Somália, o Ruanda e a Libéria enquadram-se neste conceito de “quase-Estados” (Silva, A. 2003:23). Nesta nova era e sob esta tendência, emergiram estes “quase-Estados” com governos incapazes de controlar a totalidade do seu território, mas que mantêm a sua existência jurídica garantida em virtude do reconhecimento internacional concedido de forma pouco criteriosa (Pegg, S. 1998:5).

Importa salientar que, apesar do sistema internacional encarar os Estados soberanos como os actores principais do seu próprio sistema, a verdade é que é necessário

olhar um pouco mais além e reconhecer importância a outras realidades que têm relevo no âmbito da comunidade internacional, como os actores não estatais (Florea, A. 2014:788; Pegg, S. 1998:15). Um exemplo de actores não estatais que podemos referir, nascidos nesta nova era, são os Estados de facto que possuem características de Estado soberano, faltando-lhes apenas o reconhecimento internacional, consubstanciando este conceito como o oposto dos anteriormente referidos “quase-Estados” (Florea, A. 2014:788; Pegg, S. 1998:4-5). Os Estados de facto podem ser definidos como “entidades separatistas que exercem o monopólio do uso da violência em um território, sem possuir reconhecimento universal” (Florea, A. 2014:791). O reconhecimento internacional não lhes é concedido porque entende-se que estes Estados violam o princípio de integridade territorial, visto que nasceram de conflitos de auto-determinação (Caspersen, N. 2013:6). Por princípio, a comunidade internacional recusa-se a premiar com a soberania Estados que tiveram a sua origem em actos de violência (Caspersen, N. 2013:6).

No entanto, de forma a delimitar o conceito correctamente e evitando que nele possam cair outras entidades como grupos terroristas ou guerrilhas (Florea, A. 2014:791), é necessário prosseguir com a conceptualização de “Estados de facto”, que contêm as seguintes características:

- “Pertencem (ou são administrados por) a um país reconhecido, mas não são uma posse colonial” (Florea, A. 2014:791);
- Possuem independência de facto do país reconhecido, exercendo autoridade, pelo menos, em dois terços do território proclamado (Caspersen, N. 2013:6-11);
- Detêm controlo militar sobre o território (Florea, A. 2014:791);
- Procuram “construir instituições estatais e demonstrar a sua legitimidade” e têm funções de governo, como por exemplo a manutenção da ordem social (Caspersen, N. 2013:6; Florea, A. 2014:792);
- Procuram o reconhecimento internacional, podendo inclusivamente já ter sido reconhecido pelo Estado-padrão e por outros Estados (Caspersen, N. 2013:6-11);
- Existem há, pelo menos, dois anos (Florea, A. 2014:792).

Este último requisito de necessidade temporal mínima de existência é importante, visto que permite limitar esta designação a projectos estatais exequíveis e não considerar

meros afloramentos que rapidamente se extinguem por falta de solidez (Florea, A. 2014:792).

Das características acima descritas pode-se concluir que os Estados de facto não se confundem com meros movimentos rebeldes, que apenas pretendem destruir o governo ao invés de alcançar a auto-determinação (Florea, A. 2014:792). Ademais, as características mencionadas revelam claramente que a intenção dos separatistas será o seu reconhecimento enquanto Estado soberano, tendo já dado o primeiro passo nesse sentido através do controlo territorial (Caspersen, N. 2013:6). Contudo, estas entidades argumentam em sua defesa que não é o reconhecimento internacional que cria um Estado, o reconhecimento apenas exprime a realidade já existente (Lynch, D. 2002:837).

Os Estados de facto alegam a seu favor que, não obstante não lhes ter sido reconhecida a soberania externa, a verdade é que em virtude do reconhecimento da população detêm soberania interna (Caspersen, N. 2009:47). Sustentam que, tal reconhecimento interno ocorre por terem mostrado capacidade para implementar um Estado viável, fornecendo serviços governamentais aos seus residentes e conquistando assim o seu apoio (Pegg, S. 1998:4; Caspersen, N. 2009:47). Contudo, por não serem reconhecidos internacionalmente, os Estados de facto funcionam fora da legitimidade internacional (Pegg, S. 1998:4). De forma a serem reconhecidos internacionalmente e considerados Estados soberanos, os Estados devem ter uma população permanente, um território definido, um governo bem como a capacidade para criar relações com outros Estados (Lynch, D. 2002:835). Nesta senda, apesar dos Estados de facto cumprirem os três primeiros requisitos, falham no último e, como tal, não podem ser considerados legítimos (Lynch, D. 2002:835).

Estes actores não estatais podem surgir de uma das seguintes formas:

- Como resultado de uma guerra civil, sendo esta a solução apresentada para os problemas de auto-determinação (Florea, A. 2014:796);
- Devido a disputas entre os indivíduos que almejam a separação e o Estado central (Florea, A. 2014:796). A Transnístria insere-se neste caso em que a separação antecede a guerra separatista (Florea, A. 2014:796);
- Devido ao colapso de um Estado (Florea, A. 2014:796);
- Devido a processos de descolonização (Florea, A. 2014:796).

Podemos afirmar que, regra geral, nos casos em que houve guerra, os Estados de facto saíram vitoriosos em relação ao Estado parente (Pegg, S. 2017:4).

A construção da nação nestas entidades é fortemente impulsionada pela memória colectiva do vasto sofrimento experienciado, de glórias militares conquistadas e da percepção de insegurança sob o qual vivem decorrente do não reconhecimento internacional (Pegg, S. 2017:4). O Estado de facto, para conseguir manter a sua sobrevivência tem de assegurar que a população não o abandona, pelo que mantém viva a memória popular quanto ao perigo iminente que advém do Estado central (Dembińska, M., & Mérand, F. 2018:18). Daí a relevância de se estudarem as dimensões material e identitárias destes processos, como explicitado acima.

A grande maioria destes actores são apoiados por um Estado patrão que regularmente intervém na sua política interna (Pegg, S. 2017:4). Se nos debruçarmos sobre o caso da Abecásia conseguimos identificar que o seu Estado patrão é a Rússia, já no caso de Nagorno-Karabakh o seu Estado patrão será a Arménia (Pegg, S. 2017:8). A segurança destas entidades é mantida e reforçada principalmente por esta ajuda externa, que desempenhou um papel essencial na sua criação e na manutenção da sua sobrevivência (Dembińska, M., & Mérand, F. 2018:18).

Como a existência dos Estados de facto depende deste auxílio, criando uma dependência externa, cria-se a ideia de que são marionetas nas mãos dos Estados patrões, no entanto tal não é imperativo uma vez que os interesses de ambos não são unilaterais, tratando-se de uma relação de interesse recíproco que é marcada muitas vezes por oscilações (Caspersen, N. 2009:48; Pegg, S. 2017:4).

As relações existentes entre ambos os Estados não têm sempre o mesmo padrão, uma vez que a ligação com o Estado patrão nem sempre é natural e forte (Caspersen, N. 2009:50). Há Estados de facto que almejam a integração no Estado patrão, enquanto há outros que preferem a independência, sendo neste caso a relação com o actor externo apenas motivada por necessidade de recursos (Caspersen, N. 2009:50). A primeira opção é claramente o caso da Transnístria, como melhor veremos adiante.

Os Estados de facto têm atributos simbólicos de um Estado, tais como bandeira, hino nacional, Representante do Estado, entre outros (Caspersen, N. 2009:49). Estas características, a par com a criação de instituições políticas funcionais, tornam a reintegração pacífica no Estado central menos provável de acontecer (Dembińska, M., & Mérand, F. 2018:18).

Tal como a sua criação pode ocorrer de formas distintas, também há várias situações que podem determinar o desaparecimento destes Estados de facto (Florea, A. 2014:796), das quais:

- Reintegração forçada no Estado parente em virtude de uma guerra (Florea, A. 2014:796);
- Reintegração pacífica no Estado parente, através de um acordo de autonomia ou federação (Florea, A. 2014:797);
- Ou os Estados de facto podem-se tornar em Estados soberanos, ou seja, *de facto* e *de jure*, reconhecidos pela comunidade internacional (Florea, A. 2014:797; Caspersen, N. 2013:14).

A reintegração forçada é o desfecho mais comum para estas entidades, contudo, casos há em que o Estado parente aceita um compromisso (Caspersen, N. 2013:11).

O colapso da Jugoslávia e da União Soviética impulsionaram o aparecimento dos Estados de facto e tornaram a Europa na área com maior presença destas entidades em meados de 1990 (Florea, A. 2014:792). Simultaneamente, o aparecimento dos Estados de facto coincidiu com o fim da Guerra Fria e com a aceleração da globalização, o que permitiu a interferência das Nações Unidas e de outras organizações internacionais nos esforços de resolução do conflito (Lynch, D. 2004:21). Porém, a globalização económica traduziu-se na perda de controlo sobre os fluxos que entram e saem dos países, o que proporcionou as condições ideais aos Estados de facto para estabelecerem ligações com organizações criminosas internacionais (Lynch, D. 2004:21).

No entanto e uma vez que é um tópico ainda relativamente pouco investigado, os académicos diferem no número de Estados de facto existentes (Pegg, S. 2017:3). No entender de Andrea Florea, de 1945 a 2011 existiram trinta e quatro estados de facto, com dezoito ainda activos no final de 2011 (Florea, A. 2014:792). Para Laurence Broers, existem quatro estados de facto ainda vigentes, sendo que três destes localizam-se no Cáucaso do Sul, dos quais a Abecásia, Ossétia do Sul e Nagorno-Karabakh (Broers, L. 2013:1). O quarto estado de facto é a Transnístria, região sobre a qual esta investigação irá incidir (Broers, L. 2013:1).

CAPÍTULO 2: Conflito moldavo-transnístrio

Antes de iniciarmos o presente capítulo, importa esclarecer a terminologia que será utilizada nesta investigação, visto que cada termo tem uma conotação política e poderá transparecer um favorecimento de um lado do conflito.

Assim, o rio que separa a Moldova da Transnístria pode ser denominado de Nistru, em versão romena, ou Dniestr, em versão russa. A língua portuguesa opta por traduzir o termo russo em Dniestre ou Dniester e, apenas por essa razão, será utilizada essa tradução no presente trabalho.

Existem três formas de escrever o nome da região separatista estudada neste conflito. Os romenos chamam a este território de Transnistria (a terra para lá do rio Nistru), enquanto que os russos usam a designação Pridnestrov'e (a terra além do rio Dniestr) (Hill, W. 2012:xiv). Por último, para fazer face a esta questão, a OSCE criou o termo Transdníestria que se apresenta como um meio termo entre a versão romena e russa (Hill, W. 2012:xiv). A presente investigação utiliza a designação Transnístria, uma vez que esta é a forma que é frequentemente utilizada na língua portuguesa.

No que concerne ao nome do Estado Central, esta investigação adota a terminologia de Moldova ao invés de Moldávia. Apesar do nome Moldávia ser recorrentemente utilizado em língua portuguesa, decidimos prosseguir com o termo Moldova, uma vez que é a designação oficial utilizada para efeitos protocolares (União Europeia, 2020).

Também o nome do idioma falado na Moldova gera discórdia, uma vez que alguns investigadores defendem que se fala romeno, enquanto outros afirmam que a língua deve ser designada de moldavo. Embora seja inegável as semelhanças entre as duas línguas, por uma questão de imparcialidade, de clareza de discurso e de expressão frequentemente utilizada tanto em Portugal como na Moldova, o idioma será designado de moldavo.

Adicionalmente, a grafia será simplificada sempre que se revele necessário, nomeadamente será utilizada a grafia Chisinau, ao invés de Chişinău.

A presente investigação recorre ainda a designações inglesas, em todos os termos que não têm tradução formal na língua portuguesa.

Dito isto, iniciaremos este capítulo com uma análise da história da Moldova que se revelará fulcral não só para compreender a presença e o interesse russo na região, como para apreender as ligações entre a Roménia, a Moldova, a Transnístria e a Ucrânia. De seguida, passaremos a uma breve introdução da história do conflito que importa reter para

uma melhor compreensão dos esforços de resolução de conflito. Por fim, será feita uma análise às especificidades da Transnístria enquanto Estado de facto.

2.1 - História antiga da Moldova

A República da Moldova situa-se entre o rio Prut e o Dniester, avançando um pouco para além deste, e faz fronteira com a Roménia e com a Ucrânia. Nos dias de hoje, a Moldova compreende duas áreas: a região que outrora foi conhecida como Bessarábia, entre o rio Prut e o Dniester, e a Transnístria que se situa além do rio Dniester, ao qual foi buscar a origem do seu nome (King, C. 2000: xxvii).

Reza a lenda que o nome Moldávia surgiu numa viagem de caça mal-sucedida do Príncipe da Roménia, Dragos, por volta de 1300, quando o seu cão de caça, molda, se afogou no rio após ser atacado por um boi (King, C. 2000:13). Por essa razão, o Príncipe baptizou o rio em homenagem ao seu cão e construiu um principado na recém-criada Moldávia (King, C. 2000:13). A verdade, é que apesar de a veracidade desta história não estar provada, sabe-se que no século XIV efectivamente houve a criação de um principado moldavo (King, C. 2000:14).

No século XIV, a região que constituía o principado da Moldávia compreendia uma porção do território da actual República da Roménia e outra parte significativa da agora denominada República da Moldova (Haynes, R. 2003:2). As razões que conduziram a esta divisão serão analisadas mais adiante no presente trabalho. No que concerne à sua localização, o principado da Moldávia localizava-se a Este dos Cárpatos, enquanto que a Valáquia, outro principado romeno, ficava a Sul dos Cárpatos (King, C. 2000:14). Estes dois principados viram-se envolvidos em diversos conflitos durante os séculos XV e XVI, uma vez que vários povos tentaram conquistá-los, como foi o caso dos turcos, dos polacos, dos tártaros e dos húngaros (Johansson, A. 2011:46; King, C. 2000:14). Tanto o principado da Moldávia como o da Valáquia descendiam dos Daco-Romenos, da Dácia, a par com a maioria da população da Transilvânia, sendo este o seu elo de ligação (Mitrasca, M. 2002:18).

Figura 1 - Principado da Moldávia no século XV



Fonte: Haynes, R. 2020. *Moldova: a History*. I.B.Tauris. p.8

Em 1538, o principado da Moldávia tornou-se um Estado vassalo do Império Otomano (King, C. 2000:15). Esta situação manteve-se até 1711, data em que o principado passou a estar sob administração de nobres gregos, conhecidos como Fanariotas, tendo sido esta uma forma de eliminar os privilégios que os principados tinham gozado até aí no Império Otomano (King, C. 2000:16; Mitrasca, M. 2002:18).

Mais tarde, o principado da Moldávia viu-se no meio de uma guerra de interesses entre o Império Otomano, os Romanov do Império Russo e os Habsburgo da Áustria, visto que os três pretendiam a anexação do seu território (King, C. 2000:18). Como resultado desta disputa o principado acabou por perder parte do seu território para a Áustria, em 1775, tendo sido oferecido pelo Império Otomano como recompensa da neutralidade dos Habsburgo durante a guerra russo-turca entre 1768-1774 (Haynes, R. 2003:64; King, C. 2000:18). Este território anexado pela Áustria ficou conhecido como Bucóvina tendo sido, mais tarde, depois da 1ª Guerra Mundial, incorporado na Roménia (Haynes, R. 2003:64).

Após uma nova guerra russo-turca ocorrida entre 1787-1792, o Império Russo avançou até ao rio Dniester, tornando-se assim vizinho da Moldávia (Haynes, R. 2003:65). Nesta altura, tanto o principado da Transilvânia, como da Valáquia e da Moldávia estavam sob ocupação estrangeira. A Transilvânia pertencia à Áustria e os principados da Valáquia e da Moldávia ao Império Otomano (Meurs, W. 1998:40).

Em 1812, o principado da Moldávia ficou, pela primeira vez, sob controlo russo em virtude do acordo de paz estabelecido entre o Império Otomano e a Rússia após uma nova guerra russo-turca ocorrida entre 1806-1812 (King, C. 2000:18; Mitrasca, M.

2002:19-20). Porém, o Czar Alexander I anexou apenas a região entre o rio Prut e o rio Dniester, ficando a parte restante do principado da Moldávia sob administração dos príncipes Fanariotas (King, C. 2000:20). Esta anexação, da área que ficou conhecida como Bessarábia, foi formalizada no Tratado de Bucareste em 1812 e conferiu à Bessarábia uma expansão do território para norte, até Hotin (King, C. 2000:20-21). Porém, diversos historiadores defendem que a anexação ocorrida foi ilegal, uma vez que o principado da Moldávia não pertencia ao Império Otomano e, como tal, este não tinha qualquer poder para o ceder a terceiros (Mitrasca, M. 2002:20).

Figura 2 - Divisão do Principado da Moldávia



Fonte: Haynes, R. 2020. *Moldova: a History*. I.B.Tauris. p.9

Assim, pode-se verificar que o principado da Moldávia foi dividido duas vezes: a “Alta Moldávia” foi anexada ao Império Austríaco, em 1775, tendo ficado conhecida como Bucóvina e a Moldávia Oriental foi anexada pelo Império russo passando-se a denominar de Bessarábia (Nistor, I. 1939:7). Mencionamos aqui, a título de curiosidade, que a designação Bessarábia deriva do nome da casa que governava a Valáquia – os *Bassarabe* (Waters, T. 2003:189). Note-se como a tradição histórica e a influência político-cultural diversa vão moldar diferenciais identitários neste espaço.

Após a coroação do Czar Nicolau I em 1825, a Bessarábia viu a sua autonomia dentro do Império russo ser reduzida, em virtude da rebelião contra os príncipes

Fanariotas na Valáquia e no restante principado da Moldávia que ocorreu quatro anos antes (King, C. 2000:22). A Bessarábia passou a incorporar efectivamente o Império russo em 1828, tendo sido estabelecido o russo como a sua língua oficial e imposta a proibição de livros provenientes do Oeste do Prut, pelo Czar Nicolau I (King, C. 2000:22; Haynes, R. 2003:84). Estas medidas de russificação na esfera educacional e cultural tiveram um enorme impacto na identidade moldava, principalmente tendo em conta que em 1867 o romeno deixou de ser leccionado nas escolas moldavas (Haynes, R. 2003:84-85).

A política de colonização russa no principado da Moldávia no século XIX teve igualmente um efeito significativo na composição étnica da Bessarábia que, à data da anexação russa, era composta por uma esmagadora maioria de indivíduos cuja língua era o romeno (Haynes, R. 2003:78). Após a anexação formal, estima-se que um terço da população tenha fugido para a Valáquia ou para outras regiões vizinhas (Haynes, R. 2003:78). A este número acrescem os tártaros e os turcos que foram expulsos da região, tornando assim a Bessarábia numa área com um número populacional diminuto (Haynes, R. 2003:78-82).

No Tratado de Paz de Paris, datado de 1856, no qual foi findada a Guerra da Crimeia, a Rússia foi obrigada a devolver as regiões de Cahul, Bolgrad e Ismail ao principado da Moldávia (Nistor, I. 1939:17-18). No entanto, vinte e dois anos mais tarde, em 1878, estes territórios voltaram a ficar sob domínio russo cumprindo assim o estabelecido no Congresso de Paz de Berlim, após mais uma guerra turco-russa (Nistor, I. 1939:17-18).

Enquanto que a Bessarábia continuava como parte integrante do Império Russo, nos principados da Moldávia e da Valáquia eram feitos progressos vinculados relacionados com a sua identidade e liberdade, tendo sido em 1859, eleito um governante comum para liderar estes dois territórios, nascendo assim a União dos Principados (Haynes, R. 2003:72). Mais tarde, com a independência romena do Império Otomano em 1878, diversas figuras políticas aclamavam a unificação da Bessarábia com a Roménia, iniciando-se assim um debate sobre a identidade romena da Bessarábia que se estendeu à população e que, de certa forma, perdura ainda nos dias de hoje (King, C. 2000:27-28). Foi assim nesta altura, com a União dos Principados e com a libertação romena do Império Otomano, que a identidade romena começou a surgir para os Principados da Moldávia e da Valáquia (Mitrasca, M. 2002:28). É de sublinhar que enquanto a Bessarábia integrava o principado da Moldávia não havia esta consciência identitária

(Mitrasca, M. 2002:28). Assim, para a população da Bessarábia, que fazia parte do Império Russo, a sua identidade era moldava visto que a sua origem era o Principado da Moldávia, e não romena (Mitrasca, M. 2002:28).

Já com esta identidade romena formada e com o objectivo de reconquistar os territórios perdidos para o Império Austro-Húngaro, a Roménia entrou na Primeira Guerra Mundial para readquirir a Transilvânia e a Bucóvina (Mitrasca, M. 2002:23). Uma vez recuperados estes territórios, deu-se a formação do Estado romeno, em 1918, unificando assim a Bucóvina, Transilvânia, Banato e Maramures na Grande Roménia (Mitrasca, M. 2002:23). Além destes territórios, a Grande Roménia passou ainda a incorporar a Bessarábia, como iremos analisar no próximo subcapítulo (Mitrasca, M. 2002:23).

2.1.1 - União da Bessarábia com a Roménia

No fim da 1ª Guerra Mundial, o Império russo colapsou após a revolução de Fevereiro de 1917 e a revolução comunista de Outubro (Johansson, A. 2011:48). As revoluções russas, a par com as relações da Roménia com os poderes centrais, conduziram à unificação da Bessarábia com a Roménia (Haynes, R. 2003:96). Assim, a unificação não esteve relacionada com o desejo da população da Bessarábia que, tinha pouco desenvolvida até esta época a sua identidade romena, como foi mencionado no subcapítulo anterior (Haynes, R. 2003:96; Mitrasca, M. 2002:28). A criação do partido nacional moldavo, em Abril de 1917, ilustrava exactamente esta realidade, visto que o partido visava a protecção linguística e cultural moldava, não estando a reunificação com a Roménia na sua agenda política (King, C. 1999:30; Haynes, R. 2003:97).

A reunificação foi possível devido à subida dos bolcheviques ao poder, em 1917, que tornou a situação da Bessarábia pouco estável, tornando-a assim vulnerável a ataques de outros países (King, C. 2000:32). Foi exactamente isto que aconteceu, um ano mais tarde, com a entrada do exército romeno na Bessarábia que conseguiu expulsar as forças bolcheviques até à outra margem do rio Dniester (King, C. 2000:33). Porém, também a Ucrânia tinha interesses na Bessarábia e sob esta ameaça latente de anexação ucraniana, foi proclamada a República Democrata Moldava da Bessarábia, na esperança de que as pretensões ucranianas se desvanecessem (King, C. 2000:33). Todavia, a Ucrânia não se deixou intimidar pela proclamação da nova república, continuando a reivindicar os seus territórios e, como tal, tornou-se necessária a criação de uma união entre a Bessarábia e a Roménia, numa tentativa de manter a Bessarábia segura (Haynes, R. 2003:100).

No acordo inicial desta união, a Bessarábia tinha vários privilégios dentro da Grande Roménia, incluindo uma assembleia eleita (Haynes, R. 2003:100). Porém, quando as assembleias da Transilvânia, Bucóvina e outras regiões votaram para aderirem à união com a Roménia, a Bessarábia decidiu renunciar às condições anteriormente estabelecidas, que mantinham a seu favor um certo grau de independência, decidindo declarar a união total com a Roménia (King, C. 2000:35). Assim, com esta união, a Roménia passou de um país pequeno e pouco relevante para o segundo maior país da Europa Central de Leste (Mitrasca, M. 2002:9).

No entanto, a incorporação da Bessarábia na Grande Roménia nunca foi assegurada num tratado internacional, visto que a Rússia não reconhecia a soberania romena sobre o território (Haynes, R. 2003:102-103; King, C. 2000:38). Criou-se assim uma disputa sobre esta região entre a União Soviética e a Roménia tendo ficado conhecida internacionalmente como “a questão da Bessarábia” (Johansson, A. 2011:49). Do ponto de vista romeno, a região pertencia à Roménia uma vez que a sua população era maioritariamente originária desse território (Mitrasca, M 2002:27). No entanto, os russos defendiam que, como o Estado romeno não existia à data da anexação russa da Bessarábia, esta jamais poderia pertencer à Roménia (Mitrasca, M 2002:27).

2.1.2 - Período entre as Guerras

Após a unificação, a Roménia levou a cabo uma política de “romanização” na Bessarábia (Haynes, R. 2003:103-104). Esta estratégia conduziu ao descontentamento da população da Bessarábia criando a sensação geral de que a região tinha sido anexada pela Roménia, ao invés de ter sido uma decisão que tomaram livremente (King, C. 2000:42; Haynes, R. 2003:103-104). Ademais, esta política foi pouco eficiente visto que a população urbana da região permaneceu predominantemente russa (Haynes, R. 2003:110). Esta situação revelou-se benéfica tanto para a Rússia como para a Ucrânia que aproveitaram esta insatisfação para levar a cabo uma campanha de propaganda anti-romena e pró bolchevique (Haynes, R. 2003:104).

Em meados de 1920, a questão da Bessarábia revelou-se novamente central a propósito do reconhecimento internacional da União Soviética (Johansson, A. 2011:49). À luz desta disputa renovada, a União Soviética criou, em 1924, na outra margem do rio Dniester, uma nova República Socialista denominada de República Socialista Soviética Autónoma da Moldávia (RSSAM) (King, C. 2000:52).

O território concedido à RSSAM não era um território estável no que concerne a forças governantes (King, C. 2000:53). Durante a guerra civil russa que antecedeu a criação da URSS, foi governado por diversas entidades, nomeadamente pelo Exército Vermelho, cossacos, forças ucranianas independentes e pelo Exército Branco (King, C. 2000:53). Só em 1920 é que a região foi incorporada na Ucrânia e, dois anos mais tarde, na União Soviética, tendo sido posteriormente, retirada da República Socialista Soviética da Ucrânia para formar a RSSAM (King, C. 2000:53; Johansson, A. 2011:49). Acresce que, e não obstante o seu nome oficial conter a designação de Moldávia, a região nunca foi parte integrante tanto da Bessarábia como da Roménia, como tal, a sua composição étnica era maioritariamente ucraniana (King, C. 2000:53; Haynes, R. 2003:111). Nos dias de hoje, a região que outrora formou a RSSAM denomina-se de Transnístria, sendo esta república soviética o início da história da actual região separatista (Johansson, A. 2011:49).

A RSSAM fazia parte de uma estratégia para aliciar a Bessarábia para o mundo soviético através de propaganda, assegurando também assim que a questão da Bessarábia não caía em esquecimento (King, C. 2000:54-63; Haynes, R. 2003:111; Johansson, A. 2011:49). Tendo em vista o objectivo de atrair a população da Bessarábia e impulsionar uma revolta contra a Roménia, a União Soviética declarou que a Bessarábia era parte integrante da recém-criada RSSAM (Haynes, R. 2003:111; Johansson, A. 2011:49). Declarou ainda Chisinau a capital oficial da nova república como gesto simbólico, todavia, como à data Chisinau pertencia à Roménia, Balta foi nomeada a capital provisória, sendo mais tarde substituída por Tiraspol (Johansson, A. 2011:50; Haynes, R. 2003:111).

Não obstante a maioria da população da RSSAM ser etnicamente ucraniana, como vimos anteriormente, a União Soviética defendia que a população da Bessarábia e da RSSAM eram etnicamente distintas dos romenos (Haynes, R. 2003:111; Meures, W. 1998:50). Esta estratégia ficou conhecida por “mito moldavo” e pretendia criar uma identidade para a Bessarábia diferenciada da identidade dos romenos, inculcando assim a ideia de que, além da etnia, os moldavos da Bessarábia também falavam um idioma distinto (Haynes, R. 2003:111; Meures, W. 1998:50). O objectivo deste “mito moldavo” era, tal como a criação da RSSAM, afastar a Bessarábia da Roménia e aliciá-la para integrar a União Soviética (Haynes, R. 2003:111; Meures, W. 1998:50; Johansson, A. 2011:49). Charles King ilustra perfeitamente as consequências que estas actuações tiveram nesta época: “a história destas décadas, incluindo os debates sobre os limites da

identidade nacional, deixaram uma marca profunda na República da Moldova, mesmo após as mudanças territoriais da 2ª Guerra Mundial” (King, C. 2000:64).

2.1.3 - União Soviética e a Bessarábia

Com a assinatura dos protocolos secretos do Pacto Molotov-Ribbentrop entre a Alemanha e a União Soviética em Agosto de 1939, Hitler relevou não ter interesse na Bessarábia (King, C. 2000:91). Com a assinatura deste pacto, a União Soviética viu o caminho aberto para conquistar a região, como tal, um ano mais tarde, foi feito um ultimato à Roménia para se retirar da Bessarábia (Johansson, A. 2011:50). Além da retirada de tropas da Bessarábia, foi ainda exigido à Roménia que cedesse à União Soviética a cidade de Herta (Haynes, R. 2003:113). Contudo, esta reconquista da Bessarábia estava mais relacionada com um sentimento de vingança para com a Roménia do que propriamente com um genuíno interesse na região (Meurs, W. 1998:47). A Roménia aceitou a rendição, a 28 de Junho de 1940, perdendo cerca de 51,000 km², que se traduzia numa parte significativa do seu território, (Haynes, R. 2003:113).

Porém, a anexação soviética da Bessarábia não foi longa, uma vez que durante a 2ª Guerra Mundial a Roménia aliou-se à Alemanha reconquistando o território perdido e avançando pela primeira vez até à Transnístria (King, C. 2000:93). Todavia, a conquista da Transnístria tinha apenas como objectivo fazer da região uma zona-tampão entre a Roménia e a União Soviética, como tal, não estando planeada a sua incorporação na Grande Roménia (Haynes, R. 2003:114; King, C. 2000:93). A ocupação romena da Transnístria só durou até ao fim de 1943, altura em que o Exército Vermelho avançou a partir da Ucrânia em direcção à região (Haynes, R. 2003:115). No entanto, durante os dois anos que a Transnístria esteve sob ocupação romena, foi alvo de uma política agressiva por parte dos romenos e dos nazis, na qual os judeus ali residentes foram o alvo central (Haynes, R. 2003:115). A brutalidade que a Transnístria viveu durante este período, às mãos do exército romeno, introduziu uma sensação de medo e desconfiança generalizada na população em relação à Roménia, que permanece até aos dias de hoje e que foi determinante para a sua declaração de independência (Waters, T. 2003:190). Todavia, os moldavos e os habitantes da Transnístria têm uma percepção da história bastante distinta, enquanto que os moldavos culpabilizam Estaline pelas mortes ocorridas, os residentes na Transnístria acreditavam que a sua população foi vítima de Hitler (De Waal, T. 2018:37).

Em 1943, tornou-se evidente para a Roménia que a Alemanha poderia perder a guerra, pelo que decidiu encetar negociações com os Aliados (Haynes, R. 2003:116). Sucede que, esta estratégia não foi suficiente uma vez que, em Março de 1944, o Exército Vermelho já tinha avançado até ao rio Prut, decretando-o a fronteira entre a União Soviética e a Roménia, procedendo à anexação, uma vez mais, da Bessarábia (Haynes, R. 2003:116). As novas fronteiras resultantes da anexação soviética foram confirmadas pelo Tratado Soviético-romeno assinado pelas partes em Fevereiro de 1947, oficializando a passagem da Bessarábia, do norte da Bucóvina e da cidade de Herta para a URSS (Haynes, R. 2003:117; King, C. 1999:94).

Após estas anexações, foi estabelecida a República Soviética Socialista da Moldávia (RSSM) que abrangia a região da Bessarábia e a região da Transnístria - a antiga RSSAM, à excepção de alguns territórios perdidos (King, C. 2000:94). Assim, esta foi a primeira vez que de forma efectiva se uniu a Transnístria à Bessarábia (King, C. 2000:94). Como foi referido, a antiga RSSAM perdeu territórios antes de se unificar com a Bessarábia (King, C. 2000:94). Porém, também a Bessarábia viu as suas regiões de Cetatea, Alba e Ismail serem transferidas para a República Socialista Soviética da Ucrânia, a par com os territórios do norte da Bucóvina e o Norte de Hotin (Haynes, R. 2003:117; King, C. 2000:94). A transferência de regiões outrora pertencentes à Bessarábia estava relacionada com o facto da Ucrânia ser era uma república “mais confiável” aos olhos da União Soviética e, como tal, mais indicada para gerir estes territórios estratégicos que davam acesso ao Danúbio e ao Mar Negro (King, C. 2000:95). É importante lembrar que, nesta época, o Danúbio era uma das mais importantes rotas de comércio para a Europa (Mitrasca, M. 2002:17).

Contudo, a Transnístria – a região a este do rio Dniester – foi retirada da Ucrânia para ser incorporada na RSSAM e, mais tarde, na RSSM (Waters, T. 2003:190). Esta estratégia está em consonância com a política de nacionalidades de Estaline que se apoiava na premissa de “dividir e governar” (Waters, T. 2003:190).

Figura 3 - República Socialista Soviética da Moldávia



Fonte: Haynes, R. 2020. Moldova: a History. I.B.Tauris. p.10

Neste período, o nome “Moldávia” foi introduzido como uma versão curta da denominação “República Socialista Soviética da Moldávia”, não obstante o facto de que na Roménia havia uma região com o mesmo nome que provinha da parcela do principado da Moldávia que não foi anexada pelo Império Russo (King, C.2000:95).

Além da alteração do nome, a URSS introduziu também uma política de encorajamento, aos cidadãos russos e ucranianos, de emigração para a Moldávia, de forma a “neutralizar os altos níveis de natalidade de moldavos”, uma vez que acreditavam que os moldavos careciam de um espírito de lealdade que consideravam essencial (Haynes, R. 2003:118). Também o alfabeto em latim foi alterado para o cirílico, tendo em vista a acentuação das diferenças entre a Moldávia e a Roménia, forçando assim a ideia de que a população moldava era completamente distinta da população romena (Johansson, A. 2011:52; Waters, T. 2003:200).

A URSS apostou também na industrialização da República, estando a maioria das indústrias localizadas na Transnístria, com esta região a representar um terço da indústria

e 90% do sector energético, mas apenas 17% da população (Johansson, A. 2011:52). Charles King aponta as diferenças que se foram estabelecendo dentro da RSSM:

“Em termos demográficos e económicos, a República Socialista Soviética da Moldávia desenvolveu-se gradualmente em duas repúblicas dentro de uma: uma população maioritariamente rural, moldava e indígena na Bessarábia, empregada principalmente na agricultura e agroindústria leve; e uma população mais urbana, eslava e geralmente imigrante na Transnístria, empregada na indústria pesada de estilo soviético” (King, C. 2000:100).

Nesta senda, os poucos moldavos que conseguiam chegar a posições superiores nos órgãos locais e centrais eram da Transnístria, e, mesmo dentro da Bessarábia, havia discrepância com os do norte da Bessarábia a serem privilegiados em relação aos do Sul (King, C. 2000:98-119). Em suma, a Transnístria dominava política e economicamente a República Socialista Soviética da Moldávia, com uma elite privilegiada, com fortes ligações a Moscovo e na qual se usava o russo como língua franca (Rogstad, A. 2016:3). Estas disparidades regionais e étnicas fizeram com que as elites se tornassem competitivas e tiveram um enorme peso anos mais tarde (King, C. 2000:119; De Waal, T. 2018:37).

2.1.4 – Independência

A questão da Bessarábia tornou-se mais uma vez relevante em 1964 com o ressurgimento do movimento “pan-romeno” que defendia a união com a Roménia (Haynes, R. 2003:120). Deste ponto em diante, a Moldávia tornou-se cada vez mais romena, sendo a década de 80 a altura mais pró-Roménia na história da Moldávia (King, C. 2000:108). Exemplo disso foi a criação, em Maio de 1989, de uma organização de oposição denominada de Frente Popular da Moldávia, na qual os seus membros advogavam a união com a Roménia (Haynes, R. 2003:120; King, C. 2000:120). Este movimento nacional moldavo foi impulsionado pelas reformas de Gorbachev e foi-se radicalizando com o passar do tempo (Rogstad, A. 2016:3).

Em Agosto de 1989, o Supremo Soviético da Moldávia declarou o moldavo, escrito em latim, como língua oficial da República, tendo sido a primeira República Soviética a fazê-lo (Haynes, R. 2003:120; Waters, T. 2003:192). Ademais, esta lei da língua estendia o uso da língua moldava às diversas áreas, como a educação, e reconhecia implicitamente a união da língua moldava e romena (King, C. 2000:120). A aprovação

desta lei assinalou um novo marco na República Soviética da Moldávia ao quebrar com os pressupostos oficiais da identidade da República, representando praticamente “a rejeição dos 65 anos de história soviética” (King, C. 2000:120-121). Para os nacionalistas, a adoção do moldavo como língua oficial representava o renascimento nacional e a alteração para o alfabeto em latim destruía o mito moldavo, anteriormente criado pelos soviéticos para forçar uma distinção entre moldavos e romenos (Meurs, W. 1998:52).

A juntar à alteração da língua e apenas um ano mais tarde, a Frente Popular da Moldávia obteve a maioria dos assentos no Supremo Soviético da Moldávia tendo feito aprovar uma “versão modificada da bandeira da Roménia como a bandeira nacional da Moldávia”, a par com a alteração do nome do país de “Moldávia” para “Moldova”, a versão escrita em língua romena (Haynes, R. 2003:121).

Nesta época reinava um sentimento de euforia e reencontro com a identidade moldava. Exemplo disso foi a demonstração na agora denominada “Ponte das Flores”, no rio Prut, onde os moldavos e os romenos tiveram a oportunidade de reencontrar as suas famílias e amigos dos quais tinham sido separados durante as décadas de dominação soviética na Moldova (King, C. 2000:149). Este testemunho inevitavelmente remete-nos até à queda do muro de Berlim e ao entusiasmo e esperança renovada que se faziam sentir nesses tempos. Todavia, o evento na Ponte das Flores, a par com as alterações à língua e à bandeira, provocaram tensões nas minorias da República da Moldova que temiam o processo cada vez mais evidente de “romenização” (Haynes, R. 2003:121).

No que concerne à lei referente ao idioma da República, importa ainda destacar que esta previa que todos os funcionários públicos fossem sujeitos a um exame da nova língua oficial dentro de um prazo de 5 anos (Hill, W. 2012:49). Nesta época, os funcionários públicos correspondiam à quase totalidade da população, incluindo os gerentes das fábricas do lado esquerdo do rio Dniester, cujo idioma nativo era o russo (Hill, W. 2012:49). Em consequência desta alteração à lei da língua, os habitantes da margem esquerda do Dniester tentaram negociar a implementação de uma zona económica autónoma, na qual haveria flexibilidade no que respeita à aplicação desta nova lei (Hill, W. 2012:50). Uma vez frustrados estes esforços, foi declarada, a 1 de Setembro de 1990, a República Soviética Socialista da Transnístria, uma unidade territorial dentro da União Soviética (Haynes, R. 2003:121; King, C. 2001:533; Hill, W. 2012:50). Esta nova República compreendia os territórios na margem esquerda do rio Dniester e a cidade de Bender, localizada na margem direita (Hill, W. 2012:50). Um mês antes da separação da Transnístria, também parte da região sul da Moldova havia declarado a sua

independência, criando a República Soviética Socialista da Gagaúzia (Haynes, R. 2003:121). Em ambos os casos, a lei da língua é diversas vezes apontada como o grande motivo da separação destes territórios (Waters, T. 2003:192). Não seria, no entanto, o único motivo separatista, uma vez que os donos das fábricas da Transnístria opunham-se à evidente centralização política de Chisinau, tendo assim o factor económico também um grande peso nas pretensões de independência (Bobick, M. 2012:6).

Enquanto se desenrolava a desintegração da União Soviética, Chisinau primeiro declarou a soberania da República e, mais tarde, em Agosto de 1991 declarou a total independência da Moldova (Hill, W. 2012:50). Também a Transnístria, após o colapso da URSS, declarou a sua independência, adoptando o nome de *Pridnestrovskaia Moldavskaia Respublika* (PMR) – República Moldava Transnístria (Johansson, A. 2011:53).

A Roménia foi o primeiro país a reconhecer a independência da Moldova, tendo sido de imediato estabelecido um regime de livre circulação entre os dois países (King, C. 2000:165; Haynes, R. 2003:121). Neste período, a opinião maioritária na Roménia era que os dois países dever-se-iam unir, todavia, os pan-romenos, que outrora proliferavam, perderam parte do apoio da população na Moldova (Haynes, R. 2003:121; Waters, T. 2003:201). No decorrer de 1993, a Moldova continuou a afastar-se da Roménia e das ideias pan-romenas, ambicionando a sua independência e, apenas um ano mais tarde, as sondagens ilustravam que somente 5% da população estava de acordo com a união entre estes dois países (Haynes, R. 2003:121-122; Waters, T. 2003:201). Importa lembrar que, nesta altura a Moldova já tinha vivido separada da Roménia durante aproximadamente dois séculos, sendo a dominação russa a avassaladora diferença entre estes dois países (Meurs, W. 1998:52; Mitrasca, M. 2002:29). A vontade de emancipação era acentuada pelo facto de a Moldova não ser independente desde o século XVI (Hill, W. 2012:4).

No discurso inaugural proferido por Mircea Snegur, o primeiro Presidente da Moldova, este afirmou que, desde os tempos do principado da Moldávia, os habitantes desta região eram conhecidos como moldavos (Meurs, W. 1998:53). Nesta senda, Snegur implementou a mesma linha de discurso outrora utilizada pelos soviéticos, o denominado “mito moldavo” (Meurs, W. 1998:53). Ademais, reconheceu que as línguas moldava e romena eram idênticas, no entanto existiam certas particularidades que as diferenciavam e às quais deveria ser dada a devida relevância (Meurs, W. 1998:53). Em suma, Snegur

sublinhou as tradições da Moldova e distanciou-se de uma possível união (Meurs, W. 1998:54).

Em Abril de 1994, a Moldova juntou-se à Comunidade de Estados Independentes (CEI), confirmando não haver predisposição política para uma união com a Roménia (Haynes, R. 2003:122). Também a Roménia, desde 1996, mostrou que o seu foco incidia na adesão à UE e à NATO ao invés da união com a Moldova (Haynes, R. 2003:122).

Apesar do destino destes dois países não se ter voltado a cruzar, é inegável a ligação que os une. Nas palavras de Snegur, a Roménia é um “país irmão” para a Moldova e a manutenção dos laços culturais entre os dois países sempre foi uma prioridade (King, C. 2001:150).

Em suma, a Moldova fez parte do Principado da Moldávia que incluía territórios que actualmente pertencem à Roménia, Ucrânia e à República da Moldova (Hill, W. 2018:4). Adicionalmente, foi parte integrante da Turquia, da Rússia e da Roménia (Hill, W. 2018:4). É por este motivo que a população da Moldova é composta por uma fusão de diferentes grupos étnicos, especialmente evidente durante o período de dominação soviético (Sanchez, A. 2009:155). Não obstante a maioria da população ter descendência romena existe uma percentagem considerável de russos no país (Sanchez, A. 2009:155). Todos estes factores representam pontos essenciais que tiveram impacto no conflito separatista, que iremos analisar de seguida (Sanchez, A. 2009:155).

2.2 – História do conflito entre a Moldova e a Transnístria

Como foi analisado no subcapítulo anterior, o processo de “romenização” que teve lugar ao mesmo tempo que o colapso gradual da URSS, gerou medo e desconforto nas minorias da Moldova (Haynes, R. 2003:121). Os líderes na margem esquerda do rio Dniester, abertamente pró-Moscovo, aproveitaram os eventos em curso para dramatizarem a possibilidade de uma união entre a Moldova e a Roménia, de forma a conseguirem mobilizar o apoio da população cujo idioma nativo era o russo (Hill, W. 2012:50). Ademais, tanto a Transnístria como a Gagaúzia encontraram apoio nos círculos mais conservadores de Moscovo que se opunham à visão de Gorbachev, instigando assim movimentos separatistas numa tentativa de prevenir o colapso da União Soviética (Hill, W. 2012:50; Gherman, N. 2003:182).

O primeiro confronto entre as partes ocorreu em Novembro de 1990, em Dubasari (ou Dubossary), uma região no centro da Transnístria (Gherman, N. 2003:183). O confronto surgiu após uma tentativa por parte das autoridades de Chisinau de libertar os escritórios da procuradoria regional e da polícia localizados naquela região, tendo os separatistas recorrido à violência como forma de resistência, culminando nas primeiras mortes decorrentes deste conflito (Gherman, N. 2003:183). Deste ponto em diante, a Transnístria acelerou o processo de construção do Estado, que se tornou ainda mais evidente e necessário após o colapso da URSS (Gherman, N. 2003:183; Hill, W. 2012:50).

Assim, aquando da queda da União Soviética e a conseqüente proclamação de independência da Transnístria, Tiraspol apressou-se a implementar forças militares e de segurança para defender o seu território e assegurar as suas pretensões de independência (Hill, W. 2012:50). É nesta altura que Igor Smirnov foi eleito o primeiro Presidente da República Moldava da Transnístria (Sanchez, A. 2009:157).

Por outro lado, Chisinau tentou impor, por três vezes, a sua autoridade na região, especialmente através do estabelecimento do controlo de áreas essenciais como as pontes e estradas, porém os esforços revelaram-se sempre frustrados (Hill, W. 2012:50; Sprague, A. 2016:17). Isto resultou num mal-estar cada vez maior entre as partes, potenciando a escalada de violência no decorrer de 1991 entre a polícia de Chisinau e as milícias de Tiraspol (Hill, W. 2012:50).

No início de 1992 e ainda no rescaldo do colapso da URSS, a Moldova formou um exército para fazer face às pretensões separatistas da Transnístria (Hill, W. 2012:50). Já as forças separatistas eram compostas sobretudo por milícias populares e por antigos membros do 14º exército soviético (Hill, W. 2012:51). A juntar às milícias e ao 14º exército, os separatistas contaram ainda com o apoio de voluntários russos e ucranianos que se identificavam com a causa (Sprague, A. 2016:17). No total, o exército transnístrio compreendia 10 mil tropas, ultrapassando o número de tropas moldavas (Sprague, A. 2016:17).

Assim, importa desde já esclarecer o que era o 14º exército soviético que se revelou tão importante no desfecho deste conflito. Este exército soviético estava posicionado na Transnístria desde 1956, ao serviço da URSS (Hill, W. 2018:4; Sanchez, A. 2009:157). A sua função era proteger a região e atacar a Europa mediterrânea no caso de surgir uma III Guerra Mundial, como tal, tinha ao seu dispor um considerável número de armas e munições (Hill, W. 2012:51). No que concerne à sua composição, o exército

era maioritariamente constituído por russos étnicos que eram cidadãos da Rússia Soviética legalmente, mas que, no entanto, viviam na Moldova (Hill, W. 2012:51). Após o colapso da URSS, 14º exército passou para a alçada da Federação Russa e, não obstante a União Soviética ter findado, o exército permaneceu posicionado na região, possivelmente já com a percepção de que seria necessário para travar este conflito (Hill, W. 2012:51).

O 14º exército soviético foi o grande pilar de sobrevivência da Transnístria, não só pelo apoio das suas tropas à causa, mas também pelas armas e munições soviéticas que estavam a seu cuidado e que foram parar às mãos dos separatistas, umas vezes com o consentimento da Rússia, outras vezes através da prática de roubo aos depósitos do 14º exército (Sanchez, A. 2009:162; Sprague, A. 2016:17; Hill, W. 2012:51). De acordo com uma entrevista concedida por um antigo membro do 14º exército, estima-se que esta unidade doou, no decorrer de 1992, 24 tanques, 12 helicópteros de combate, 37 mil metralhadoras e 120 canhões aos separatistas (Sanchez, A. 2009:163). A juntar a isto, esta unidade ainda treinava as milícias populares da Transnístria, preparando-as para o já inevitável confronto armado (Sprague, A. 2016:17). No entanto, as razões pelas quais esta unidade se mostrou especialmente solidária com a causa da Transnístria são permeáveis de interpretação, variando consoante as perspectivas dos analistas (Hill, W. 2012:51). Para alguns analistas, as tropas do 14º exército simpatizaram com a causa por serem legalmente cidadãos russos, enquanto outros argumentam que este apoio se deveu ao facto de que muitos dos soldados já tinham nascido na Moldova e, como tal, teriam afinidade com a Transnístria (Hill, W. 2012:51; Sanchez, A. 2009:163). Talvez a razão seja uma combinação destes dois factores que permitiram a estas tropas identificarem-se com a causa. Não obstante as suas razões, o 14º exército revelou-se fulcral na criação do regime separatista (Gherman, N. 2003:183).

Face ao exposto, podemos afirmar que é nesta altura que encontramos os primeiros sinais evidentes de uma ajuda por parte de Moscovo. Aliás, desde os protestos contra as alterações à lei da língua na Moldova até estes eventos que se seguiram à independência, a Transnístria sempre revelou ter uma enorme organização e preparação, o que leva vários analistas a afirmarem que os separatistas seguiam instruções directas de Moscovo (Gherman, N. 2003:182). Contudo, é apenas com a presença do 14º exército que esta ajuda externa ganha relevância e notoriedade, tanto na imprensa como na comunidade internacional (Gherman, N. 2003:183). Esta notoriedade recaiu sobretudo na figura do General Lebed, um dos grandes protagonistas deste conflito e um enorme

defensor da Transnístria que, à data do conflito armado, tinha como missão comandar o 14º exército (Gherman, N. 2003:184; Hill, W. 2012:51). A razão deste destaque irá ficar explícito de seguida.

Apesar de a escalada de violência se ter iniciado em 1991, o conflito militar só ocorreu durante a Primavera e o Verão do ano seguinte (Hill, W. 2012:50-51). Quem iniciou o confronto armado continua a ser um tópico sensível, visto que cada parte atribui a culpa à outra (Hill, W. 2012:51). Todavia, a narrativa mais usual é que as autoridades moldavas procederam a uma tentativa de restaurar o controlo na cidade de Bender (também conhecida como Bendery ou Tighina) em Junho de 1992, o que originou uma retaliação das forças separatistas e do 14º exército (Hill, W. 2012:52). Contudo, outro ponto que também não é consensual prende-se com a altura em que o 14º exército se envolveu de facto neste confronto (Hill, W. 2012:52). Esta questão surge porque alguns membros do 14º exército estiveram envolvidos desde o início das hostilidades, enquanto outros apenas se envolveram no conflito quando o exército moldavo se aproximou da Transnístria (Hill, W. 2012:52). Não obstante, o certo é que o General Lebed ordenou ao 14º exército que auxiliasse as forças separatistas na cidade de Bender e que foi devido a esta ajuda que a Transnístria saiu vencedora deste confronto (Hill, W. 2012:52). O General Lebed envolveu-se de tal forma no conflito que chegou a ameaçar as autoridades moldavas que invadiria Chisinau caso estes não se retirassem de Bender ou não consentissem num acordo de cessar-fogo (Hill, W. 2012:52). Além disto, Lebed ainda argumentou que os líderes de Chisinau eram criminosos de guerra que defendiam um Estado fascista e que o 14º exército pertencia aos habitantes da Transnístria (Herd, G. 2017:84; Waters, T. 2003:197).

Chegados a este ponto e já estabelecida a parcialidade do General e da unidade que este comandava, importa relembrar que o 14º exército estava sob a alçada russa desde dia 1 de Abril de 1992 e tinha recebido a ordem do Ministério da Defesa russo para manter a neutralidade oficial (Rogstad, A. 2016:3). Porém, a verdade é que a ordem, caso tenha sido de facto recebida, não foi acatada nem pelos mais altos postos hierárquicos, nos quais se encontrava o General Lebed (Herd, G. 2017:84). Ficou assim pouco claro até que ponto a Rússia controlava o General Lebed e este as suas tropas (Herd, G. 2017:84). Ademais, a própria posição da Rússia não é consistente, tendo em conta que o seu Vice-Presidente à época, Alexander Rutskoi, defendeu a intervenção do 14º exército na batalha de Bender, argumentando que era necessário uma acção militar para travar o “massacre” contra os russos étnicos (Sanchez, A. 2009:163).

Não obstante, a intervenção do 14º exército pôs termo ao confronto militar entre as partes, que durou cerca de dois meses e tirou a vida a aproximadamente mil pessoas (Hill, W. 2012:52). Para além das fatalidades, estima-se ainda que este conflito provocou cerca de cem mil refugiados (Herd, G. 2017:84). Além disto, e apesar da sua brevidade, este conflito deixou marcas profundas no país que permanece dividido entre as duas margens do Dniester até aos dias de hoje (Hill, W. 2012:52).

Uma vez findadas as hostilidades, o acordo de cessar-fogo foi assinado em Moscovo, a 21 de Julho de 1992, pelo Presidente Boris Ieltsin e pelo Presidente Mircea Snegur da República da Moldova (Hill, W. 2012:52). Igor Smirnov, o líder da Transnístria, também esteve presente neste dia histórico, apesar de não ter sido incluído na assinatura do acordo (Hill, W. 2012:52). O acordo de cessar-fogo previa a criação de uma Força Conjunta de Manutenção da Paz, constituída por tropas moldavas (3 batalhões) e transnístrias (2 batalhões), a par com um número significativo de tropas russas (5 batalhões) (Hill, W. 2012:52; Rogstad, A. 2016:3). No total, foram destacadas cerca de 6 mil tropas de manutenção de paz sob o comando militar desta força trilateral (Sanchez, A. 2009:163). O acordo pressupunha ainda o estabelecimento de uma Comissão de Controle Conjunta que tinha como objectivo supervisionar as operações de manutenção de paz e a correcta implementação dos termos definidos no acordo de cessar-fogo (Hill, W. 2012:52). Esta comissão era composta por representantes provenientes da Rússia, da Moldova e da Transnístria que asseguravam o cumprimento da missão (Hill, W. 2012:52).

O problema que esta solução pôs em evidência foi a clara desvantagem da Moldova, tanto no que toca às decisões da Comissão, como no número das tropas de manutenção de paz, uma vez que não raramente a Rússia está alinhada com a Transnístria (Sanchez, A. 2009:164). Acresce que, como a Força Conjunta de Manutenção de Paz é composta por forças militares que estiveram envolvidas directamente no conflito, não se pode considerar esta Força Conjunta como neutra ou imparcial, sendo que a utilização destas tropas viola as normas e princípios internacionais de manutenção da paz (Rodkiewicz, W. et al. 2011:6).

Um dos maiores sucessos deste acordo bilateral entre a Rússia e a Moldova foi a criação de uma zona de segurança que acompanha o rio Dniester, com o intuito de separar as partes beligerantes (Rogstad, A. 2016:3; Gherman, N. 2003:185). As tropas de manutenção de paz estão posicionadas em 15 postos de controlo em áreas-chave da zona de segurança, que se estende por 225km ao longo do rio Dniester (Lungu, K. 2016: s.p). A regulamentação desta zona de segurança é discutida nas reuniões da Comissão que é

formada por representantes das três partes (Gherman, N. 2003:185). No entanto, a Transnístria tem assumido uma posição de bloqueio no que concerne aos esforços de desmilitarização da zona de segurança, chegando inclusive a produzir diversos tipos de armamento na mesma, violando desta forma o acordado (Gherman, N. 2003:185).

Outra das muitas questões que permanecem por resolver, no que diz respeito a este conflito, é o facto de as tropas do 14º exército continuarem a estar destacadas na região, mesmo contra os inúmeros pedidos das autoridades moldavas (Hill, W. 2012:55). Aliás, mesmo após o conflito, o 14º exército continuou a recrutar residentes da Transnístria, numa clara violação do direito internacional (Waters, T. 2003:197). Para dar resposta a estas contestações, foi efectuada uma reorganização desta unidade, em 1995, na qual o 14º exército passou a denominar-se de Grupo Operacional de Forças Russas e o General Lebed foi afastado (Sanchez, A. 2009:157; Waters, T. 2003:198). Não obstante a mudança de nome, as tropas continuam destacadas na região, a par com as munições e equipamentos russos aí armazenados (Sanchez, A. 2009:157). Contudo, a missão do grupo operacional de tropas russas na região é a operação de paz, assim como a de proteger os armazéns militares locais, que armazenam explosivos da época soviética e que são perigosos demais para mover ou destruir (Lungu, K. 2016: s.p). Ademais, estas tropas já foram reduzidas para cerca de 1500 e crê-se que a maior parte sejam na verdade transnístrios a utilizar o uniforme russo (De Waal, T. 2018:36). De qualquer forma, do ponto de vista da Moldova, a presença destas forças russas na margem esquerda do rio Dniester é uma limitação à soberania moldava, a par com uma violação do direito internacional, uma vez que não têm o consentimento do país anfitrião (Sanchez, A. 2009:164; De Waal, T. 2018:36). Neste sentido, a presença destas tropas tem sido um dos maiores obstáculos para a resolução do conflito, chegando inclusive a conduzir à suspensão da Rússia no Tratado de Forças Armadas Convencionais na Europa em 2007 (Rodkiewicz, W. et al. 2011:6). Porém, este assunto será abordado com pormenor mais à frente.

Acresce ainda o facto do acordo de cessar-fogo ter sido assinado em Moscovo e pelo Presidente Ieltsin, a par com a clara intervenção do General Lebed, tem dado força à teoria que este conflito teve mão da Rússia desde os primeiros instantes (Hill, W. 2012:52). Além disto, intencionalmente ou não, a intervenção do 14º exército e a consequente implementação do regime de manutenção de paz concedeu o tempo necessário aos líderes da Transnístria para consolidarem o seu poder na região (Rogstad, A. 2016:3). Uma vez tendo este poder consolidado, a resolução do conflito torna-se uma

tarefa árdua, possibilitando assim a permanência de mais um conflito congelado na região (Rogstad, A. 2016:3).

Inicialmente, os esforços de resolução do conflito estavam sobretudo enquadrados no formato da CEI e através do envolvimento dos Estados vizinhos como a Rússia, a Ucrânia e a Roménia (Belitser, N. 2015:46). Em Março de 1992, ainda antes do conflito atingir o seu auge, os países da CEI emitiram uma declaração que afirmava que a integridade territorial da Moldova era o elemento chave para manter a estabilidade na região (Belitser, N. 2015:46). Só um ano mais tarde, em 1993, é que a comunidade internacional se envolveu no processo de resolução do conflito, sob o formato da Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa (CSCE que mais tarde se viria a denominar Organização para a Segurança e Cooperação na Europa - OSCE) (Hill, W. 2012:53). Para tal, a CSCE abriu um escritório de missão em Chisinau em Abril de 1993 e, desde esta data, passou a liderar a mediação do conflito, com o apoio da Rússia e da Ucrânia como poderes garantidores, aos quais se juntaram, em 2005, os EUA e a UE como observadores (Hill, W. 2012:53; Rogstad, A. 2016:3). O processo de resolução de conflito revelou-se mais complicado e sensível do que se esperava. No entanto, esta temática será apenas abordada no terceiro capítulo desta dissertação. Porém, é importante salientar desde já que o resultado desejável para a Moldova é que o país se volte a unir, com a integração total da Transnístria, enquanto que a ambição da região separatista vai variando entre a independência com o devido reconhecimento internacional ou uma confederação flexível com Chisinau (Hill, W. 2012:54). Sem solução à vista, este conflito permaneceu congelado até aos dias de hoje. Ademais e apesar das suas pretensões separatistas, nunca qualquer país soberano ou organização reconheceu a Transnístria como independente, como tal, esta região passou a ser caracterizada como um Estado de facto (Hill, W. 2012:53).

Em suma, o conflito moldavo-transnístrio escalou lentamente desde 1989 até 1992, iniciando-se com a lei que definiu a língua moldava como o idioma da República e culminando com a intervenção do 14º exército no conflito militar (Rogstad, A. 2016:3; Hill, W. 2012:52). Não foi um conflito longo nem particularmente mortífero, ao contrário dos conflitos que sucederam ao fim da Jugoslávia, por exemplo (Hill, W. 2012:52).

Para Adrian Rogstad, as razões deste conflito assentam numa combinação dos efeitos da política de nacionalidade soviética, da divisão desigual de recursos dentro da RSSM e dos frutos das reformas liberais de Gorbachev (Rogstad, A. 2016:2). Apesar de as diferenças étnicas e linguísticas terem estado no centro da questão numa fase inicial,

estas serviram sobretudo para motivar e polarizar as tropas (Hill, W. 2012:53). Desta forma, a maioria dos investigadores e analistas concordam que este não é um conflito étnico, visto que a população dos dois lados do rio Dniester é composta pelos mesmos grupos étnicos e religiosos (Belitser, N. 2015:45). Aliás, à data da separação da Transnístria, os moldavos eram o maior grupo étnico presente na região (39,3%), enquanto que os ucranianos representavam 28,3% e os russos 25,5% (Herd, G. 2007:83). Nos dias de hoje, os grupos étnicos continuam a ser os mesmos nas duas margens, mas em diferentes proporções (Belitser, N. 2015:45). Ambos os lados são compostos por moldavos étnicos (Moldova – 76%, Transnístria – 32%), por russos (Moldova – 6%, Transnístria - 38%) e por ucranianos (Moldova – 8%, Transnístria – 29%) (Beyer, J. 2011:11). Acresce ainda que as populações nas duas margens do rio são maioritariamente ortodoxas, eliminado assim da discussão o factor da religião (Beyer, J. 2011:11).

Desta forma, podemos afirmar que este conflito é sobretudo definido pela história, geografia e essencialmente pela competição entre as elites dos dois lados, ao invés de um conflito étnico como estamos habituados a observar nesta região (De Waal, T. 2018:36). Esta competição de elites nasceu da disparidade de condições e estilos de vida fomentadas no período soviético, como foi analisado anteriormente (King, C. 2000:119; De Waal, T. 2018:37). Ademais, a elite da Transnístria era apoiada por Moscovo, enquanto que a elite da Moldova era influenciada pela Roménia, o que contribuía para aguçar as rivalidades identitárias e materiais (De Waal, T. 2018:37).

Por outro lado, uma das grandes diferenças entre este caso em análise e outros conflitos no Cáucaso e nos Balcãs é que este não voltou a vivenciar conflitos militares após o cessar-fogo, ao contrário dos segundos (Belitser, N. 2015:45). Porém, instalou-se uma avassaladora discrepância civilizacional entre os dois lados do rio, que se manifesta sobretudo nas preferências geopolíticas, mas também nas percepções que cada parte tem sobre a sua história e a sua identidade (Belitser, N. 2015:45-46). Neste sentido, este conflito tem sido particularmente difícil de resolver e a passagem do tempo apenas reduz as hipóteses de sucesso, uma vez que uma nova geração transnístria já foi educada a pensar na Moldova como um país diferente, detentor de uma cultura distinta e vice-versa (Beyer, J. 2011:11).

2.3 – Características da Transnístria enquanto Estado de Facto

A Transnístria é um Estado de facto desde 1990, altura em que foi declarada a sua independência através da criação da República Soviética Socialista da Transnístria (Bobick, M. 2012:2). Àquela data, o seu objectivo era o de permanecer integrada na União Soviética, todavia, com o seu colapso, a República Soviética Socialista da Transnístria viu-se obrigada a dar lugar à *Pridnestrovskaia Moldavskaia Respublika* (PMR) – República Moldava Transnístria (Johansson, A. 2011:53; Hill, W. 2012:50).

Como foi analisado anteriormente, os Estados de facto não são reconhecidos pelo direito internacional (Bobick, M. 2012:2). Como tal, a Transnístria apesar de ser soberana, por controlar *de facto* o seu território, não o é oficialmente e aos olhos de terceiros, por essa soberania não ter sido reconhecida internacionalmente, faltando-lhe assim o carácter *de jure* (Bobick, M. 2012:2). Neste sentido, a Transnístria, tal como os restantes Estados de facto, apresentam uma forma de soberania distinta dos demais Estados, uma vez que apenas os seus residentes reconhecem a sua soberania no território controlado (Bobick, M. 2012:3). A referida soberania *de facto* foi desenvolvida sobretudo no período pós-guerra, ou seja, foi o conflito militar com a Moldova que permitiu à Transnístria consolidar esta sua posição na região (Bobick, M. 2012:4).

Assim, a Transnístria após o conflito militar iniciou o seu processo de *state-building*, sendo que um dos aspectos fundamentais de *state-building* está relacionado com o controlo físico do território proclamado (Blakkisrud, H. e Kolstø, P. 2011:184). Durante o conflito militar de 1992, o regime separatista da Transnístria fez transitar com sucesso para a sua alçada o controlo de toda a margem esquerda do rio Dniester, excepcionando-se apenas algumas vilas nos arredores da cidade de Dubasari (Dubossary) (Blakkisrud, H. e Kolstø, P. 2011:184). Desta forma, conseguiu conquistar a quase totalidade do território da outrora vigente República Socialista Soviética Autónoma da Moldávia, na qual se sustenta para legitimar a sua pretensão de independência (Blakkisrud, H. e Kolstø, P. 2011:185). No entanto, o regime separatista conseguiu ir mais longe expandindo-se para além do rio Dniester, tomando assim o controlo da cidade de Bender (Bendery) bem como de seis vilas nos seus arredores, como se pode observar no mapa abaixo apresentado (Blakkisrud, H. e Kolstø, P. 2011:185).

Figura 4 - Mapa da Transnístria



Fonte: De Waal, T. 2018. *Uncertain Ground: Engaging with Europe's De Facto States and Breakaway Territories*. Carnegie Endowment for International Peace.

A Transnístria, com capital em Tiraspol, tem vários atributos existentes num Estado independente e soberano tais como instituições de poder legislativo, executivo e judicial, a par com forças de segurança e forças armadas, sendo estas últimas maiores e melhor equipadas do que as da Moldova (Sanchez, A. 2009:158; Belitser, N. 2015:46; Herd, G. 2007:85). Possui ainda a sua própria moeda, bandeira, Constituição, Presidente, banco nacional, hino nacional, sistema de educação, entre tantas outras características que seriam usuais caso se tratasse de um Estado soberano (Belitser, N. 2015:46). Adicionalmente ao mencionado, este Estado de facto tem ainda fortes pretensões de política externa, que tiveram uma maior visibilidade quando o seu primeiro presidente afirmou que a Transnístria é historicamente direccionada para a prioridade do estabelecimento dos laços com a Ucrânia e a Rússia (Herd, G. 2007:85). Assim, podemos concluir que “a Transnístria tem todas as funções de um Estado-nação, mas todas as desvantagens de não ser reconhecida por ninguém” (Beyer, J. 2011:2).

Todavia, é necessário ressaltar um aspecto importante que caracteriza a situação em que a Transnístria se apresenta uma vez que, apesar de não ser reconhecida por

nenhum Estado soberano, os seus pares reconhecem essa sua qualidade, encontrando-se entre eles a Abkházia e a Ossétia do Sul (Lungu, K. 2016: s.p). Nessa sequência, estas três regiões criaram uma União de Estados não reconhecidos em 1992, assinando acordos comerciais e partilhando informações sobre possíveis ameaças (Lungu, K. 2016: s.p; King, C. 2001:542). Além disto, os presidentes destes Estados de facto trocam frequentemente visitas, principalmente nos feriados nacionais destas regiões, demonstrando assim o seu apoio (King, C. 2001:542).

No que concerne à divisão de poderes, podemos considerar pelo menos numa fase inicial, este Estado de facto como detendo um regime “super-presidencial”, uma vez que era na figura do Presidente que residia o poder político (Herd, G. 2007:86). A título de exemplo, o Presidente pode nomear e destituir todos os chefes de administração e os ministros do Gabinete de Ministros, Gabinete este que substitui o cargo de Primeiro-Ministro e que curiosamente é presidido pelo Presidente (Herd, G. 2007:86). Este tipo de regime centrado na presidência é bastante comum no espaço pós-soviético (Blakkisrud, H. e Kolstø, P. 2011:199).

Eleito a 1 de Dezembro de 1991, Igor Smirnov foi o primeiro Presidente da República Moldava da Transnístria (Sanchez, A. 2009:157). Smirnov é detentor de um passaporte da Federação Russa, tal como a maioria da elite governante da Transnístria, sendo que alguns desses indivíduos terão inclusive vindo do governo russo, em particular do seu parlamento (Sanchez, A. 2009:158; Herd, G. 2007:85). Neste sentido, o governo de Smirnov durante os 20 anos que esteve no poder foi pautado por políticas pró-russas (Popescu, N. e Litra, L. 2012:1).

Igor Smirnov, no tempo em que foi Presidente, não poupou esforços para consolidar o seu poder através das instituições estatais (Herd, G. 2007:85). Utilizava o Ministério da Segurança do Estado, leia-se o serviço de inteligência, para controlar e guiar a região, ao estilo dictatorial (Sanchez, A. 2009:159). Como tal, nesta fase inicial o parlamento transnístrio era apenas um órgão simbólico (Sanchez, A. 2009:159). Nos primeiros anos da auto-proclamada República Moldava Transnístria, não havia oposição a Smirnov, nem comunicação social livre ou qualquer tipo de organizações não governamentais (Sanchez, A. 2009:169). Nesta senda, Smirnov foi eleito quatro vezes (em 1991, 1996, 2001 e 2006), contudo a verdade é que não enfrentava uma verdadeira oposição, uma vez que os indivíduos que tomavam posições contrárias a Smirnov eram ameaçados de forma recorrente acabando, na sua maioria, por ter de fugir para o território controlado pelas autoridades moldavas (Blakkisrud, H. e Kolstø, P. 2011:200; Sanchez,

A. 2009:169). De acordo com diversos grupos de direitos humanos, estima-se que mais de 200 transnístrios desapareceram durante o governo de Smirnov por alegadamente terem levado a cabo acções consideradas “anti-transnístrias” (Sanchez, A. 2009:169). Assim, podemos concluir que a Transnístria era uma sociedade fechada e à mercê dos caprichos de Smirnov (De Waal, T. 2018:43).

Nos dias de hoje, a realidade política da Transnístria alterou-se consideravelmente. Com as eleições de Dezembro de 2011, nas quais Smirnov foi afastado do cargo dando lugar a Shevchuk, a Transnístria vivenciou diversas reformas para potenciar a autoridade do parlamento em detrimento da autoridade da presidência (Beyer, J. 2011:9). Estas reformas incluíam a eleição directa do presidente da câmara (até aqui nomeado pelo Presidente) e a abolição do cargo de vice-Presidente (Beyer, J. 2011:9). Desta forma, já não estamos perante o mesmo regime super-presidencial que outrora existiu (Herd, G. 2007:86). No entanto, também não podemos afirmar que a Transnístria passou a ser um Estado democrático de tipo ocidental. Prova disso são os relatórios anuais da Freedom House que descreviam a Transnístria, em 2019, como um país não livre, obtendo apenas um total de 22 em 100 pontos na escala de classificação de liberdade (Freedom in the World. s.d). Isto deve-se, em parte, porque até aos dias de hoje as posições políticas contraditórias aos objectivos estabelecidos da região são encaradas como uma traição à memória de todos aqueles que morreram no conflito com a Moldova (Bobick, M. 2012:4).

Nesta região, a ideia de que a Roménia e a Moldova são países inimigos continua a estar muito presente, a par com a demonização do Ocidente e de organizações como a NATO (Bobick, M 2012:4). Isto é justificado pelo facto de que a Transnístria continua a ter uma ideologia de Estado baseada no multinacionalismo soviético, tal como uma percepção muito vinculada das ameaças a que está sujeita (Bobick, M. 2012:4). Assim, a Transnístria vai sobrevivendo agarrando-se a uma retórica de constante vitimização, suportada em grande parte pelo culto dos indivíduos que perderam a vida no conflito militar (Bobick, M. 2012:4). Este tipo de narrativa revela-se bastante comum nestes Estados não reconhecidos, visto que, tendo em vista a sua sobrevivência, necessitam de relembrar constantemente à sua população da ameaça existente representada pelo Estado central (Dembinska, M. e Mérand, F. 2018:18).

Devido à sua condição política, ou seja, a sua carência de reconhecimento internacional, a economia da Transnístria permaneceu ilícita e não regulamentada (Bobick, M. 2012:2). Neste sentido, a Transnístria tem sido acusada por diversas

organizações de estar envolvida em inúmeros crimes, nomeadamente lavagem de dinheiro e tráfico de armas (Sanchez, A. 2009:154). O tráfico de armas é dos problemas mais complexos desta região, principalmente devido à falta de provas e de autoridades que possam fazer face a esta questão (Sanchez, A. 2009:170). Alegadamente as armas são enviadas para zonas de conflito como os Balcãs e África e para organizações terroristas e são provenientes tanto de stocks de armas do antigo 14º exército como da própria produção realizada nas fábricas da Transnístria (Sanchez, A. 2009:170; Herd, G. 2007:87). A Transnístria acede facilmente às armas do 14º exército, uma vez que estas encontram-se localizadas ao ar livre, com pouca ou nenhuma supervisão russa (Sanchez, A. 2009:170). A acrescer ao referido, os líderes transnístrios negam frequentemente o acesso a supervisores internacionais que têm como missão monitorizar estes stocks, como é o caso da OSCE e, como o aeroporto de Tiraspol não está integrado na zona de segurança, as exportações não são monitorizadas pelos observadores estrangeiros (Sanchez, A. 2009:170; Herd, G. 2007:87). Assim, e devido ao acima mencionado, o controlo sobre estas armas revela-se extremamente difícil.

Também no campo económico, a credibilidade da região está afectada, principalmente desde que, em 2011, a *Financial Crimes Enforcement Network*, uma agência estatal americana, recomendou às empresas do seu país que evitassem fazer transacções com os bancos da Transnístria devido à falta de supervisão e à consequente criminalidade (De Waal, T. 2018:44). O facto de ser um Estado não reconhecido internacional e inserido numa região por onde passam diversas rotas comerciais importantes, faz com que esta região reúna as condições ideais para o florescimento de crime organizado, contrabando, corrupção e lavagem de dinheiro através dos bancos da região (Rodkiewicz, W. et al. 2011:7). Acresce que, este contexto é extremamente favorável ao estabelecimento de grupos terroristas internacionais e traficantes de droga (Rodkiewicz, W. et al. 2011:7). Ora, estas situações têm trazido uma má reputação à região, sendo a Transnístria frequentemente apelidada de “buraco negro da Europa” (Sanchez, A. 2009:156; Blakkisrud, H. e Kolstø, P. 2011:187). Devido ao seu amplo espectro criminal, a Transnístria tornou-se um problema de segurança para a Europa, principalmente após a adesão da Roménia à União Europeia e à NATO, visto que colocou a Moldova como vizinha imediata destas duas organizações (Sanchez, A. 2009:168).

Ademais, os crimes acima referidos têm consequências económicas para os negócios legítimos presentes nos Estados vizinhos da região separatista (Rodkiewicz, W. et al. 2011:7). A título de exemplo, o contrabando de tabaco que se verifica na região

provoca enormes prejuízos para a Roménia, com perdas anuais estimadas em mil milhões de euros (Rodkiewicz, W. et al. 2011:7).

Neste sentido, a economia da Transnístria é instável e ineficiente (Calus, K. 2013:1). A baixa natalidade e a emigração em massa são dois dos maiores problemas da região, o que resulta num enorme défice no seu orçamento (Calus, K. 2013:1-5). No entanto, curiosamente, a economia da Transnístria consegue alcançar melhores resultados em algumas áreas do que a economia da Moldova (King, C. 2001:538). Porém, é de referir que não o consegue sozinha, tendo a Rússia um papel crucial na manutenção deste Estado de facto, como será analisado no próximo subcapítulo. Assim, a economia da Transnístria sobrevive devido à ajuda da Rússia, às remessas dos emigrantes, que rondavam 200 milhões de dólares em 2014, e ao lucro proveniente das exportações, nomeadamente de armas (Calus, K. 2013:4; Sanchez, A. 2009:170; Dembinska, M. e Mérand, F. 2018:21).

Ainda no que concerne ao campo económico, importa realçar o papel que a Sheriff, a maior cadeia da região que inclui diversos sectores desde supermercados a uma equipa de futebol, tem neste Estado de facto (Bobick, M. 2012:9). Esta empresa é uma das grandes impulsionadoras da economia ilícita acima descrita e, como tal, merece uma análise destacada (Bobick, M. 2012:2-8). Aliás, é difícil falar-se da Transnístria sem referir a Sheriff, uma vez que esta já é um marco dominante na vida política e social da região. Na década de 90, ainda na fase de construção deste Estado de facto, esta empresa começou como um negócio de fachada (Bobick, M. 2012:8). Apesar de aparentar ser apenas uma agência de caridade que auxiliava famílias de outros polícias, na realidade operava um negócio oculto de contrabando, com especial incidência na venda de cigarros (Bobick, M. 2012:8). Com o tempo, o negócio foi-se expandindo e começou a incluir outros produtos, abrangendo, a título de exemplo, o contrabando de licores (Bobick, M. 2012:8).

Actualmente, a Sheriff tem uma área de negócio bastante alargada que vai desde supermercados, bombas de gasolina, diversas indústrias, um clube de futebol, um banco, companhias de telefone, serviço de internet, serviços de televisão, venda de automóveis, uma editora e produção de diversos alimentos como pão, carne, leite, entre tantos outros (Bobick, M. 2012:9). A criação deste monopólio, que compreende praticamente todos os sectores, foi possível uma vez que as importações vindas da Moldova eram taxadas a 100% no período após o conflito (Bobick, M. 2012:10). Desta forma, “a Sheriff não tinha competição e podia ditar os termos de venda, pois não havia fornecimento alternativo” (Bobick, M. 2012:10). Neste sentido, a Sheriff detém um enorme controlo sobre este

Estado de facto, chegando inclusive ao extremo de posicionar os seus empregados em postos que lhes permitiam controlar a fronteira, o que permitiu monopolizar todo o comércio da região (Bobick, M. 2012:10). Tudo isto só foi possível porque a Sheriff beneficia de relações muito próximas com os líderes da Transnístria (Bobick, M. 2012:11). Na Transnístria é comum e quase socialmente aceite misturar a política com os negócios, principalmente tendo em conta de que os indivíduos que ocupam altas posições neste Estado de facto visam não só objectivos políticos, como também pessoais (Bobick, M. 2012:2-11).

Esta posição que a Sheriff ocupa acaba por ser a causa e o resultado da eliminação da competição na economia transnístria, tanto no comércio lícito como ilícito (Bobick, M. 2012:13). A posição privilegiada da Sheriff está bem explícita nos relatórios da Freedom House. À pergunta “o chefe de governo é eleito livremente e os representantes legislativos determinam as políticas do governo?” a Freedom House responde: “a Sheriff exerce uma forte influência nas políticas do governo, que também são monitorizadas de perto pelo governo russo” (Freedom in the World, s.d). Para consolidar esta influência, a Sheriff criou um partido político, em 2005, de forma a proteger os seus interesses económicos (Bobick, M. 2012:15; Devyatkov, A. 2012:58). Este partido, o Obnovlenie (ou Renewal Party – Partido da Renovação) é apenas um exemplo de como os negócios e a política na Transnístria são simbióticos (Dembinska, M. e Mérand, F. 2018:24).

Aliás, tanto Yevgeny Shevchuk, o segundo Presidente da Transnístria (2011-2016), como Vadim Krasnoselsky, o actual Presidente da Transnístria (2016-), chegaram à vida política devido ao apoio da Sheriff (Dembinska, M. e Mérand, F. 2018:25). Embora no caso de Shevchuk, este tenha acabado por ser forçado a sair do partido Obnovlenie devido a uma disputa com Igor Smirnov, à data Presidente da Transnístria, que contava com o total apoio da Sheriff (Dembinska, M. e Mérand, F. 2018:25; Calus, K. 2016b: s.p). Esta disputa ocorreu em 2009 quando Shevchuk, na altura líder da Obnovlenie, fez uma declaração na qual afirmava que Smirnov se devia demitir (Devyatkov, A. 2012:58). Esta declaração despoletou uma série de tensões e a possibilidade de uma revolução colorida na região assustou a Rússia (Devyatkov, A. 2012:58). Também a Sheriff encarou esta declaração com maus olhos, visto que a empresa gozou de altos privilégios durante o governo de Smirnov, como tal, não tinha qualquer interesse em ter um membro do seu partido a contestar acções tomadas pelo Presidente (Calus, K. 2013:2; Devyatkov, A. 2012:58).

Como resultado, Shevchuk candidatou-se à Presidência como candidato independente e assumiu uma posição abertamente adversária à empresa, a par com uma postura de oposição à governação de estilo soviético (Dembinska, M. e Mérand, F. 2018:25; Popescu, N e Litra, L. 2012:1). Já a Sheriff escolheu Anatoliy Kaminski para substituir Shevchuk na liderança do Obnovlenie, que obteve o apoio de Moscovo nas eleições presidenciais de 2011, apesar de este não ter conseguido derrotar Shevchuk (Devyatkov, A. 2012: 58-59). Esta disputa e o consequente corte de relações com a Sheriff acabaram por ser determinantes não só para enfraquecer o monopólio que esta empresa beneficiava, como para aproximar a Transnístria à Moldova e à União Europeia (Dembinska, M. e Mérand, F. 2018:25; Popescu, N. e Litra, L. 2012:3). Foi sob o mandato de Shevchuk que os impostos de importação de produtos moldavos foram levantados, uma medida que até aqui tinha beneficiado a Sheriff, a par com a intensificação do diálogo com a Moldova e de medidas de *confidence-building* (Popescu, N. e Litra, L. 2012:3). Esta aproximação será abordada com mais pormenor no terceiro capítulo desta dissertação.

Não obstante, Shevchuk chegou ao poder com uma posição política fraca, sem apoio dos *powerbrokers*, e não tendo sido capaz de convencer o seu eleitorado, acabando por perder as eleições seguintes para o candidato do partido Obnovlenie (Popescu, N. e Litra, L. 2012:1; Dembinska, M. e Mérand, F. 2018:26). Apesar dos esforços de Shevchuk, a Sheriff, tal como o partido Obnovlenie continuam a ter um papel de bastante relevo na vida económica e política da Transnístria (Dembinska, M. e Mérand, F. 2018:26; Popescu, N. e Litra, L. 2012:2). Exemplo disso é o facto do partido Obnovlenie ter conseguido 33 dos 43 assentos no parlamento da Transnístria nas eleições parlamentares de Novembro de 2015, dominando assim a maioria constitucional dos votos, a par com a vitória do candidato endossado pelo partido nas eleições presidenciais de 2016, que retirou do poder Shevchuk (Dembinska, M. e Mérand, F. 2018:26; Calus, K. 2016b: s.p; De Waal, T. 2018:44). Este crescente apoio da população ao Obnovlenie é justificado em parte pelo facto de que este partido lança mão a vários expedientes para ganhar a simpatia da população, nomeadamente oferecer presentes na véspera das eleições ou concedendo trabalhos de manutenção nas habitações dos residentes locais (Bobick, M. 2012:15). A corrupção na Transnístria está profundamente enraizada e parece não chocar a comunidade local que se sente, regra geral, agradecida pelo contributo que os seus líderes e a Sheriff deram para esta região (Bobick, M. 2012:14-16).

Se a Transnístria nunca tinha sido politicamente unida, a situação agravou-se com a entrada do Obnovlenie em cena (Oleksy, P. 2015: s.p). Na fase inicial de construção do Estado de facto, a elite política era formada sobretudo pelos donos das principais empresas locais que geriam os conflitos discretamente, não transparecendo o mal-estar para a população (Oleksy, P. 2015:s.p). Tendo sido, aliás, estes empresários que impulsionaram a separação da Moldova e, conseqüentemente, criaram este Estado de facto (Bobick, M. 2012:6). No entanto, “a situação ficou mais tensa quando as gerações mais jovens de empresários ligados à Sheriff começaram a mostrar ambições políticas maiores”, originando contendas como a referida entre Shevchuk e Smirnov (Oleksy, P. 2015: s.p). Em suma, o meio político da Transnístria é extremamente complexo e pautado por diversas disputas, no entanto, o entendimento destas dinâmicas domésticas revela-se crucial para a boa compreensão do alinhamento geopolítico da Transnístria, uma vez que este vai oscilando entre uma aproximação à União Europeia e à Rússia (Dembinska, M. e Mérand, F. 2018:27). Por outro lado, é de extrema importância compreender as ligações entre o meio económico e político visto que os empresários desta região usam frequentemente a sua influência para ditar o alinhamento deste regime separatista (Dembinska, M. e Mérand, F. 2018:28).

Face ao exposto, podemos concluir que o projecto de *state-building* na Transnístria tem sido bem-sucedido em algumas áreas, nomeadamente na implementação de instituições (Blakkisrud, H. e Kolstø, P. 2011:204). No entanto, existem algumas ressalvas, sendo o reconhecimento internacional o factor em falta mais relevante (Blakkisrud, H. e Kolstø, P. 2011:204). Contudo, a elite transnístria demonstra pouco interesse em alcançar um acordo para findar o conflito, preferindo, ao invés, manter o *status quo*, como ficou claro desde a década de 90 (Herd, G. 2007:85). Isto é justificado pelo facto de que esta *grey economy* beneficia a região, uma vez que facilmente se consegue trazer produtos para a região sem pagar qualquer tipo de taxas ou impostos, sendo estes, mais tarde, exportados para a Moldova ou para a Ucrânia, gerando milhões de euros em lucro (King, C. 2001:536; Blakkisrud, H. e Kolstø, P. 2011:192). Neste sentido, a manutenção do *status quo* é de todo o interesse do regime separatista (King, C. 2001:548).

Apesar da manutenção do *status quo* interessar à Transnístria, a sua posição oficial é que almeja alcançar a liberdade da Moldova (De Waal, T. 2018:44). No entanto, os líderes separatistas fazem questão de realçar que a auto-denominada República Moldava

Transnístria pertence ao mundo russo no que concerne aos termos culturais, ideológicos e políticos (De Waal, T. 2018:44).

Por outro lado, as mudanças internas e a consolidação do Estado de facto tornam a reintegração no Estado central menos provável, concomitantemente com a redução do interesse em resolver o impasse no qual se encontram (King, C. 2001:535; Dembinska, M. e Mérand, F. 2018:18). Todavia, esta situação só é possível porque não raras vezes os Estados de facto têm apoio externo (Dembinska, M. e Mérand, F. 2018:17). No caso da Transnístria, esse apoio provém da Rússia como iremos analisar de seguida.

2.4 – Apoio económico da Rússia à Transnístria

A ajuda financeira da Rússia à Transnístria é realizada tanto de forma directa como indirecta (Calus, K. 2013:4). O maior contributo da Rússia efectuado de forma indirecta está materializado nos subsídios de gás (Calus, K. 2013:4). Na Transnístria, o gás é fornecido pela empresa TiraspolTransGaz-Pridnestrovie que o obtém através da MoldovaGaz que, por sua vez, é fornecida pela Gazprom, uma empresa russa (Calus, K. 2013:4; Popescu, N e Litra, L. 2012:5). Ora, na Transnístria o gás é vendido abaixo do preço de mercado, gerando assim enormes prejuízos tanto para a TiraspolTransGaz-Pridnestrovie como para a MoldovaGaz (Popescu, N e Litra, L. 2012:5). Acresce que, o regime separatista não paga, desde 2009, qualquer montante referente a esta venda à MoldovaGaz nem, conseqüentemente, à Gazprom, mantendo a totalidade dos lucros da venda de gás para si, o que torna este negócio altamente lucrativo para a região (Calus, K. 2013:4). Estima-se que os lucros da venda de gás rondam os 400 milhões de dólares por ano e, uma vez que não são inseridos no orçamento, são gastos pelas autoridades da Transnístria a seu bem entender (Popescu, N e Litra, L. 2012:5; Calus, K. 2013:4; Dembinska, M. e Mérand, F. 2018:21). Apesar de uma parcela deste lucro ser alocado ao pagamento das pensões da população da Transnístria, outra parte significativa era desviada por Smirnov, o que desagradava a Moscovo (Dembinska, M. e Mérand, F. 2018:21; Rogstad, A. 2016:11).

Face ao exposto, este esquema com as receitas do gás traduz-se no maior subsídio indirecto da Rússia para a região (Popescu, N e Litra, L. 2012:5). Acresce que a população da Transnístria obtém gás natural a preços abaixo do estabelecido no mercado, o que subsidia bens de consumo tal como é exemplo o pão (Bobick, M. 2012:7). Desta forma,

os residentes da região separatista temem uma alteração ao *status quo*, uma vez que lhes traz benefícios económicos (Bobick, M. 2012:7). Os media transnístrios fazem questão de sublinhar estas disparidades, comparando os preços que são praticados na Transnístria com os da Moldova e os da Ucrânia, de forma a exaltarem a superioridade económica da região (Bobick, M. 2012:7).

Ademais, quase metade do gás recebido na Transnístria destinado a indústrias é alocado na Kuchurgan Power Plant (Termocentrala de la Cuciurgan, em romeno), que é integrante da Inter RAO, uma companhia estatal russa (Popescu, N e Litra, L. 2012:5). Curiosamente, o CEO da Inter RAO é Boris Kovalchuk, filho de um grande amigo de Putin (Popescu, N e Litra, L. 2012:5). Assim, as entregas de gás da Gazprom além de subsidiarem as autoridades transnístrias, ajudam ainda as indústrias com ligações à Rússia, lavando desta forma “os subsídios energéticos, enquanto apoiam cidadãos russos no estrangeiro” (Popescu, N e Litra, L. 2012:5; Bobick, M. 2012:6). Neste sentido, do ponto de vista dos cidadãos russos “possuir activos na Transnístria oferece uma forma de redireccionar subsídios russos de volta a mãos privadas, sendo o investimento tanto patriótico como rentável” (Bobick, M. 2012:6). Também as empresas leais ao regime transnístrio são presenteadas com preços de gás mais reduzidos do que as demais, incitando assim o apoio à liderança separatista (Calus, K. 2013:5).

Devido a este esquema relacionado com os subsídios de gás, a dívida externa da Transnístria ronda os 400% do PIB da região, sendo que, em 2015, a dívida do regime com a Gazprom era de mais de 4 mil de milhões de dólares (Popescu, N. e Litra, L. 2012:2; Dembinska, M. e Mérand, F. 2018:21). Assim, a tolerância russa para o não cumprimento das dívidas de gás da Transnístria é uma forma indirecta de suporte (Popescu, N. e Litra, L. 2012:2). A existência desta dívida é, aliás, vantajosa para a Rússia, visto que é utilizada como instrumento de pressão política sobre a Moldova (Calus, K. 2013:4). A Rússia serve-se do argumento do não reconhecimento da Transnístria para incutir a responsabilidade de pagamento das dívidas da região à Moldova (Calus, K. 2013:4). Acresce que, a Rússia chega a cortar o gás à Moldova, como forma de pressão para esta liquidar as suas dívidas, todavia, desde que o oleoduto para os Balcãs começou a passar no território moldavo, o Kremlin tornou-se relutante em continuar a aplicar esta tática de pressão a Chisinau (Hill, W. 2018:7).

Por outro lado, a Transnístria, inicialmente afirmava em sua defesa que não tinha capacidade de pagar a dívida à Moldova, uma vez que a moeda da região, o rublo, não poderia ser convertido em dólares como o contrato entre as partes assim o exigia (Calus,

K. 2013:4-5). No entanto, em 2011, a região alterou a narrativa quando Smirnov negou oficialmente a dívida, argumentando que não estava estabelecido nenhum acordo bilateral entre a Moldova e a Transnístria que previsse a obrigatoriedade de pagamento de gás por parte do regime separatista (Calus, K. 2013:4-5). Em suma, tanto a Rússia como a Transnístria jogam com o não reconhecimento da região para se escusarem ao pagamento da dívida.

Quanto ao apoio russo de forma directa, este assume a forma de ajuda humanitária ou de desenvolvimento (Calus, K. 2013:5; Dembinska, M. e Mérand, F. 2018:21). Apesar da Rússia auxiliar a Transnístria desde o primeiro momento em que esta proclamou a sua independência, esta ajuda foi intensificada desde 2008 (Calus, K. 2013:5). Estima-se que só entre 2008 e 2012, a Rússia doou cerca de 110 milhões de dólares à Transnístria para gastar em pensões e comida para os mais carenciados, aumentando assim cerca de 27 milhões anuais face aos anos anteriores (Calus, K. 2013:5; Dembinska, M. e Mérand, F. 2018:21). Ou seja, além das pensões subsidiadas pela Rússia, os residentes da região separatista que estejam reformados recebem ainda uma “ajuda humanitária” da Rússia que se traduz em 15 dólares por mês por cabeça, a par com outros descontos (Bobick, M. 2012:6). Com este apoio russo, as reformas na Transnístria chegaram a ser mais elevadas do que as reformas dos residentes da Moldova (De Waal, T. 2018:44). Só no decorrer de 2016, a Rússia alocou 17 milhões de dólares para apoiar as reformas da Transnístria, revelando assim de forma clara o interesse da Rússia por esta região (Devyatkov, A. 2017a: s.p).

De forma a que a população da Transnístria esteja ciente do apoio russo, nos recibos das pensões pagas vêm discriminados a parte que é subsidiada pelo regime separatista e a parte que provém da Rússia, incitando assim à manutenção do *status quo* (Bobick, M. 2012:6). Esta situação tem levantado protestos oriundos do governo da Moldova, em particular do Ministério de Reintegração Moldavo, que argumenta que o referido apoio russo às pensões é um incentivo ao separatismo (Bobick, M. 2012:6). Acresce que grande parte da população da Transnístria é pensionista, representando mais de 30% dos residentes, o que aumenta consideravelmente a dependência desta região face à Rússia (Bobick, M. 2012:6; Dembinska, M. e Mérand, F. 2018:21-22).

A juntar a este subsídio, a Rússia ainda oferece a Tiraspol subsídios *ad hoc* (Calus, K. 2013:5). A título de exemplo, em 2011 doou cerca de 10 milhões de dólares para apoiar e desenvolver os pequenos negócios e, em 2012, ofereceu aproximadamente 30 milhões de dólares com o fim de estabilizar o rublo – a moeda transnístria (Calus, K. 2013:5). A

juntar a isto, a Organização não-governamental (ONG) para a Integração Euroasiática, estabelecida por Alexei Zhuravlynov, membro da Duma da Rússia, tem financiado a construção de várias escolas e hospitais na Transnístria (Dembinska, M. e Mérand, F. 2018:21; Lungu, K. 2016: s.p). A Rússia comprou ainda, em 2015, mais de 600 mil livros russos para serem distribuídos pelas escolas da região separatista, gastando cerca de 150 milhões de rublos para o efeito (Dembinska, M. e Mérand, F. 2018:21; Lungu, K. 2016: s.p).

Por último, o Governo russo elaborou uma estratégia de desenvolvimento regional até 2025 que visa culminar com a dependência do financiamento russo e combater o êxodo de trabalhadores que se revela extremamente prejudicial para a economia da Transnístria (Devyatkov, A. 2012:59).

Em suma, a ajuda financeira russa à região excede os 500 milhões de dólares anuais (Devyatkov, A. 2017a: s.p). A título de exemplo, em 2014, os fundos directos e indirectos provenientes da Rússia representavam 850 milhões de dólares, ou 93% do PIB da Transnístria (Dembinska, M. e Mérand, F. 2018:22). Todavia, desde 2015, a Rússia tem vindo a reduzir os apoios financeiros à região (De Waal, T. 2018:44). O motivo desta redução pensa-se que esteja relacionado com os elevados custos despendidos na Crimeia e na Ucrânia Oriental, a par com uma possível percepção de que a Sheriff já se encontra em condições de suportar alguns custos (De Waal, T. 2018:44). No entanto, não é a primeira vez que a Rússia diminui ou cessa o envio de subsídios. Após as eleições presidenciais de 2011, nas quais Shevchuk obteve a vitória e substituiu Smirnov, a Rússia interrompeu o financiamento à região (Belitser, N. 2015:52). Este corte teve como objectivo mostrar a insatisfação russa com a vitória de Shevchuk, uma vez que a Rússia apoiava o seu opositor, Anatoliy Kaminski, o candidato da Sheriff (Belitser, N. 2015:52; Rogstad, A. 2016:11). Assim, esta interrupção serviu o seu propósito visto que colocou o governo transnístrio numa posição muito delicada, com um deficit de 72% no orçamento (Belitser, N. 2015:52). Como consequência, o pagamento das pensões e dos salários aos residentes da Transnístria sofreram um atraso significativo, resultando no enfraquecimento de Shevchuk, tal como a Rússia previra (Belitser, N. 2015:52). A situação só retornou à normalidade em Julho de 2012, após vários pedidos da parte de Shevchuk, o que é bastante revelador do poder que a Rússia detém sobre a região, apesar da capacidade limitada para influenciar o resultado das eleições (Belitser, N. 2015:52; Rogstad, A. 2016:11).

Desta forma, podemos concluir que a ajuda financeira da Rússia à Transnístria é um mecanismo de manutenção de controlo sobre a região, ou seja, uma ferramenta de *soft power* (Devyatkov, A. 2012:59). Importa também lembrar que o momento no qual a Rússia intensificou a sua ajuda financeira (2008-2012) coincidiu com o período de crise económica mundial e tal pode ser explicado, em parte, porque a Rússia temia que o agravamento das condições financeiras na Transnístria tivesse um impacto tal na região que as acções tomadas por Tiraspol poder-se-iam tornar imprevisíveis e, consequentemente, fugir ao controlo russo (Devyatkov, A. 2012:59).

Em conclusão, sem o apoio russo no fornecimento de gás, ou sem a assistência russa às pensões e ao desenvolvimento, a Transnístria não conseguiria sobreviver, tendo apenas capacidade para subsistir sozinha por dois ou três meses (Dembinska, M. e Mérand, F. 2018:21; Baban, I. 2015:5). Como tal, é evidente que a independência económica da Transnístria é muito reduzida, o que agrava a sua segurança à medida que aumenta o grau de dependência da Rússia (Dembinska, M. e Mérand, F. 2018:21; Devyatkov, A. 2017a: s.p). De acordo com o acima demonstrado, a economia da Transnístria não é eficiente, porém, as opiniões dividem-se no que concerne à real intenção da Rússia em querer alterar esta situação (Calus, K. 2012:1). Apesar de termos visto anteriormente que a Rússia afirmou que pretende tornar a região autónoma de investimento russo até 2025, há investigadores que defendem que isto iria contra os objectivos russos na região (Devyatkov, A. 2012:59). Kamil Calus é um dos investigadores que defende esta visão, afirmando que a Rússia não se mostra interessada em transformar a Transnístria numa região financeiramente autónoma, uma vez que a actual situação beneficia a Rússia, pois consegue exercer controlo sobre Tiraspol, por um lado, e aumenta a divisão entre a Transnístria e a Moldova por outro (Calus, K. 2012:1). A presente investigação tende a concordar com a posição de Calus, uma vez que este apoio financeiro é uma ferramenta de *soft power* na região, permitindo assim a manutenção da influência russa (Devyatkov, A. 2012:59).

CAPÍTULO 3: Posições internacionais

3.1 – Posição da Rússia

Andrey Devyatkov aponta dois tipos de relações possíveis entre a Rússia e os Estados de facto no espaço pós-soviético, sendo que estes últimos tanto podem ser definidos como “marionetas” na política externa russa ou, contrariamente, seguem os seus próprios interesses, nomeadamente através de táticas de chantagem à comunidade internacional, tirando assim partido da sensação de insegurança decorrente da sua falta de reconhecimento internacional (Devyatkov, A. 2017a). No caso da Transnístria, a sua relação com a Rússia pode ser definida como assumindo o modelo de patrão-cliente (Devyatkov, A. 2017a).

Nesse sentido, as relações patrão-cliente são baseadas no princípio da reciprocidade entre dois actores no que diz respeito à troca de benefícios e, como tal, não devem ser confundidas com o conceito de dependência (Kosienkowski, M. 2019:1; Devyatkov, A. 2017a). Por exemplo, o Estado patrão (o actor mais forte) pode dar apoio económico ao Estado cliente (o actor mais fraco) em troca de apoio diplomático, o que nos leva ao segundo pressuposto das relações patrão-cliente – as partes são assimétricas no que diz respeito aos recursos e capacidades (Kosienkowski, M. 2019:1-2; Berg, E. e Vits, K. 2018:4). Em terceiro lugar, nestas relações existe uma conformidade por parte do cliente com os interesses do Estado patrão (Berg, E. e Vits, K. 2018:4). Acresce que, quanto maior for a vantagem que o Estado patrão ganha com a associação ao seu cliente, maior é o seu interesse no último (Shoemaker, C. e Spanier, J. 1984:13).

O controlo que o Estado patrão pretende alcançar sobre o Estado cliente depende dos objectivos que o mesmo tenha para a região (Shoemaker, C. e Spanier, J. 1984:20). A título de exemplo, se o objectivo for ideológico, o Estado patrão tem tendência a exercer mais controlo no cliente (Shoemaker, C. e Spanier, J. 1984:21). Assim, neste tipo de relações o Estado patrão tem geralmente vantagens em algumas áreas, tais como a protecção pelo Estado cliente dos interesses estratégicos do Estado patrão ou a orientação ideológica do Estado cliente, como é o caso da Transnístria (Devyatkov, A. 2017a). Um exemplo que podemos referir deste benefício ideológico foi o do estabelecimento da já mencionada ONG para a Integração Euroasiática com base em Moscovo e chefiada por Alexei Zhuravlynov, membro da Duma da Rússia, que tem como missão construir

edifícios públicos na região separatista, tal como escolas e hospitais. (Dembinska, M. e Mérand, F. 2018:21; Lungu, K. 2016: s.p; Kosienkowski, M. 2019:6). Importa lembrar que a Transnístria, por ser um Estado de facto e, como tal, faltar-lhe o reconhecimento internacional, não pode seguir o caminho da integração euroasiática sozinha (Kosienkowski, M. 2019:6). Como tal, esta ONG tinha como objectivo exibir a superioridade da integração Euroasiática, funcionando assim como propaganda e tendo como alvo a parcela da população da Moldova que ainda se considerasse indecisa quanto à integração europeia (Kosienkowski, M. 2019:6).

Nesta senda, para a Rússia, apesar da convergência ideológica entre as partes ser importante, a maior vantagem conferida pela relação patrão-cliente com a Transnístria é o benefício estratégico que esta lhe confere (Kosienkowski, M. 2019:6; Berg, E. e Vits, K. 2018:4; Devyatkov, A. 2017a). Esta vantagem estratégica é relevante uma vez que, no mundo pós-guerra fria, a competição entre o Ocidente e a Rússia pelo espaço pós-soviético intensificou-se, com Moscovo a considerar que detém o direito de influência exclusiva na região (Kosienkowski, M. 2019:3). É nesta conjuntura que surge o interesse russo pela Transnístria pois ao obter uma relação patrão-cliente com a região separatista, Moscovo alcança vantagem na sua zona de influência, nomeadamente na Moldova e na Ucrânia, o país vizinho da Transnístria (Kosienkowski, M. 2019:3). Assim, a Transnístria tem um papel bastante central na competição na região entre a Rússia e o Ocidente e, em particular, na Moldova (Kosienkowski, M. 2019:2). Esta competição será abordada em maior pormenor mais adiante. Para já, importa reter que a maior vantagem que a região separatista oferece à Rússia é o impedimento da entrada da Moldova na UE e na NATO, uma vez que é altamente improvável que estas organizações aceitem a adesão de Chisinau tendo um Estado de facto integrado no seu território (Kosienkowski, M. 2019:7).

Já do ponto de vista dos Estados clientes, e tendo em conta que estes Estados vivem frequentemente em situações hostis do ponto de vista da segurança, a percepção de ameaça ou a ausência dela têm um enorme peso na definição da relação destas entidades com os Estados patrão (Shoemaker, C. e Spanier, J. 1984:21). Assim, quanto maior for a percepção da ameaça, maior a probabilidade do Estado cliente aceitar os termos de relação impostos pelo Estado patrão (Shoemaker, C. e Spanier, J. 1984:21-22). Em suma, as relações alteram-se consoante o nível de ameaça, havendo uma maior centralização no Estado cliente quando a situação de segurança está estável e, contrariamente, mais direccionadas para o Estado patrão quando existe uma ameaça (Shoemaker, C. e Spanier, J. 1984:22; Devyatkov, A. 2017a:s.p).

No caso da Transnístria, o ambiente de ameaça ficou mais evidente entre 2006 e 2008, tendo vindo a piorar desde aí devido a diversos factores, nomeadamente à crise económica mundial vivida no mesmo período, à alteração do regime aduaneiro pelas autoridades moldavas e ao controlo de fronteiras imposto pela Moldova e Ucrânia (Devyatkov, A. 2017a: s.p). O controlo das fronteiras será analisado mais adiante, mas podemos adiantar desde já que teve um enorme impacto na situação financeira da Transnístria que deixou de poder lucrar com o contrabando de produtos (Devyatkov, A. 2017a: s.p). Também o aumento da presença do Ocidente nos últimos anos, particularmente da União Europeia, na Moldova tem incentivado Chisinau a assumir uma posição mais intransigente em relação à Transnístria, aumentando assim a percepção de ameaça por parte da região separatista (Devyatkov, A. 2017a: s.p).

Como resultado destas mudanças, a independência económica da Transnístria tem vindo a diminuir gradualmente desde 2006, agravando conseqüentemente a sua segurança (Devyatkov, A. 2017a: s.p). Assim, esta situação provocou uma alteração na relação entre a Transnístria e a Rússia, tornando-a mais direccionada para o Estado padrão, seguindo desta forma o modelo acima exposto de Shoemaker e Spanier (Devyatkov, A. 2017a; Shoemaker, C. e Spanier, J. 1984). Há um claro exemplo desta alteração de relação entre Tiraspol e Moscovo: entre 2010/2011 a Rússia utilizou diversos recursos para tentar retirar Igor Smirnov da liderança transnístria, não tendo sido, no entanto, bem-sucedida, ficando assim claro que, à data, Moscovo não controlava a política interna da região (Devyatkov, A. 2017a:s.p). Porém, como foi referido no capítulo anterior, durante a presidência de Shevchuk, o sucessor de Smirnov, este pediu um maior apoio a Moscovo devido às circunstâncias acima descritas, alterando desta forma o modelo de relação (Belitsker, N. 2015:52; Devyatkov, A. 2017a:s.p).

É aliás neste contexto de agravamento da situação económica da região que surge o aumento da ajuda financeira russa anteriormente analisada (Devyatkov, A. 2017a). Durante os primeiros 15 anos de existência, a região separatista não recebia apoios financeiros russos de forma tão evidente, em parte porque os lucros provenientes das exportações transnístrias eram suficientes para a manutenção do Estado de facto (Hill, W. 2018:6). Como tal, foi apenas a partir de 2006, devido à conjuntura já exposta, que a Rússia intensificou a sua ajuda para fazer face às despesas do regime separatista (Hill, W. 2018:6). Porém, a intensificação do apoio russo não se traduziu apenas em ajuda financeira (Herd, G. 2007:99). Exemplo disso, foi a visita de Smirnov a Moscovo, a 5 de Maio de 2006, na qual foi recebido por Sergey Lavrov, Ministro dos Negócios

Estrangeiros da Rússia, e com direito a honras diplomáticas, nomeadamente o hasteamento de bandeiras da República Moldava Transnístria, o que naturalmente provocou um enorme descontentamento nas autoridades de Chisinau (Herd, G. 2007:99).

Como tal, a Rússia apresenta-se como o principal parceiro da Transnístria em todas as vertentes – política, humanitária, económica, cultural e educacional – assegurando desta forma a sobrevivência desta região separatista (Lungu, K. 2016: s.p; Hill, W. 2018:5). Além da ajuda material conferida à região, o apoio russo traduz-se também em actos simbólicos (Herd, G. 2007:86). A título de exemplo, a 2 de Setembro de 2004, a região separatista celebrou o seu 13º aniversário com uma parada militar acompanhada por músicas soviéticas, sendo que esta celebração contou com a presença de uma delegação russa, liderada pelo Vice-Presidente da Duma Estatal, Sergey Baburin (Herd, G. 2007:86). Desta forma, podemos afirmar que a Rússia também confere à Transnístria um apoio psicológico, visto que, além do exemplo acima referido, diversos presidentes de comités da Duma emitiram declarações de apoio à independência da região separatista, apesar de esta narrativa não fazer parte formalmente da política estatal russa em relação à região (Herd, G. 2007:82). A figura mais notória a conferir este apoio psicológico à região separatista foi o Vice-Presidente da Federação Russa na época, Alexander Ruskoi, que, por ser um fervoroso apoiante da independência da Transnístria, fez uma declaração na qual reconheceu a “legitimidade da entidade criada na margem esquerda do Dniester” (Tribunal Europeu de Direitos Humanos, 2004; Hill, W. 2012:70).

Em suma, desde o fim da guerra entre a Moldova e a Transnístria que a Rússia é considerada como o garante da segurança da região separatista e esta concepção está muito presente na mentalidade da população do lado esquerdo do rio Dniester, em parte devido à constante propaganda russa de que são alvo (Lungu, K. 2016:s.p). Esta imagem da Rússia é representada através dos media que são 70% estatais, sendo que dos 30% que pertencem à parcela não estatal, 28% pertencem à Sheriff que, como já vimos, financia o actual partido no poder (Lungu, K. 2016: s.p). Na televisão, a maioria dos canais disponíveis são canais estatais russos, o que potencia a consolidação desta relação entre as partes (Lungu, K. 2016: s.p).

Esta ligação é ainda reforçada pelo facto de existirem cerca de 180 mil cidadãos russos a viverem na Transnístria (Lungu, K. 2016: s.p; Popescu, N e Litra, L. 2012:4). No entanto, grande parte destes cidadãos são na realidade habitantes da região aos quais a Rússia concedeu passaportes russos (Lungu, K. 2016: s.p; Popescu, N e Litra, L. 2012:4). Esta distribuição de passaportes confere à Rússia uma justificação adicional para

interferir nos assuntos da região, utilizando este argumento desde os anos 90, altura em que apoiou de forma não oficial as forças separatistas (Popescu, N e Litra, L. 2012:4; Baban, I. 2015:6). Por último, importa ainda realçar que, apesar de várias fontes referirem um Consulado russo em Tiraspol, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos não encontrou provas suficientes que atestem a sua existência (Tribunal Europeu de Direitos Humanos, 2004; Lungu, K. 2016:s.p).

Apesar de já ter ficado claro que a região separatista é fortemente dependente dos apoios russos principalmente em termos securitários, políticos e económicos, esta tem, por vezes, capacidade para empreender iniciativas independentes e até contraditórias aos interesses russos (Hill, W. 2017:3-4). A título de exemplo, o Chefe da Missão da OSCE em Chisinau, William H. Hill, refere que presenciou diversas vezes resistência por parte das tropas e forças policiais separatistas a ordens das unidades militares russas, nomeadamente instruções para destruírem o equipamento militar russo alocado na margem esquerda do Dniester (Hill, W. 2017:4). Assim, apesar da Transnístria não se opor directamente a Moscovo, Smirnov e os seus apoiantes utilizaram diversas vezes o seu poder para impedir a retirada de tropas russas da região ou para pressionar o Kremlin a despender compensações financeiras por munições que os separatistas entendiam ser sua propriedade (Rogstad, A. 2016:10-11). Todavia, como Hill aponta, caso a Rússia quisesse forçar Tiraspol, teria capacidade para o fazer (Hill, W. 2012:70). Contudo, o problema que se coloca é que as tropas russas têm pouca predisposição para contrariar os separatistas visto que os militares transnístrios são na sua maioria veteranos soviéticos, transferidos do 14º exército (Hill, W. 2012:70).

Outro exemplo que podemos referir de divergência de ideias e interesses entre as partes foi o referendo de 2006 realizado pelos líderes de Tiraspol (Dembinska, M. e Mérand, F. 2018:22). O referendo tinha como objectivo apurar a vontade da população em ser independente da Moldova (Rogstad, A. 2016:11). Contudo, as autoridades transnístrias incluíram uma referência a uma futura integração da Transnístria na Federação Russa, o que desagradou Moscovo (Rogstad, A. 2016:11). Assim, o referido referendo apurou como resultado 97% dos votos a favor da independência, seguida de adesão à Federação Russa (Herd, G. 2007:99). Apesar de ter desagradado ao Kremlin a referência a uma futura adesão à Rússia, Lavrov fez uma declaração na qual caracterizou o referendo como “democrático e transparente”, demonstrando, mais uma vez, o apoio a este Estado de facto (Herd, G. 2007:99). Esta vontade popular de união com a Rússia não se apresentou como novidade, visto que a Transnístria solicita regularmente a Moscovo

para ser integrada na Federação Russa (Dembinska, M. e Mérand, F. 2018:22). Todavia, a Rússia tem-se mostrado pouco disponível para reconhecer ou anexar a região separatista (Dembinska, M. e Mérand, F. 2018:22).

Por último, a corrupção presente no círculo de Igor Smirnov, o primeiro Presidente da auto-denominada República Moldava Transnístria, também desagradava o Kremlin, principalmente porque grande parte das receitas de gás provenientes do esquema já anteriormente analisado foram desviadas por Smirnov (Rogstad, A. 2016:11). Desde 2000, a Rússia tentava criar uma oposição a Smirnov, de forma a retirá-lo do poder (Rogstad, A. 2006:11). Mas tal só foi possível nas eleições de 2011 e esse feito não foi conseguido por um candidato apoiado por Moscovo (Rogstad, A. 2006:11). Esta situação demonstra que o Kremlin tem uma capacidade limitada de influenciar a vida política da região separatista (Rogstad, A. 2006:11).

Face ao exposto e apesar de ser inegável que a Rússia tem uma enorme influência na região, podemos concluir que os líderes de Tiraspol são dotados dos seus próprios interesses, sendo que estes nem sempre coincidem com os interesses da Federação Russa (Hill, W. 2012:69). Desta forma, Moscovo tem, por vezes, dificuldade em impor a sua vontade, em parte porque os líderes de Tiraspol consideram que o apoio russo nunca será totalmente cortado (Rogstad, A. 2016:10-11). Como tal, a Transnístria tem conseguido resistir, até certo ponto, à pressão do seu Estado-patrão, o que comprova que este Estado de facto é muito mais do que uma “marioneta” na política externa russa (Rogstad, A. 2016:11; Devyatkov, A. 2017a: s.p)

Não obstante estas discórdias entre Tiraspol e Moscovo, a verdade é que a Rússia é o actor externo com mais influência e presença na região e, como tal, nenhum acordo de resolução de conflito pode ser alcançado sem o envolvimento e consentimento do Kremlin (Hill, W. 2017:5). Aliás, há quem defenda que a Rússia está demasiado envolvida com a região separatista e, conseqüentemente, não reúne as condições para assumir o papel de mediador imparcial (Belitser, N. 2015:51). Este pensamento vai ao encontro do disposto no acórdão de 8 de Julho de 2004, no qual o Tribunal Europeu de Direitos Humanos, caso “Ilaşcu and Others v. Moldova and Russia” (48787/99), decidiu:

“(...) o Tribunal considera que a Federação Russa é responsável pelos actos ilícitos cometidos pelos separatistas Transdníestres, tendo em vista o apoio militar e político que lhes deu para ajudá-los a estabelecer o regime separatista e a participação dos seus militares nos combates. Desta forma, as autoridades da Federação Russa contribuíram militarmente e

politicamente para a criação de um regime separatista na região da Transdniestria, que faz parte do território da República da Moldova. O Tribunal também observa que mesmo após o acordo de cessar-fogo de 21 de Julho de 1992, a Federação Russa continuou a fornecer apoio militar, político e económico ao regime separatista (...), permitindo-lhe sobreviver fortalecendo-se e adquirindo uma certa autonomia em relação à Moldova. (...) Na opinião do Tribunal, todos os actos cometidos por soldados russos em relação aos requerentes, incluindo a sua transferência para o encargo do regime separatista, no contexto da colaboração das autoridades russas com esse regime ilegal, são suscetíveis de envolver responsabilidade pelos actos desse regime.” (Tribunal Europeu de Direitos Humanos, 2004).

No que diz à autoridade efectiva sob a região, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos constatou o seguinte:

“(...) Tudo o que foi dito acima prova que a “MRT”, estabelecida em 1991-92 com o apoio da Federação Russa, investida de órgãos de poder e com a sua própria administração, permanece sob a autoridade efectiva, ou pelo menos sob a influência decisiva da Federação Russa e, em todo o caso, sobreviveu em virtude do apoio militar, económico, financeiro e político que lhe é dado pela Federação Russa” (Tribunal Europeu de Direitos Humanos, 2004).

No que concerne à resolução do conflito, a Rússia é a favor da criação de um estatuto político para a Transnístria dentro de uma Moldova reunificada e, sendo um mediador do conflito, tem procurado exercer a sua influência em Chisinau para alcançá-lo (Hill, W. 2018:5). O facto de a Rússia almejar a reintegração da região separatista é explicado pelo enorme receio de Moscovo de que a Moldova, uma vez estando livre da questão transnístria, afaste-se da zona de influência russa e abraça uma integração europeia (Popescu, N. e Litra, L. 2012:4). Assim, o objectivo russo a longo prazo é alcançar o maior poder possível para a Transnístria numa Moldova unificada, de forma a maximizar a influência russa na região (Popescu, N. e Litra, L. 2012:4; Baban, I. 2015:7). O objectivo final é o de integrar a Moldova nas estruturas internacionais lideradas pela Rússia, nomeadamente a União Euroasiática (Baban, I. 2015:8). No entanto, e por agora, a Rússia tem preferido manter a região como instável (Beyer, J. e Wolff, S. 2016:346).

Com este fim em mente, Dmitry Rogozin foi apontado, em Março de 2012, como representante especial da Rússia na Transnístria, ilustrando assim a importância que Moscovo confere à região (Popescu, N. e Litra, L. 2012:4). Rogozin é um conhecido adepto da União Euroasiática, como tal, esta escolha foi pensada com o intuito de atingir

o objectivo derradeiro russo – a adesão da Moldova (Baban, I. 2015:8). Nesta senda, após a sua nomeação, Rogozin estabeleceu uma lista de condições necessárias para que a Rússia apoiasse a reintegração da Transnístria na Moldova, nomeadamente “o reconhecimento da Rússia como o único país com autoridade política da região” (Popescu, N. e Litra, L. 2012:4). Ademais, a escolha de um representante especial na Transnístria sugere um aumento de apoio russo à região separatista, podendo ainda ser entendida como uma tentativa de equilibrar a presença cada vez mais notória da União Europeia na região (Herd, G. 2007:97).

Porém, caso uma solução de conflito benéfica para Moscovo não seja alcançada, a Rússia prefere a manutenção do *status quo*, uma vez que este fortalece a sua posição, enquanto enfraquece a presença e a influência de outros actores externos, nomeadamente a União Europeia (Herd, G. 2007:82; Popescu, N. e Litra, L. 2012:4). A permanência deste conflito congelado ameaça a credibilidade e legitimidade tanto da OSCE como da União Europeia, o que agrada a Rússia (Herd, G. 2007:82). Nesta senda, a Rússia procura usar a sua influência na região como moeda de troca na diplomacia com as instituições ocidentais, ou seja, “procura um *quid pro quo* em troca ou de dar apoio a uma resolução de conflito negociada ou para adoptar uma abordagem mais musculada em relação à região separatista – por exemplo, cortar subsídios, cobrar dívidas, (...)” (Herd, G. 2007:82).

Ao mesmo tempo que utiliza a região separatista como moeda de troca com o Ocidente, também o faz com a Moldova, indiciando que, caso Chisinau se alinhe com Moscovo, a Transnístria pode aceitar a reunificação (Kosienkowski, M. 2019:8). A relação patrão-cliente que a Rússia tem com a Transnístria posiciona o Kremlin como o único actor internacional com capacidade para pressionar a região separatista a abandonar a sua posição e a reunificar-se com a Moldova, sendo a prova disso a aceitação do Memorando Kozak por parte das autoridades de Tiraspol que será analisado mais adiante (Kosienkowski, M. 2019:8).

Acresce que, apesar do claro apoio russo à Transnístria, a Rússia não demonstra intenções de reconhecer a margem esquerda do Dniester, nem tão pouco de anexá-la, ao contrário do que sucedeu com as regiões separatistas da Abkásia e da Ossétia do Sul (Rogstad, A. 2016:4; Baban, I. 2015:7). Neste sentido, pode-se concluir que a política externa russa para a Moldova revela um certo desinteresse pela Transnístria, transparecendo assim que o derradeiro objectivo russo é o de conseguir influenciar a Moldova como um todo, ao invés de tentar alcançar a liberdade para a região separatista

(Rogstad, A. 2016:2-7). Aliás, caso reconhecesse a Transnístria, Moscovo perderia a sua moeda de troca no vis-à-vis que detém com a Moldova e o Ocidente, o que certamente não é do seu interesse (Rogstad, A. 2016:8). Assim, a estratégia utilizada para influenciar a Moldova tem sido pautada pela tentativa de estabelecimento de uma resolução de conflito que beneficie a Rússia, como seria o caso de uma federação (Rogstad, A. 2016:7; Popescu, N. e Litra, L. 2012:5).

Porém, os eventos que ocorreram na Ucrânia entre 2013 e 2015 reacenderam a preocupação da comunidade internacional com a região separatista, uma vez que se temia que a Rússia, no rescaldo da anexação da Crimeia, reconhecesse a independência da Transnístria (Belitsler, N. 2015:54). Esta preocupação adveio da ideia russa, patente nos discursos de Putin, de criar um corredor de territórios controlados pela Federação Russa no Leste e no Sul da Ucrânia, o que inevitavelmente tornaria a Transnístria parte do projecto geopolítico denominado de “Novorossiya” (Belitsler, N. 2015:54; Rogstad, A. 2016:1). Todavia, o termo “Novorossiya” desapareceu dos discursos de Putin desde 2014, pelo que parece pouco provável que a política russa para a região seja de carácter expansionista, principalmente tendo em conta que a Rússia nunca deu quaisquer sinais de ambicionar anexar ou reconhecer a região separatista (Rogstad, A. 2016:2). Assim, a política externa russa para a região é sobretudo motivada pelo receio de que o espaço pós-soviético se fragmente, deixando a Rússia isolada da Grande Europa (Popescu, N. e Litra, L. 2012:55).

Importa ainda realçar que a Transnístria também tem um papel fulcral na política externa russa para a Ucrânia, sendo considerada como um “porta-aviões” na fronteira ucraniana (Baban, I. 2015:8; Kosienkowski, M. 2019:8). Neste sentido, as autoridades ucranianas temem que a Rússia utilize as forças militares estacionadas no Estado de facto para invadirem a Ucrânia (Kosienkowski, M. 2019:8). Este receio atingiu o seu auge na Primavera e no Verão de 2014 e, por estarem tão envoltas nesta possibilidade, as autoridades ucranianas não destacaram as forças militares estacionadas junto à Transnístria para o conflito militar no Donbass, acabando assim por servir o propósito russo (Kosienkowski, M. 2019:8).

Acresce ainda que, no rescaldo da anexação russa da Crimeia, os líderes de Tiraspol apelaram a Moscovo para proceder ao reconhecimento da Transnístria (Baban, I. 2015:7). No entanto, a Transnístria não tem a mesma relevância que tem a Crimeia na Política Externa russa, porquanto a Moldova também não tem o mesmo peso que tem a Ucrânia, sendo que os interesses russos na Moldova estão limitados a preocupações

geopolíticas, nomeadamente o avanço da NATO, enquanto que na Ucrânia existe uma ligação pessoal mais profunda (Rogstad, A. 2016:8). Ademais, a questão geográfica é um enorme entrave (Baban, I. 2015:7). Caso a Transnístria partilhasse fronteiras com a Rússia, quiçá o caso mudaria de figura (Baban, I. 2015:7).

Em suma, o apoio russo à Transnístria, tal como às restantes repúblicas separatistas do espaço pós-soviético, é um instrumento estratégico, ou seja, “é um meio para um fim e não o próprio fim” (Herd, G. 2007:82). Esta concepção vai ao encontro do Conceito de Política Externa russa criado em 1993, no qual se afirmava que a política russa para o espaço pós-soviético tinha como objectivo exercer o máximo de influência possível na região, visto que se trata de uma zona fulcral para a segurança russa e para o seu desenvolvimento (Rogstad, A. 2016:7). Neste jogo russo de procura de influência, a Moldova é encarada como um “potencial dominó de influência ocidental” que poderá ser ampliado para países com uma enorme importância regional, como é o caso da vizinha Ucrânia (Rogstad, A. 2016:8). Este receio de um possível avanço ocidental para a sua zona de tradicional influência, motiva a Rússia a insistir na neutralidade moldava e a tentar ganhar influência nas políticas de Chisinau, nomeadamente através da influência que exerce na região separatista (Rogstad, A. 2016:8).

Neste sentido, a presença militar russa na região separatista integra-se num esforço de exercer influência política na Moldova (Hill, W. 2018:5). Assim, apesar da Constituição da República da Moldova instituir a neutralidade do país, impedindo-a assim de aderir à NATO, Moscovo teme que esta realidade possa ser alterada no futuro (Kosienkowski, M. 2019:7). Como tal, a região separatista tem uma enorme importância estratégica para a Rússia (Kosienkowski, M. 2019:7). E é sobretudo com o objectivo de impossibilitar este desfecho que a Rússia insiste na presença de tropas na Transnístria, servindo-se destas para bloquear uma possível adesão da Moldova à NATO (Beyer, J. 2011:12). De forma a abrir mão da presença militar na região, a Rússia procura obter uma garantia de uma terceira parte, nomeadamente a UE ou a NATO, de que a Moldova prosseguirá com a sua neutralidade (Beyer, J. 2011:12). Todavia, os países ocidentais consideram que essa decisão cabe apenas à Moldova (Beyer, J. 2011:12).

Como foi analisado no capítulo anterior, a ligação militar da Rússia à região separatista remonta ao 14º exército soviético, do qual assumiu responsabilidade em Abril de 1992, de forma a garantir a segurança e controlo dos *stocks* de armas do país, porquanto temia que estes caíssem em mãos erradas, como os chechenos (Hill, W. 2018:5). Estima-se que actualmente estejam alocadas cerca de 800 tropas na região separatista, integradas

no Grupo Operacional de Forças russas, o descendente do 14º exército, tendo estas tropas a função de proteger o depósito de armas soviéticas na cidade de Colbasna, a par com a participação nas forças de manutenção da paz (Beyer, J. 2011:12; Hill, W. 2018:5). No entanto, a Moldova insiste na retirada das tropas russas da margem esquerda do Dniester, uma vez que viola a Constituição moldava em vigor desde 1994 que proíbe expressamente a presença de tropas estrangeiras em solo moldavo (Hill, W. 2018:6; Rogstad, A. 2016:4). Esta questão é discutida desde 1994, altura em que Moscovo e Chisinau assinaram um tratado que visava a retirada das tropas russas da margem esquerda do Dniester (Hill, W. 2018:6). Após a assinatura, a Moldova concluiu o processo de ratificação do tratado (Hill, W. 2018:6). Todavia a Rússia, no rescaldo das eleições da Duma de 1995, fez um volte face afirmando que seria “pouco provável que o tratado fosse ratificado” (Hill, W. 2018:6).

Mais tarde, em 1999, a Rússia comprometeu-se, como parte do Tratado sobre as Forças Armadas Convencionais na Europa, assinado na Conferência da OSCE em Istambul, a retirar todas as armas, munições e tropas do território moldavo até ao fim de 2002 (Hill, W. 2018:6; Rogstad, A. 2016:5). Foi acordado em Istambul que esta remoção seria dividida em duas fases, sendo que a primeira dizia respeito ao transporte dos equipamentos e tinha como prazo o fim de 2001, o qual foi cumprido pela Rússia (Hill, W. 2018:6). No entanto, devido à oposição dos líderes separatistas à remoção das armas e ao agravamento das relações entre Chisinau e Tiraspol, foi acordado, em 2002, no Conselho Ministerial da OSCE no Porto, a extensão do segundo prazo por um ano, passando a ter até 31 de Dezembro de 2003 para retirar as suas tropas da região (Rogstad, A. 2016:5-8). Contudo, a Rússia suspendeu unilateralmente a remoção das munições após o fracasso do Memorando Kozak, argumentando que os compromissos assumidos em Istambul não a comprometiam legalmente (Hill, W. 2018:6; Rogstad, A. 2016:8). Além disso, como as munições não foram retiradas na sua totalidade, o Kremlin defende que as tropas devem permanecer na região com a missão de protegerem as munições restantes, a par com as forças de manutenção de paz que, na visão russa, têm de continuar alocadas até ser alcançado um acordo de resolução de conflito (Hill, W. 2018:6).

Assim, a permanência das tropas russas funciona como um “chapéu-de-chuva securitário” para a região (Baban, I. 2015:5). Porém, importa realçar que os instrumentos militares de controlo outrora vigentes – como o 14º exército – têm vindo a ser substituídos por influências políticas e económicas na Transnístria e, em menor escala, na Moldova (Herd, G. 2007:100). No entanto, a presença militar russa – ainda que mais reduzida do

que outrora – neste Estado de facto funciona não só como uma base militar no Sudoeste da Europa, mas também como um lembrete para a NATO e para os Estados Unidos da presença russa naquela que é a sua tradicional zona de influência (Sanchez, A. 2009:166). Nesta senda, a Transnístria funciona como um factor de dissuasão para uma possível campanha militar ocidental no Sudoeste da Europa contra a Rússia (Sanchez, A. 2009:166).

Face ao exposto, podemos concluir que a relação da Rússia com a Transnístria pode ser interpretada como um “meio para aumentar a influência geopolítica na região do Mar Negro e uma alavanca estratégica nas relações russo-euro-atlânticas” (Herd, G. 2007:100). Além do mais, a Rússia procura preservar a integridade territorial da Moldova, e para tal, visa conferir um estatuto especial à região separatista dentro do país reunificado (Herd, G. 2007:100). Contudo, é notório que as autoridades russas apoiam em primeiro lugar a margem esquerda do Dniester, o que tem provocado tensões com a Moldova (Herd, G. 2007:101). Além da já referida vantagem estratégica que a região confere, existe uma ligação genuína a nível social, cultural, económico e político entre a Rússia e a Transnístria, o que também explica, por um lado, o interesse russo na região, e por outro, a vantagem que Moscovo tem na margem esquerda do Dniester (Beyer, J. e Wolff, S. 2016:347). Estas características da relação, a par com o constante medo da romenização que assombra a região separatista, abrem caminho para uma orientação cultural e social totalmente direccionada para a Federação Russa (Beyer, J. e Wolff, S. 2016:347).

Sumariamente, a razão da interferência russa pode ser traduzida nas palavras do General Lebed, o antigo comandante do 14º exército: “Quando a Rússia perder a Transnístria, perderá a influência na região” (Pavlenko, V. e et al. 2014:115).

3.2 – Posição da Ucrânia

A Ucrânia é um dos actores mais importantes no processo de resolução do conflito moldavo-transnístrio, uma vez que está envolvida neste conflito desde 1992 e se apresenta como um dos dois países garantes da paz na Moldova, a par com a Rússia (Getmanchuk, A. 2013:5; Beyer, J. 2011:11; Gerasymchuk, S. e Gramada, A. 2017:17). Ao longo dos anos, a Transnístria tem procurado criar relações fortes tanto com a Rússia como com a Ucrânia, sendo que este duplo alinhamento transnístrio se revelou fulcral para a consolidação como Estado de facto (Istomin, I. e Bolgova, I. 2016:13).

Assim, e não obstante a forte presença russa na região, a Ucrânia detém duas vantagens na região separatista, que são a relação próxima com a Transnístria a nível geográfico e a nível histórico (Baban, I. 2015:8; Getmanchuk, A. 2013:5). A nível geográfico, a Ucrânia partilha uma fronteira de 1222km com a Moldova, sendo que 452km desses 1222km dizem respeito ao segmento de fronteira com a região separatista (Gerasymchuk, S. e Gramada, A. 2017:11). No campo histórico, e como já foi referido, a Transnístria era originária da República Socialista Soviética Ucraniana, à qual foi retirada para formar a República Socialista Soviética Autónoma Moldava, o que inevitavelmente reforça a ligação entre as partes (Baban, I. 2015:8). Uma vez que a Ucrânia é o único país que faz fronteira com a Transnístria, tem um forte incentivo para resolver este conflito, sendo este incentivo reforçado pelo facto de as autoridades ucranianas terem acolhido milhares de moldavos que fugiram do conflito militar de 1992, tendo-lhes sido concedido o estatuto de requerentes de asilo (Belitser, N. 2015:53). Ademais, a região separatista é composta por uma minoria ucraniana que representa quase 30% da população, o que reforça a preocupação e o interesse ucraniano na questão Transnístria, uma vez que o país visa garantir que as liberdades e os direitos dos ucranianos étnicos residentes na região separatista são protegidos (Belitser, N. 2015:53; Gerasymchuk, S. e Gramada, A. 2017:17).

Por este conjunto de factores, a Ucrânia integra o actual formato de negociações 5+2, no qual assume o papel de mediador juntamente com a Rússia e a OSCE (Frear, T. 2015:s.p). Anteriormente, esteve envolvida no Memorando de Moscovo, no qual também se apresentava como mediador do conflito (Gerasymchuk, S. e Gramada, A. 2017:11). Desta forma, as autoridades de Kiev têm tentado assumir uma posição cooperativa no processo de resolução do conflito, principalmente porque a manutenção do diálogo com a União Europeia nesta temática é positivo para as relações entre a Ucrânia e a referida organização (Getmanchuk, A. 2013:9).

No entanto, antes do agudizar de relações entre a Rússia e a Ucrânia, começava a ser notório que Kiev tinha perdido o interesse em resolver o conflito moldavo-transnístrio ou, pelo menos, em ter um papel activo na sua resolução (Getmanchuk, A. 2013:5). Esta mudança de atitude pode ser explicada por diversos factores, nomeadamente um cansaço e desilusão com o longo processo de resolução de conflito que, até à data, não tem dado frutos (Getmanchuk, A. 2013:5). Adicionalmente, a elite ucraniana está em crer que apenas uma resolução proposta por Moscovo será aceite para findar o conflito, o que

contribuiu inevitavelmente para um maior desinteresse por parte dos líderes ucranianos (Getmanchuk, A. 2013:6).

Todavia, importa realçar que, em 2005, Kiev apresentou uma proposta de resolução de conflito denominada de “Plano Yushchenko”, em honra do então Presidente da Ucrânia (Getmanchuk, A. 2013:5). Contudo, esta proposta não foi bem-sucedida devido a diversas falhas, nomeadamente a concessão de algumas competências aos líderes transnístrios que se assemelhavam às impostas numa confederação (Nantoi, O. 2005:11). O referido Plano visava a legalização do regime de Tiraspol, sem conferir qualquer garantia de reunificação ao Estado Moldavo (Nantoi, O. 2005:11). Acresce que, o facto de a proposta não ter sido aprovada, contribuiu também para a crescente desmotivação dos líderes ucranianos com o processo de resolução de conflito (Getmanchuk, A. 2013:6).

Assim, até cerca de 2010, a Ucrânia tinha um duplo alinhamento, ou seja, colaborava com as autoridades moldavas de forma a pressionar economicamente a região separatista, ao mesmo tempo que oferecia apoio aos líderes de Tiraspol (Korobov, V. e Byanov, G. 2012:222). Este apoio assumia a forma ou de assistência humanitária e educacional ou de cooperação económica a nível inter-regional, nomeadamente através de acordos estabelecidos entre o Estado de facto e regiões ucranianas como é exemplo Odessa (Korobov, V. e Byanov, G. 2012:222). No que diz respeito à questão Transnístria, Kiev encontra-se numa encruzilhada visto que tem uma forte ligação histórica, política e económica com a região separatista (Korobov, V. e Byanov, G. 2012:222; Popescu, N. e Litra, L. 2012:7). No entanto, a Kiev interessa uma aproximação à União Europeia e, como tal, mostra-se a favor de um maior envolvimento da UE na região (Korobov, V. e Byanov, G. 2012:222; Popescu, N. e Litra, L. 2012:7). Acresce ainda que, a Ucrânia, tal como a Rússia, teme uma reunificação da Moldova com a Roménia, o que, em parte, também explica este alinhamento com Tiraspol (Popescu, N. e Litra, L. 2012:7). Neste sentido, Kiev colaborava com Chisinau e apoiava a soberania e a independência da República da Moldova, mas seguia os seus próprios interesses ao deter uma relação próxima com os líderes de Tiraspol (Korobov, V. e Byanov, G. 2012:219-222).

Devido à sua fronteira comum, a Ucrânia funciona como a janela da Transnístria para o mundo, o que reforça a influência ucraniana (Frear, T. 2015: s.p). Nesta senda, o alinhamento da Transnístria com a Rússia depende das boas relações com Kiev, uma vez que era através do território ucraniano que transitavam pessoas, bens e energia da Rússia para a Transnístria e, como este Estado de facto é muitíssimo dependente

economicamente da Federação Russa, a Ucrânia assume um papel extremamente relevante (Frear, T. 2015:s.p; Istomin, I. e Bolgova, I. 2016:13).

Acresce que, ao longo dos anos, os líderes ucranianos têm encarado a Transnístria como um palco de competição com a Rússia, descurando os interesses moldavos (Nantoi, O. 2005:6). Há diversos exemplos desta negligência relativamente aos interesses moldavos, nomeadamente, a falta de controlo inicial na fronteira moldava-ucraniana, tendo sido este um dos factores que mais contribuiu para a sobrevivência deste Estado de facto (Nantoi, O. 2005:6). Outro exemplo que podemos referir prende-se com o consentimento das autoridades de Kiev para que os aviões militares russos sobrevoassem o espaço aéreo ucraniano e aterrassem no aeroporto militar de Tiraspol, sabendo que estes voos não tinham a aprovação de Chisinau (Nantoi, O. 2005:13). Já no que concerne à competição entre a Rússia e a Ucrânia, quando esta era limitada e pouco visível, era benéfica para a região separatista, visto que ambos os Estados visavam intensificar as suas relações com Tiraspol (Istomin, I. e Bolgova, I. 2016:14).

Assim, como William H. Hill aponta, tanto a Rússia como a Ucrânia estão envolvidas no conflito moldavo-transnístrio, tendo frequentemente interesses contraditórios, apesar de ambas terem o estatuto de mediadores, a par com a OSCE (Hill, W. 2012:74). Moscovo faz-se valer da presença de tropas russas na região para dissuadir a Ucrânia de procurar uma resolução para o conflito, aproveitando-se do facto de Kiev não ter capacidade nem vontade para investir tanto na Transnístria como a Rússia (Gerasymchuk, S. e Gramada, A. 2017:18; Istomin, I. e Bolgova, I. 2016:13). Todavia, a Ucrânia serve-se da sua posição estratégica para assumir um papel de relevo na região (Gerasymchuk, S. e Gramada, A. 2017:18; Istomin, I. e Bolgova, I. 2016:13). Ademais, a Ucrânia também funcionava como plataforma para as exportações transnístrias, nomeadamente através do porto de Odessa (Istomin, I. e Bolgova, I. 2016:13-14). Desta forma, a Ucrânia oferecia tanto linhas de comunicação como acesso aos mercados externos à região separatista, enquanto a Rússia oferece presença militar e outros benefícios, como os subsídios de gás (Istomin, I. e Bolgova, I. 2016:13-14). Esta cooperação com as autoridades ucranianas permitiu a Tiraspol diminuir a sua dependência de Moscovo, sendo por isso, considerada por alguns investigadores como um segundo Estado-patrão para a Transnístria, a par com a Rússia (Istomin, I. e Bolgova, I. 2016:14; Devyatkov, A. 2017a:s.p).

Em suma, numa fase inicial, era notório o apoio conferido à região separatista pelo governo de Kiev (Nantoi, O. 2005:6). Quando confrontados com a situação, os líderes

ucranianos argumentavam que “o conflito é interno e a Ucrânia, como mediador e país garantidor, não se pode alinhar com nenhuma parte” (Nantoi, O. 2005:6). É neste sentido que, até 2014, a Ucrânia era considerada um parceiro chave para a região separatista, tanto no campo político, como económico e logístico (Devyatkov, A. 2017a:s.p).

No entanto, a interferência russa na Ucrânia em 2014 conduziu a uma reavaliação por parte de Kiev sobre a política ucraniana para a região separatista, uma vez que no rescaldo da anexação da Crimeia, a Transnístria começou a ser encarada como um risco de segurança para a integridade territorial da Ucrânia devido à elevada presença russa na região (Frear, T. 2015:s.p). Esta preocupação atingiu o seu auge quando os líderes de Tiraspol, entusiasmados com a anexação da Crimeia, pediram formalmente à Federação Russa para procederem também à incorporação da Transnístria (Frear, T. 2015:s.p).

Assim, a Transnístria, por ser uma região abertamente pró-russa e com tropas russas estacionadas, passou a representar uma ameaça directa e real à integridade territorial da Ucrânia (Kosienkowski, M. 2019:8). De acordo com as autoridades ucranianas, forças militares e de segurança da Transnístria estiveram envolvidas na anexação russa da Crimeia e na criação da República Popular de Donetsk, uma região separatista que declarou a sua independência nesse ano (Baban, I. 2015:8). Acresce que a Transnístria está localizada a apenas 80km de Odessa, uma região de enorme importância para a Ucrânia pela sua localização geográfica e que tem vindo a sofrer, desde 2014, tentativas de destabilização (Baban, I. 2015:8). Para o governo ucraniano, não restam dúvidas de que a Rússia esteve envolvida nestes movimentos desestabilizadores em Odessa e as autoridades ucranianas crêem que a Transnístria também terá tido um papel significativo nos mesmos (Baban, I. 2015:8). Assim, a resolução do conflito moldavo-transnístrio tornou-se numa questão de interesse nacional para a Ucrânia (Gerasymchuk, S. e Gramada, A. 2017:17).

Porém, o regime de Tiraspol foi cauteloso com a sua abordagem à Ucrânia e preferiu assumir uma posição defensiva, não reconhecendo as duas Repúblicas separatistas em Donetsk e Lugansk, apesar de ambas terem solicitado aos líderes transnístrios para o fazer (Belitser, N. 2015:54). Oficialmente a Transnístria também não aprovou que os seus antigos oficiais se juntassem aos separatistas ucranianos, revelando assim uma apreensão com um possível agravamento das relações com a Ucrânia (Belitser, N. 2015:54). Estas acções são explicadas pelo facto de que a região separatista não se pode dar ao luxo de hostilizar Kiev, visto que isso a deixaria numa posição delicada, obrigando-a a sobreviver entre o extremo das políticas de Chisinau e Moscovo (Frear, T.

2015:s.p). Perante esta aflição, os líderes transnístrios chegaram a agradecer a Kiev por manter o diálogo com Tiraspol, apesar das circunstâncias (Frear, T. 2015:s.p).

Não obstante, a questão Transnístria foi alvo de enorme preocupação para o governo ucraniano durante a crise de 2014 (Kosienkowski, M. 2019:8). Como resultado, Kiev fortificou a fronteira e proibiu a entrada na Transnístria de indivíduos do sexo masculino, que tivessem entre 16 a 65 anos e que fossem detentores de passaporte russo (Frear, T. 2015:s.p). O governo de Kiev rescindiu também, em 2015, o acordo que tinha implementado com a Rússia que permitia a passagem, através do seu território, de tropas e equipamentos militares russos para a Transnístria (Istomin, I. 2015:s.p; Hill, W. 2018:10). Este endurecimento da posição ucraniana traduziu-se na impossibilidade de aceder por via terrestre da Rússia à Transnístria (Hill, W. 2018:10). Além do referido, Kiev decidiu cortar tanto o acesso russo como transnístrio ao aeroporto de Odessa, dificultando desta forma também a ligação aérea entre a Rússia e a Transnístria, sendo que, até aqui, era comum os líderes transnístrios voarem para a Rússia através deste aeroporto (Hill, W. 2018:10; Frear, T. 2015:s.p). Também a Moldova aproveitou o momento e reforçou o controlo de tráfego proveniente da Rússia no aeroporto de Chisinau, ao mesmo tempo que reforçou a proibição da utilização russa do aeroporto de Tiraspol para fins militares (Hill, W. 2018:10). Adicionalmente, foi implementada, em 2017, uma missão de controlo de fronteira entre a Ucrânia e a Moldova, controlando assim as exportações provenientes da região separatista (Gerasymchuk, S. e Gramada, A. 2017:12).

Nesta senda, a administração ucraniana tornou-se muito mais envolvida e interessada no desenvolvimento do processo de resolução de conflito após a deterioração das relações russo-ucranianas, uma vez que a região separatista é agora encarada como uma ameaça à segurança nacional ucraniana (Gerasymchuk, S. e Gramada, A. 2017:17). O objectivo principal de Kiev é evitar a federalização da República da Moldova, visto que isso criaria um precedente perigoso para o governo ucraniano (Gerasymchuk, S. e Gramada, A. 2017:17). Posto isto, a Ucrânia aumentou significativamente o apoio às autoridades moldavas, sendo um exemplo disso a declaração proferida por Kiev, em 2017, na qual se afirmava que a Ucrânia passaria a conferir apoio diplomático à iniciativa de Chisinau de retirar as tropas russas da região (Gerasymchuk, S. e Gramada, A. 2017:18). Segundo a administração ucraniana, esta mudança de paradigma é explicada pelo facto de que Tiraspol pode acolher forças russas com o intuito de atacar a Ucrânia, e, por via da dúvida, Kiev pretende a reintegração da Transnístria na Moldova (Devyatkov, A.

2017c: s.p). Todavia, estas medidas também podem ser interpretadas como uma forma de penalizar Moscovo pelas suas acções no Donbass, sendo, desta forma, um instrumento político (Devyatkov, A. 2017c: s.p).

Não obstante, a resolução de conflito moldavo-transnístrio gera enorme apreensão nos líderes ucranianos, principalmente após as declarações do antigo Presidente da República da Moldova, Igor Dodon, conhecido pela sua proximidade ao Governo russo e por defender que a Crimeia pertence à Rússia e não à Ucrânia, nas quais sugeriu que a solução para o conflito poderia passar pela reunificação da Transnístria na Moldova, ou pela integração da região separatista na Ucrânia (Gerasymchuk, S. e Gramada, A. 2017:12-16). Acontece que o apoio político ucraniano para uma integração da região separatista na Ucrânia é praticamente nulo, sendo que esta proposta além de não ter caído bem em Kiev, pode ser interpretada como uma compensação pela perda da Crimeia, o que não é do interesse das autoridades ucranianas (Getmanchuk, A. 2013:8; Gerasymchuk, S. e Gramada, A. 2017:12-13). Assim, a política interna moldava tornou-se também num motivo de preocupação para o Governo ucraniano, que temia que a influência russa fosse consolidada no seu país vizinho, o que inevitavelmente se traduziria numa maior influência russa na região separatista, podendo inclusive resultar num acordo de resolução de conflito nos termos russos (Gerasymchuk, S. e Gramada, A. 2017:13). Dessa forma, certamente terá agradado aos líderes ucranianos a eleição presidencial moldava, em Novembro de 2020, de Maia Sandu, uma candidata pró-União Europeia (Reis, P. B. 2020:s.p).

Face ao exposto, ficou claro com a crise de 2014 que a Transnístria é um ponto de confronto entre a Ucrânia e a Rússia (Istomin, I. 2015:s.p). Acresce que as relações bilaterais entre Moscovo e Kiev têm um enorme impacto na sobrevivência da região separatista, principalmente tendo em conta que a Ucrânia tomou várias medidas, após esta crise, para diminuir a influência russa na margem esquerda do Dniester (Istomin, I. 2015:s.p; Gerasymchuk, S. e Gramada, A. 2017:11). Caso as relações russo-ucranianas se tivessem mantido estáveis e colaborantes, a margem esquerda do Dniester teria uma posição bastante segura na região, tendo inclusive capacidade para pressionar Chisinau (Istomin, I. e Bolgova, I. 2016:14). Porém, como sabemos, esta não é a realidade dos dias de hoje, o que obriga a Transnístria a escolher entre estes dois actores internacionais, sendo que, quando colocada numa situação de escolha, inevitavelmente Tiraspol prefere o alinhamento com Moscovo, visto que o Kremlin tem capacidade para destabilizar, de forma grave, o regime separatista (Istomin, I. e Bolgova, I. 2016:14).

Assim, se até 2014 a complacência da Ucrânia tinha permitido a manutenção de canais de comunicação entre a Rússia e a Transnístria que se revelaram fulcrais para a permanência deste Estado de facto, o endurecimento da posição ucraniana após o conflito com a Rússia provocou diversos danos ao regime separatista (Istomin, I. 2015:s.p). Todavia, o conflito russo-ucraniano acabou por ter um menor impacto na República da Moldova do que se esperava inicialmente, uma vez que Moscovo nunca mostrou qualquer intenção de anexar a Transnístria, ao contrário do que se inicialmente se temia tal como sucedeu com a Crimeia (Hill, W. 2018:10).

3.3 - Posição da Roménia

É inegável que a Moldova (excluindo a Transnístria) e a Roménia têm uma relação especial e “privilegiada” e, tendo em conta que a Roménia é um Estado-membro da UE e um país vizinho da Moldova, tem um forte interesse em ver o conflito com a Transnístria resolvido, a par da estabilização política e económica da antiga Bessarábia (Beyer, J. 2011:15; Angelescu, I. 2011:131).

No cerne da relação entre a Moldova e a Roménia encontra-se a questão de uma possível reunificação entre os dois países que partilham uma história, língua e cultura bastante idêntica (Angelescu, I. 2011:130). Todavia, as relações bilaterais destes dois países são complexas e ambíguas (Karniewicz, T. e et al. 2010:9). A título de exemplo, até os dias de hoje, existe uma certa confusão com a identidade moldava, tanto na Roménia como na Moldova, o que tem influenciado as relações entre as partes (Angelescu, I. 2011:131). Na verdade, a Roménia insiste que os dois países partilham a mesma identidade, enquanto a maioria da população moldava da margem direita do Dniester não reconhece ser detentor de uma identidade romena (Pavlenko, V. e et al. 2014:114; Karniewicz, T. e et al. 2010:9). Neste sentido, as autoridades de Chisinau não vêm com bons olhos este discurso de Bucareste, uma vez que crêem ter como objectivo alterar a identidade nacional da República da Moldova (Karniewicz, T. e et al. 2010:9). Porém, curiosamente, grande parte da elite política moldava tem uma orientação pró-romena (Pavlenko, V. e et al. 2014:114; Karniewicz, T. e et al. 2010:9).

Não obstante, a Roménia detém uma posição especial dentro da União Europeia no que diz respeito à Moldova, não só pelos factores acima descritos, mas também porque, após a proclamação de independência da Moldova, a Roménia foi o primeiro país a reconhecê-la e a estabelecer relações diplomáticas (Milevschi, O. 2012:159; Angelescu,

I. 2011:131; Karniewicz, T. e et al. 2010:9). Acontece que, neste período inicial após a proclamação da independência, a Moldova era diversas vezes referida como um “Estado romeno”, o que criou expectativas de uma possível reunificação (Angelescu, I. 2011:131). Todavia, tal não chegou a acontecer devido a vários factores, nomeadamente as aspirações romenas de integração na União Europeia e na NATO (Angelescu, I. 2011:131; Milevschi, O. 2012:163). No entanto, como já foi referido no segundo capítulo, na altura bastou a referência a uma possível reunificação para despoletar um enorme descontentamento dentro da Moldova que acabou por conduzir ao conflito militar com a Transnístria e, conseqüentemente, ao conflito congelado estudado nesta dissertação (Angelescu, I. 2011:131).

Actualmente, a questão de uma reunificação entre a Moldova e a Roménia perdeu força, principalmente tendo em conta que a Roménia é agora parte integrante da União Europeia e da NATO, o que torna a integração profundamente improvável (Angelescu, I. 2011:132; Wolff, S. 2012:23). Apesar da inviabilidade deste projecto, uma pesquisa realizada em 2019 revelava que 65% da população romena seria a favor de uma integração com a Moldova, enquanto 22% manifestam-se contra essa integração (Pienkowski, J. 2020: s.p). Já na outra margem do rio Prut, uma outra pesquisa também realizada em 2019 divulgava que 34% dos cidadãos moldavos apoiavam uma reunificação com a Roménia (Pienkowski, J. 2020: s.p). No entanto, quando confrontamos estes dados com os do censo de 2014, no qual apenas 7% dos residentes da Moldova (excluindo a Transnístria) afirmavam que se consideravam romenos, podemos concluir que os resultados não são demonstrativos de uma identificação com a Roménia, mas sim de um interesse na integração europeia e quiçá reflectam também uma descrença no governo de Chisinau (Pienkowski, J. 2020:s.p).

Porém, importa realçar que a percentagem de apoio moldavo para uma reunificação com a Roménia tem aumentado ao longo do tempo, sendo que, uma sondagem, realizada em 2015, demonstrava que à data só 21% dos cidadãos moldavos apoiavam esta medida (Montesano, F. et al. 2016:20). Como tal, estes dados podem significar que, caso não vejamos uma maior aproximação da Moldova à UE num futuro próximo, poderemos estar perante o crescimento de um movimento pan-romeno na Moldova que, caso fosse bem-sucedido, arruinaria qualquer hipótese de reintegração da Transnístria e, no pior cenário, poderia conduzir a uma grave crise geopolítica numa região que é muito instável (Montesano, F. et al. 2016:20).

No entanto, como referido, este quadro é pouco plausível visto que a Roménia, ao contrário da Moldova, é um Estado-Membro da UE, sendo que esta integração, cumprida nestes moldes, dificilmente seria vista com bons olhos tanto pela NATO como pela UE (Angelescu, I. 2011:132; Wolff, S. 2012:23). Nesta senda, só é possível falar de reunificação no âmbito de uma integração europeia moldava, ou seja, os dois países só poderão “reunificar-se” através da entrada da Moldova na União Europeia, visto que Bucareste é obrigado, pelos padrões europeus, a respeitar a soberania de outros Estados e a cumprir o princípio de não interferência nos assuntos internos (Milevschi, O. 2012:163; Angelescu, I. 2011:132). Em concordância com isto, em 2011, o então Presidente romeno, Traian Basescu, afirmou numa entrevista que a Roménia não almejava anexar a República da Moldova, mas sim auxiliá-la a tornar-se num Estado-membro da União Europeia (Pavlenko, V. e et al. 2014:114). É com este objectivo em mente que o governo de Bucareste apoia as iniciativas pró-europeias no território moldavo (Pienkowski, J. 2020: s.p).

Para tal, e à semelhança do que sucede entre a Rússia e a Transnístria, a Roménia ajuda financeiramente a Moldova (Pienkowski, J. 2020: s.p). A título de exemplo, o Governo de Bucareste lançou, em 2014, um fundo no valor de 100 milhões de euros que, até à data, serviu para renovar mais de 900 creches moldavas e comprar quase 200 autocarros escolares (Pienkowski, J. 2020: s.p). Ademais, no período 2014-2020, a Roménia efectuou projectos na Moldova no valor de 89 milhões de euros através do Instrumento Europeu de Vizinhança (Pienkowski, J. 2020: s.p). Além do referido, a Roménia apresenta-se como o principal parceiro comercial da Moldova, sendo que as exportações para o território romeno representam mais do dobro do valor dos produtos exportados para toda a Comunidade de Estados Independentes (Necsutu, M. 2019: s.p; Pienkowski, J. 2020: s.p). Por último, Bucareste posiciona-se como exímio defensor de Chisinau nos círculos europeus e internacionais, apoiando as candidaturas moldavas para diversas organizações internacionais, como o Conselho da Europa e a Organização das Nações Unidas, e advogando os interesses e posições do seu país vizinho nos organismos dos quais faz parte (Milevschi, O. 2012:167; Pienkowski, J. 2020: s.p).

Acresce que, a integração europeia da Roménia trouxe vários desafios aos dois países, nomeadamente a questão da movimentação entre as duas margens do rio Prut que, até 2007, não tinham qualquer impedimento de circulação (Angelescu, I. 2011:132). De forma a diminuir o impacto para a Moldova, o governo de Bucareste concedeu passaportes romenos a vários cidadãos moldavos, possibilitando-os assim de atravessar o

rio Prut e entrar no espaço Schengen, sem necessidade de obter vistos (Angelescu, I. 2011:132). Para obter a cidadania romena, os indivíduos apenas têm de cumprir o requisito de ter vivido na Roménia antes de 1940 ou ser descendente de quem ali tivesse vivido, o que não se revela uma tarefa árdua visto que durante esse período a antiga Bessarábia incorporava a Grande Roménia (Pavlenko, V. e et al. 2014:115; King, C. 2000:33). No âmbito desta iniciativa romena, estima-se que cerca de 1 milhão de moldavos (de uma população de 3,5 milhões) são agora detentores de passaportes romenos, podendo este número ser explicado pelo facto de a Roménia ser um país altamente atractivo desde que se tornou um Estado-membro da União Europeia (Pienkowski, J. 2020: s.p; Milevschi, O. 2012:176). Porém, para a maioria da população moldava, esta medida é apenas um meio para atingir um fim, ou seja, usam-na para viajarem para a UE e não para fixarem residência no país vizinho (Beyer, J. 2011:15).

Desta forma, esta medida de concessão de passaportes revela-se um dos instrumentos mais importantes para aproximar os dois países e porventura, caso seja de facto este o objectivo de Bucareste, conduzir a Moldova para uma eventual incorporação na Roménia (Pavlenko, V. e et al. 2014:115). Porém, se esta medida foi bem recebida pela população moldava, o mesmo não se pode afirmar da administração de Chisinau e de Tiraspol, tendo inclusive provocado um escândalo diplomático quando o então Embaixador da República da Moldova em Bucareste afirmou que o objectivo do governo romeno visava descredibilizar as instituições moldavas, de forma a facilitar uma eventual anexação (Pop, A. et al. 2005:38; Beyer, J. 2011:15). Não obstante este desentendimento, as relações entre os dois países atravessam agora uma fase positiva, com Bucareste a mostrar-se empenhado em servir como veículo de comunicação entre a Moldova e a UE (Wolff, S. 2012:23).

Em suma, os referidos apoios romenos à República da Moldova visam fortalecer a ligação entre os dois países e, principalmente, reforçar a identidade romena nos cidadãos moldavos (Pienkowski, J. 2020: s.p). Neste sentido, a política externa romena para a Moldova segue, desde 2007, o princípio de “uma só nação – dois Estados”, ressaltando assim a relação especial entre os dois países e tendo como objectivo final a adesão da Moldova à União Europeia (Milevschi, O. 2012: 164-165; Pienkowski, J. 2020: s.p). Na óptica do governo de Bucareste, a Roménia tem uma responsabilidade moral de preservar a soberania e a integridade territorial da Moldova e, como tal, vê-se na obrigação de ajudar politicamente e economicamente o seu país vizinho (Milevschi, O. 2012: 164). No entanto, a aproximação da Moldova à Roménia está intrinsecamente relacionada com a

resolução da questão Transnístria, visto ser extremamente complicado falar de uma integração moldava nas organizações europeias e internacionais sem primeiro ser alcançado um acordo para o conflito (Pavlenko, V. et al. 2014:113).

Assim, no que concerne à questão transnístria, esta é vista tanto na Moldova como na Roménia como um fardo que impede a europeização da Moldova e uma eventual integração na UE (Belitser, N. 2015:54). Desta forma, para uma parte significativa da população romena, a Transnístria é considerada como “uma pedra à volta do pescoço da Bessarábia” em virtude da corrupção amplamente instalada no regime separatista e da enorme influência russa na região (Pavlenko, V. e et al. 2014:114). No entanto, a participação da Roménia na resolução deste conflito pode ser considerada complexa e, de certa forma, incoerente, visto que não faz parte directamente do formato de negociações 5+2, sendo os seus interesses apenas representados por uma delegação da União Europeia, que integra o formato com o estatuto de observador (Rojansky, M. 2011:7). Porém, o facto de não fazer parte do processo de resolução de conflito, não a impede de ter opiniões vincadas sobre qual deve ser o rumo a seguir ou, pelo contrário, a não seguir (Rojansky, M. 2011:7; Necsutu, M. 2019: s.p). Seguindo este padrão, a Roménia apresenta-se abertamente contra o estabelecimento de uma federação na República da Moldova, uma vez que concederia destaque político a medidas pró-russas e afastaria o país de um caminho europeu (Necsutu, M. 2019: s.p).

Acresce que, a Roménia tem enorme influência neste conflito, tendo a capacidade de persuadir sobretudo as posições moldavas (Rojansky, M. 2011:7). É por esta razão que deve ser dada especial atenção às declarações de algumas personalidades romenas que recomendam que a Moldova desista da reincorporação Transnístria e inicie sozinha o processo de integração na União Europeia, tal como sucedeu com o Chipre (Pop, A. e et al. 2005:86). Ademais, estes tipos de testemunhos agravam a hostilidade quanto à posição dos líderes de Tiraspol e do Kremlin, ao mesmo tempo que fragilizam a política moldava uma vez que “alimenta os discursos anti-romenos de forças políticas moldavas que são pró-russas” (Bird, M. e Banila, N. 2015: s.p; Rojansky, M. 2011:7).

No entanto, importa frisar que apesar destas declarações polémicas provenientes de Bucareste, a Roménia apoia uma solução para o conflito que respeite a soberania e integridade territorial da Moldova (Wolff, S. 2012:23). Prova disso é o facto de Bucareste ter formalmente estabelecido a resolução do conflito moldavo-transnístrio como prioridade nacional de segurança (Rojansky, M. 2011:7).

Em suma, a posição da Roménia resume-se a facilitar a comunicação entre a Moldova e a União Europeia, enquanto simultaneamente pretende reforçar as ligações bilaterais com o seu país vizinho (Wolff, S. 2012:23). Por outro lado, podemos concluir que há um certo paralelismo entre a relação da Rússia e da Transnístria com a da Roménia e a da Moldova, visto que tal como Moscovo apoia financeiramente Tiraspol, também Bucareste o faz com Chisinau (Pienkowski, J. 2020: s.p; Lungu, K. 2016: s.p). Porém, enquanto a Rússia pretende manter o *status-quo* ou alcançar uma solução que a beneficie, nomeadamente uma federação, a Roménia pretende exactamente o oposto, manifestando-se abertamente contra esta forma de resolução de conflito e, pretendendo, contrariamente, apressar a integração moldava na União Europeia (Necsutu, M. 2019: s.p; Wolff, S. 2012:23; Herd, G. 2007:82; Popescu, N. e Litra, L. 2012:4).

3.4 – Posição da União Europeia

Após a entrada da Bulgária e da Roménia na União Europeia em 2007, a Moldova tornou-se vizinha imediata desta organização, passando a ser impossível continuar a ignorar este conflito estabelecido agora na sua fronteira (Belitser, N. 2015:50). Assim, desde 2007, a União Europeia começou a tomar várias medidas no sentido de promover uma maior integração da Transnístria na República da Moldova (Belitser, N. 2015:50). Tal sucedeu devido à importância do conflito moldavo-transnístrio para a segurança europeia não dever ser menosprezado, especialmente após a entrada da Roménia na UE (Dias, V. 2013:338).

Esta preocupação com a Transnístria é justificada por diversas razões, nomeadamente a sua posição geográfica na fronteira com os Balcãs e com a antiga URSS, a par com a proximidade com o Mar Negro, o que faz com que a região separatista possa actuar tanto como fonte como passagem de contrabando para a Europa, incluindo tráfico de pessoas (Lynch, D. 2006: 57; Popescu, N. 2005:15). Ademais, a região transformou-se num Estado de facto altamente militarizado, aumentando assim a sua ameaça, principalmente tendo em conta que funciona também como fonte e passagem de tráfico de armas (Lynch, D. 2006:57). Adicionalmente, com a adesão da Roménia em 2007, o futuro da Moldova passou a ser um ponto de interesse, não só por estar agora localizada na fronteira imediata com a UE (a menos de 100km), mas também por transparecer cada vez mais uma alteração de política externa favorável a uma integração europeia (Lynch, D. 2006:57-58; Popescu, N. 2005:15). Por último, o conflito moldavo-transnístrio é

relevante tanto para as ambições europeias como actor estratégico na região, bem como para as relações UE-Rússia, uma vez que, como teremos oportunidade de analisar mais adiante, a Transnístria apresenta-se como um foco de tensão entre ambas as partes (Lynch, D. 2006:57-58; Popescu, N. 2005:15).

No entanto, anteriormente à adesão da Roménia, já se notava um maior envolvimento europeu, nomeadamente através do envio de missões diplomáticas periódicas para a Moldova durante 2003-2004 e expressando, ocasionalmente, a sua opinião sobre o processo de resolução de conflito (Popescu, N. 2006:4). Esta aproximação é explicada pelo alargamento em 2004 a 10 novos países, o que fez com que a UE decidisse promover estabilidade política e económica nos seus então novos países vizinhos (Kosienkowski, M. 2019:4). Com este fim em mente, foi lançada, em Maio de 2004, a Política Europeia de Vizinhança (PEV) (Herd, G. 2005:11).

Assim, a PEV foi criada com o intuito de promover democracias mais estáveis nos países que rodeavam a UE, de forma a criar uma zona estável e segura (Shapovalova, N. e Boonstra, J. 2012:52; Kosienkowski, M. 2019:4). Em 2009, como forma de dar maior consistência ao processo de colaboração com os estados vizinhos do antigo espaço soviético, a Parceria Oriental é lançada no quadro da PEV. A Moldova estava incluída neste mecanismo não só por representar uma potencial ameaça de segurança à UE, mas também por ser o Estado europeu mais pobre e por ter um conflito congelado dentro da sua fronteira (Kosienkowski, M. 2019:4). Contudo, a aproximação entre a UE e a Moldova foi lenta e cautelosa, em grande parte porque Chisinau não demonstrou inicialmente uma forte política de integração europeia, como sucedeu, por exemplo, com os países Bálticos durante os anos 90 (Shapovalova, N. e Boonstra, J. 2012:52).

Apesar de, nesta altura, o vector pró-europeu moldavo ainda não ser muito expressivo, a Moldova começou a mostrar sinais de uma mudança abrupta na sua política externa em Novembro de 2003 (Popescu, N. 2006:4). No referido mês, sucedeu o momento mais notório e dramático do envolvimento europeu na região, protagonizado pelo então Alto Representante da União Europeia, Javier Solana, que afirmou que a UE não apoiava o Memorando Kozak proposto pela Rússia (Popescu, N. 2006:4). Acontece que, esta declaração de Javier Solana é várias vezes apontada como uma das principais razões para a rejeição do plano russo pelo então Presidente da Moldova, Vladimir Voronin (Popescu, N. 2006:4). Posto isto, a decisão de Voronin marcou o início de uma nova era, com o estreitar de relações entre a UE e a Moldova, uma vez que ao rejeitar o Memorando Kozak, o então Presidente Moldavo comprometeu inevitavelmente o país na

direcção de uma política externa mais vocacionada para a União Europeia (Beyer, J. e Wolff, S. 2016: 340). Após este volte-face de Voronin, a vantagem da UE aumentou, sendo visível não só no sector político, mas também no sector económico (Beyer, J. e Wolff, S. 2016:340). A partir deste momento, passou a ser pouco provável a possibilidade de alcançar uma solução para o conflito que não conte com o apoio da União Europeia (Popescu, N. 2006:4). Ademais, podemos concluir que ainda antes de 2007, a União Europeia já mostrava sinais de conferir uma importância acrescida ao conflito moldavo-transnístrio (Popescu, N. 2006:4).

Aliás, no mesmo ano do Memorando Kozak, a UE impôs sanções aos líderes de Tiraspol (Dias, V. 2013:346). Estabelecidas a 28 de Fevereiro de 2003, estas sanções traduziam-se em proibições de vistos a 17 membros da liderança Transnístria e visavam incitar Smirnov a negociar com maior seriedade um acordo para a resolução do conflito (Hill, W. 2012:67). Esta acção foi motivada pelo falhanço, no final de 2002, de uma proposta de resolução do conflito denominada de “Documento de Kiev”, sendo que este fracasso tinha sido atribuído em grande parte à resistência de Tiraspol (Hill, W. 2012:67).

Um ano mais tarde, as proibições de viagens foram estendidas a mais 10 oficiais da Transnístria após a ameaça de fecho de seis escolas de língua moldava (ou seja, que utilizam o alfabeto em latim em vez do cirílico) na região separatista (Popescu, N. 2006:6; Herd, G. 2005:8). Contudo, esta medida não se revelou muito eficaz visto que as sanções eram bastante limitadas e não impunham uma ameaça séria à liderança de Tiraspol (Popescu, N. 2006:6). Acresce ainda que à data, Kiev ainda se alinhava com as autoridades separatistas e, como tal, continuava a permitir as viagens para a Ucrânia e, através do seu território, para a Rússia (Popescu, N. 2006:6).

Adicionalmente, as proibições de visto aplicadas pela UE e pelos EUA tiveram como consequência retaliações transnístrias à Moldova, assumindo estas a forma de proibição de entrada em território transnístrio de 14 oficiais moldavos, incluindo o Presidente Voronin (Hill, W. 2012:68). Esta medida foi desenhada com o intuito de provocar a ira de Voronin que visitava com frequência a sua mãe que vivia no lado esquerdo do rio Dniester (Hill, W. 2012:75). Todavia, as sanções e as retaliações consequentes não se revelaram inibidoras da prossecução das negociações, apenas contribuíram para aguçar um clima de rivalidade presente durante todo o processo de negociação no decurso do ano de 2003 (Hill, W. 2012:68-69).

Após as sanções, e ainda no referido ano, iniciou-se, por iniciativa da Comissão Europeia, um conjunto de consultas trilaterais entre a UE, Moldova e Ucrânia que tinha

como objectivo discutir a situação da fronteira moldava-ucraniana (Dias, V. 2013:346; Popescu, N. 2006:5). Esta necessidade de controlo da fronteira moldava-ucraniana está patente nos relatórios da Política Europeia de Vizinhança sobre a Moldova, de Maio de 2005, nos quais é afirmado que “um elemento chave em qualquer esforço para chegar a um acordo diz respeito a garantir o controlo da Moldova sobre todo o seu território aduaneiro” (Popescu, N. 2006:5). O relatório vai ainda mais longe e afirma que “sem o controlo aduaneiro efectivo sobre as mercadorias que cruzam a Transnístria, o contrabando cresce com graves consequências para o orçamento do Estado e para o Estado de direito” (Popescu, N. 2006:5).

Neste sentido, a UE assumiu o papel de mediador na iniciativa moldavo-ucraniana que visava obrigar o registo nas autoridades moldavas de todos os produtos exportados na região separatista, estando esta iniciativa inserida no esforço ucraniano de limitar a ameaça proveniente da Transnístria à sua integridade territorial que já foi anteriormente analisado (Popescu, N. e Litra, L. 2012:7; Devyatkov, A. 2017c: s.p; Dias, V. 2013:346). O objectivo desta iniciativa incidia na promoção da interdependência económica entre as partes, seguindo o pressuposto europeu de que as economias interligadas tendem a não ser hostis entre elas (Dias, V. 2013:346).

Em 2005, foi assinado o Plano de Acção da Política Europeia de Vizinhança que tinha como objectivo aumentar a cooperação entre a Moldova e a UE (Popescu, N. 2006:5). O Plano de Acção é um documento político que delinea um conjunto de medidas e objectivos estratégicos que visam melhorar as relações políticas, económicas, securitárias e culturais entre o país visado, neste caso a Moldova, com a UE (Popescu, N. 2006:5; Shapovalova, N. e Boonstra, J. 2012:56; EU/Moldova Action Plan, 2004:1). O documento compreende 294 medidas, sendo diversas vezes referido como um mapa ou uma lista de aproximação da Moldova à UE (Shapovalova, N. e Boonstra, J. 2012:56). Contudo, importa realçar que o Plano de Acção não manifesta a possibilidade de adesão da Moldova à UE, apenas reconhece as suas aspirações europeias (Shapovalova, N. e Boonstra, J. 2012:56). Porém, apesar de não ser, pelo menos para já, um tópico a abordar, não podemos deixar de referir que a aspiração da Moldova para uma integração na UE é bastante significativa (Beyer, J. 2011:13).

Acresce ainda que o Plano de Acção não descarta a importância do conflito da Transnístria, sendo inclusive apontado que um dos objectivos principais deste acordo passa por encontrar uma solução viável para o mesmo (EU/Moldova Action Plan, 2004:1). Neste campo, o documento menciona uma maior cooperação entre a UE e a

Moldova para alcançar uma resolução para o conflito e responsabiliza a UE a continuar a pressionar a Rússia para executar os seus compromissos estabelecidos em Istambul de retirar as suas tropas do território moldavo (EU/Moldova Action Plan, 2004:12). O Plano também previa a abertura de uma Delegação na União Europeia, tendo sido esta inaugurada em Outubro de 2005 (EU/Moldova Action Plan, 2004:3; Shapovalova, N. e Boonstra, J. 2012:56).

No mesmo ano, e seguindo a linha de maior cooperação estabelecida no Plano de Acção, a União Europeia integrou, juntamente com os Estados Unidos, o formato 5+2, no qual fazem agora parte a Moldova, a Transnístria, a Rússia, a Ucrânia, a OSCE e a UE e os EUA, tendo estes dois últimos países o estatuto de observadores (Belitser, N. 2015:50; Dias, V. 2013: 343). Esta junção, tanto dos EUA como da UE, ao processo de negociação deveu-se à insistência, por parte da Moldova, causada por uma visível frustração com os escassos avanços obtidos através deste mecanismo, tendo contado para tal com o apoio da Ucrânia que, como já analisámos, está a favor de um maior envolvimento da UE no conflito (Dias, V. 2013:343; Popescu, N. 2006:5; Popescu, N. e Litra, L. 2012:7). Este pedido de Chisinau revela uma procura por novos aliados e, ao mesmo tempo, uma viragem gradual para o Ocidente (Dias, V. 2013:346).

Assim, apesar da Rússia permanecer como o actor com mais influência nas negociações, a expansão do formato para o modelo 5+2 permitiu à Moldova consolidar a sua posição devido à entrada dos dois países ocidentais (Kennedy, R. 2016:517). Como resultado, e de forma a realçar o compromisso da UE na resolução deste conflito, foi apontado, em Março de 2005, um Representante Especial para a Moldova, Adriaan Jacobovits de Szeged, detentor de autoridade para liderar a política da UE no conflito, tendo-se este juntado às negociações como observador oficial (Popescu, N. 2006:4; Lynch, D. 2006:62). Porém, o referido cargo foi abolido em 2011, tendo a sua função passado a ser assumida pelo Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, que se tornou o principal interlocutor da UE nas questões relacionadas com este conflito (Dias, V. 2013:346). Esta posição é actualmente detida por Josep Borell que, na 26ª reunião ministerial da OSCE em Bratislava, realçou que os conflitos congelados – como o da Moldova – só poderão ser resolvidos caso os Estados participantes estejam de acordo em seguir os princípios da OSCE (União Europeia, 2019). Borell acrescenta ainda que a estabilidade nesta região é uma prioridade estratégica para a União (União Europeia, 2019).

Um dos pontos mais altos do envolvimento da União Europeia no esforço de resolução deste conflito foi o lançamento do Processo de Meseberg, uma iniciativa de Angela Merkel em 2010, em que um dos principais objectivos era trazer um tom de cooperação na agenda de segurança entre a Rússia e a UE (Popescu, N. e Litra, L. 2012:7). Todavia, a UE impôs condições severas no Memorando de Meseberg, seguindo o pressuposto de que era necessário haver progressos no conflito moldavo-transnístrio antes de se estabelecerem novas instituições com a Rússia (Devyatkov, A. 2012:56-57). Desta forma, o Processo de Meseberg visava obter provas de parceria por parte da Rússia antes de ser anunciada a relação estratégia UE-Rússia (Devyatkov, A. 2012:57). Porém, na perspectiva russa, a proposta europeia não conferia benefícios suficientes para que a Rússia abrisse mão da sua presença militar na região (Popescu, N. e Litra, L. 2012:7). Como tal, o Processo de Meseberg não se revelou bem-sucedido, contudo, além de ter ajudado a dar um novo ênfase às negociações que estavam paradas desde 2006, motivou igualmente a UE a comprometer-se a gastar quase 30 milhões de euros no esforço de resolução do conflito, tendo esse dinheiro sido alocado na criação de medidas de *confidence-building*³ e de aumento de vantagem da UE na região (Popescu, N. e Litra, L. 2012:8; Devyatkov, A. 2012:57).

Porém, ainda antes da concessão do estatuto oficial de observador, a UE estava envolvida no processo de resolução de conflito (Dias, V. 2013:344; Popescu, N. 2006:4). A título de exemplo, a União Europeia participou, durante a presidência holandesa da OSCE em 2003, na Comissão Constitucional Conjunta, que era composta por deputados da Moldova e da Transnístria e que visava a elaboração de uma nova Constituição da República da Moldova de forma a transformá-la numa federação, seguindo a ideia do anterior Presidente moldavo Voronin (Popescu, N. 2006:4; Hill, W. 2012:63; Protsyk, O. 2005:14). Esta Comissão e, consequentemente, a Iniciativa de Voronin, não teve sucesso contudo, marcou a entrada da UE nos mecanismos de resolução de conflito, ainda que de forma simbólica (Popescu, N. 2006:4).

Contudo, o maior contributo da UE para a resolução do conflito foi o estabelecimento da Missão de Assistência Fronteiriça da União Europeia para a Moldova e a Ucrânia (EUBAM⁴) em 2005, uma vez que se apresentava como um mecanismo viável para a transformação da Transnístria numa zona segura (Dias, V. 2013:347). A EUBAM foi criada em resposta a um convite moldavo e ucraniano endereçado à UE para esta

³ Conjunto de medidas que visam o fortalecimento de confiança entre as partes

⁴ Abreviatura de “European Union Border Assistance Mission”

controlar as fronteiras entre estes dois países (Popescu, N. 2006:5). Como tal, a EUBAM opera sob os auspícios da Comissão Europeia em cooperação com a OSCE e visa “promover acções coordenadas e auxiliar os Governos da República da Moldova e da Ucrânia em áreas envolvendo as fronteiras, alfândega e assuntos fiscais” (Memorandum of Understanding, 2005:1). Assim, a EUBAM assume o papel de facilitador na fronteira moldava-ucraniana, prestando assistência às autoridades ucranianas e moldavas e fortalecendo o controlo que estas têm nas suas fronteiras (Beyer, J. 2011:13; Secieru, S. 2016:4; Memorandum of Understanding, 2005:1). O objectivo desta monitorização na fronteira moldava-ucraniana é sobretudo o de impedir as condutas ilegais recorrentemente praticadas no segmento de fronteira transnístrio, eliminando assim fontes de subsídio do regime de Tiraspol e na esperança que, ao fazê-lo, os líderes separatistas ficassem mais permeáveis a uma aceitação de uma proposta de resolução de conflito (Dias, V. 2013:347; Memorandum of Understanding, 2005:2). Para tal, a EUBAM conta com um orçamento anual de 12 milhões de euros e com 100 especialistas vindos dos vários Estados-membros (Beyer, J. 2011:13).

No entanto, a implementação da EUBAM teve efeitos muito além dos comerciais e fiscais estipulados no Memorando de Entendimento, tendo inclusive contribuído positivamente para o processo de resolução do conflito moldavo-transnístrio (Dias, V. 2013:347). No relatório de progresso da EUBAM entre 2017-2018, são notórios os progressos no campo de *confidence-building*, ou seja, na implementação de medidas que intensifiquem a cooperação técnica entre as partes (EUBAM, 2018:14; Rodkiewicz, W. et al. 2011:11). A título de exemplo, é referida a implementação de um comboio entre Tiraspol e Chisinau, promovendo desta forma o contacto interpessoal entre as duas margens e o acesso a matrículas neutras aos residentes da região separatista, permitindo-lhes assim circular por estradas internacionais (EUBAM, 2018:14). Nesta senda, o desenvolvimento de medidas de *confidence-building* na Transnístria é apontado como um dos principais objectivos da missão (EUBAM, 2019:9).

No entanto, a EUBAM apresenta sérias limitações, estando, por exemplo, impedida de actuar dentro do território separatista ou de prover mais do que meras recomendações às autoridades moldavas e ucranianas sobre a gestão fronteiriça (Dias, V. 2013:347). Assim, a sua eficácia está largamente dependente da cooperação das autoridades ucranianas (Rodkiewicz, W. et al. 2011:11). Não obstante, a missão tem se revelado um sucesso, tendo o seu mandato vindo a ser sucessivamente expandido, estando actualmente válido até 2023 (EUBAM, s.d; Dias, V. 2013:347).

Em 2008, de acordo com o previsto no Plano de Acção de 2005, a UE introduziu Preferências Comerciais Autónomas (PCA) para a Moldova, concedendo assim acesso, sem restrições nem taxas, dos produtos moldavos ao mercado europeu (Shapovalova, N. e Boonstra, J. 2012:58; Conselho da União Europeia, 2008:2). A Rússia ainda tentou impedir este avanço europeu, sugerindo à Moldova que optasse pela adesão à União Aduaneira Euroasiática, mas Chisinau preferiu uma aproximação ao Ocidente (Beyer, J. e Wolff, S. 2016:340-341).

Porém, de forma a manter o acesso às PCA, a Moldova tinha de cumprir as regras de certificação de produtos, bem como o cumprimento dos procedimentos relacionados (Conselho da União Europeia, 2008:3). Já as empresas transnístrias que pretendiam beneficiar das PCA, precisavam de se registar e obter certificados de exportação de Chisinau (Secieru, S. 2016:2). Como resultado da implementação das PCA, as exportações transnístrias para a UE duplicaram (Secieru, S. 2016:2).

Face ao exposto, é notório que a relação entre a UE e a Moldova tem-se vindo a intensificar desde o lançamento da PEV em 2004 (Kosienkowski, M. 2019:4; Bosse, G. 2010: 1292). Em 2014, foi dado mais um passo nesse sentido através da assinatura do Acordo de Associação que incluía um acordo sobre a zona de comércio livre abrangente e aprofundado (DCFTA⁵) (Kosienkowski, M. 2019:4). Contudo, a implementação do DCFTA implicava mudanças não só para a Moldova, mas também para a Transnístria (Secieru, S. 2016:1). Como tal, em 2012, altura em que se iniciaram as negociações para o DCFTA, Chisinau convidou os líderes transnístrios a estarem presentes nestas como observadores (Secieru, S. 2016:1). Ora, importa lembrar que em 2012 Shevchuk, o líder transnístrio que substituiu Smirnov, tinha acabado de ser eleito e, por essa mesma razão, a Rússia atravessava um momento de maior distanciamento do regime separatista (Secieru, S. 2016:1). Esta conjuntura levou a que a Transnístria consentisse, embora relutante, a entrar nas negociações do DCFTA com o estatuto de observador (Secieru, S. 2016:1).

No entanto, esta postura cooperante de Tiraspol não perdurou e assim que Moscovo abriu as portas a Shevchuk, o líder separatista alterou o seu discurso e passou a assumir uma posição contra o DCFTA, argumentando que este apenas iria prejudicar a situação económica da região e que iria colocar em causa os progressos alcançados no processo de resolução do conflito (Secieru, S. 2016:1-2). O objectivo de Tiraspol era

⁵ Abreviatura da designação inglesa “Deep and Comprehensive Free Trade Area”

conseguir alcançar um acordo bilateral com a UE (sem a Moldova), no qual idealmente seria consentido uma extensão das PCA para a região separatista, enquanto a Moldova, em última análise, avançaria sozinha para o DCFTA (Secieru, S. 2016:2). Claro está que esta estratégia do regime de Tiraspol tinha a aprovação do Kremlin que argumentava que a integração europeia da Moldova prejudicaria as perspectivas de reintegração do país enquanto tentava atrasar as negociações moldavas com a UE (Secieru, S. 2016:2). Assim, quanto mais Shevchuk promovia um discurso anti-DCFTA, mais favores recebia de Moscovo (Secieru, S. 2016:2). Aliás, foi nesta altura que a Rússia estabeleceu a ONG para a Integração Euroasiática na Transnístria, que construiu várias escolas e hospitais na região, tendo gasto mais de 100 milhões de dólares para o efeito (Dembinska, M. e Mérand, F. 2018:21; Lungu, K. 2016: s.p; Secieru, S. 2016:2).

Não obstante os esforços russos, a Moldova prosseguiu sozinha com o DCFTA que entrou em vigor, a par com o Acordo de Associação, em Setembro de 2014 (Secieru, S. 2016:2). Na Moldova, as PCA deram lugar ao DCFTA, todavia, por proposta de Chisinau, foi concedido uma extensão das PCA para as empresas transnístrias até ao final de 2015 (Secieru, S. 2016:2). Porém, findo o prazo e caso a Transnístria não avançasse para o DCFTA, os produtos da região passariam a ser taxados pela UE, o que inevitavelmente minava a sua competitividade no mercado europeu (Secieru, S. 2016:2). Ora, nesta altura vivia-se um impasse visto que a UE não podia consentir em iniciar negociações bilaterais com a Transnístria, como almejava Shevchuk, nem tampouco podia prolongar as PCA para lá de 2015 (Secieru, S. 2016:2-3). Como tal, foi efectuado uma oferta final a Tiraspol sobre o DCFTA no Verão de 2015, proposta esta que Shevchuk acabou por aceitar, com aprovação do Kremlin (Secieru, S. 2016:3).

O facto de a UE representar o principal destino das exportações transnístrias (60%) motivou Shevchuk a ceder visto que, segundo o próprio, mais de 10 mil pessoas perderiam o seu emprego caso não o fizesse, devido às taxas que seriam impostas nos produtos da região após o fim do prazo das PCA (Dembinska, M. e Mérand, F. 2018:16; Secieru, S. 2016:4). O líder separatista ainda tentou jogar com a posição de fraqueza da Transnístria, apelando à generosidade europeia, no entanto, quando foi confrontado com a intransigência da UE e com a crise económica que adviria caso um acordo não fosse alcançado, viu-se obrigado a negociar (Secieru, S. 2016:4). Porém, só o fez porque tinha a aprovação da Rússia (Calus, K. 2016a: s.p). Sem essa aprovação, Tiraspol não se arriscaria a aceitar o DCFTA uma vez que a região necessita do apoio financeiro russo para subsistir (Calus, K. 2016a: s.p).

Já na perspectiva russa, Moscovo entende que este acordo beneficia economicamente a Transnístria e, visto que a região separatista é altamente dependente da Rússia, principalmente nas importações de recursos energéticos, o Kremlin não vê necessidade de travar a sua implementação, uma vez que não é inibidor da manutenção do controlo russo na actividade económica da região (Secieru, S. 2016:5). Por outro lado, Moscovo pode ter entendido que permitir a implementação do DCFTA ajudaria à manutenção do *status quo*, pois ao consentir às empresas transnístrias o acesso ao mercado europeu, reduziria o interesse que estas poderiam ter numa integração na Moldova e, em última análise, na UE (Calus, K. 2016a: s.p). Por último, a concordância do Kremlin pode ainda ser explicada pelo facto de a Rússia deter um enorme *hard power* na região, representado pela presença das suas tropas, o que reduz também a ameaça da implementação do DCFTA, uma vez que restringe o espaço de manobra do regime de Tiraspol (Secieru, S. 2016:5).

Todavia, tal não significa que a Rússia apoie de facto a implementação das medidas na região separatista porque, apesar de aceitar a participação da Transnístria, encara o DCFTA como uma invasão da UE à sua zona de tradicional influência (Secieru, S. 2016:6). Aliás, Moscovo tentou que o acordo fosse co-assinado entre a UE e a União Económica Euroasiática, numa tentativa de colocar as duas organizações em pé de igualdade, sucede que, a proposta não foi bem-sucedida e a Rússia acabou por assentir (Secieru, S. 2016:3). Contudo, e apesar do consentimento de Moscovo, após a aceitação transnístria do DCFTA, a Rússia acelerou a concessão de passaportes aos residentes da região separatista pois, em caso de conflito militar, isto dar-lhe-ia uma justificação para a sua interferência, visto que estaria a proteger os seus próprios cidadãos (Secieru, S. 2016:5).

Porém, o acordo com a Transnístria tinha condições especiais, por exemplo, devido à sensibilidade política inerente, foi decidido a ocultação do termo DCFTA no acordo estabelecido com Tiraspol (Secieru, S. 2016:3). Uma vez estabelecidos estes detalhes, a Moldova enviou à UE o rascunho final do acordo e comprometeu-se a garantir a aplicação do DCFTA no território moldavo, incluindo na margem esquerda do Dniester (Secieru, S. 2016:3; Cenusa, D. 2017:2). Shevchuk, numa tentativa de salvar a sua reputação política na Transnístria, defendeu que o acordo seria implementado, mas que tinha sido acordado bilateralmente com a UE e que não pressupunha obrigações acrescidas para as empresas da região, ou seja, apresentou-o como uma concessão da União Europeia (Calus, K. 2016a: s.p; Secieru, S. 2016:3). Embora estas afirmações não

correspondam à verdade, tanto a Moldova como a UE abstiveram-se de contrariar publicamente o líder separatista (Secrieru, S. 2016:3). Assim, a 1 de Janeiro de 2016, o DCFTA entrou em vigor em todo o território moldavo, passando a ser obrigatória a sua implementação (Secrieru, S. 2016:3; Cenusa, D. 2017:2).

Acontece que, contrariamente ao anunciado por Shevchuk, o acordo com a Transnístria previa o cumprimento de certas condições, nomeadamente a eliminação das taxas de importação entre a Moldova, Transnístria e a UE, o que requeria uma alteração da legislação fiscal da Transnístria (Secrieru, S. 2016:4). A UE permitiu à Transnístria aderir ao DCFTA sem antes terem sido realizadas as reformas necessárias, o que pode ser explicado pelo receio que, caso não o fizesse, Tiraspol argumentasse que se tratava de um bloqueio económico, o que poderia despoletar uma reacção russa (Calus, K. 2016a: s.p). A Rússia poderia invocar o argumento de crise humanitária e a partir daí a situação arriscaria tomar proporções indesejáveis, nomeadamente poderíamos ter assistido a uma exigência russa à Ucrânia para que esta fornecesse acesso terrestre à Transnístria (Calus, K. 2016a: s.p). Desta forma, a UE preferiu seguir o caminho mais seguro, permitindo a adesão da Transnístria sem deter os requisitos necessários a priori (Calus, K. 2016a: s.p).

Contudo, a Transnístria concordou em retirar, no prazo de dois anos, as taxas de importação dos produtos europeus, porém, esta medida não é favorável ao regime de Tiraspol pois as taxas dos produtos importados da UE correspondiam a 5% do orçamento da região separatista, ou seja, cerca de 35 milhões de dólares anuais (Calus, K. 2016a: s.p; Cenusa, D. 2017:2). Portanto, a solução teria que passar pela introdução do IVA na região o que provocaria o aumento do preço dos produtos e, inevitavelmente, a diminuição do poder de compra dos residentes (Cenusa, D. 2017:2). O acordo requeria também que fossem desenvolvidos mecanismos de certificação de origem e qualidade de produtos e que fosse concedido o acesso às autoridades moldavas de forma a estas averiguarem se as empresas transnístrias cumprem o estipulado (Secrieru, S. 2016:4; Cenusa, D. 2017:2). Todavia, não existe nenhum mecanismo que permita às autoridades moldavas confirmar que as medidas do DCFTA estejam de facto a ser implementadas na Transnístria (Cenusa, D. 2017:2). Assim, a execução das medidas do DCFTA depende apenas da boa vontade dos líderes separatistas, da aprovação do Kremlin, e, claro está, dos interesses económicos da Sheriff que, como já foi analisado anteriormente, detém o controlo do poder executivo e legislativo através do partido Obnovlenie (Cenusa, D. 2017:2; Dembinska, M. e Mérand, F. 2018:26).

Por enquanto, não existem evidências que as medidas do DCFTA estejam a ser implementadas na Transnístria, mas tanto a Moldova como a UE têm preferido manter uma postura apaziguadora em parte porque entendem que esta é uma questão delicada para a região que teve que conciliar o seu objectivo geopolítico – a integração euroasiática – com um objectivo económico (Cenusa, D. 2017:3). É aliás neste sentido que muitos investigadores afirmam que a Transnístria tem um duplo alinhamento, jogando entre a Rússia e a UE, visto que, por um lado, deseja a integração na União Económica Euroasiática e na Rússia e, por outro, está ligada à União Europeia, sendo a sua economia dependente do mercado europeu (Dembinska, M. e Mérand, F. 2018:16-22).

Este duplo alinhamento é justificado de diversas formas. Para a escola realista, é motivado pelos desenvolvimentos geopolíticos, visto que a Transnístria alterna entre o alinhamento com a Rússia e a procura de apoio europeu (Dembinska, M. e Mérand, F. 2018:16). Enquanto que os construtivistas argumentam que a região separatista vive um dilema entre interesses económicos, por um lado, e sentimento de pertença, por outro (Dembinska, M. e Mérand, F. 2018:16). Contudo, Magdalena Dembinska e Frédéric Mérand defendem que o duplo alinhamento de Tiraspol é justificado sobretudo pelos interesses da elite económica, na qual se destaca a Sheriff, que beneficia de uma maior abertura aos mercados europeus, contudo, goza também de laços estreitos com o Kremlin (Dembinska, M. e Mérand, F. 2018:24). Como os negócios e a política são simbióticos na Transnístria, os interesses económicos das grandes empresas, como a Sheriff, têm uma enorme importância para ditar o alinhamento do regime separatista (Dembinska, M. e Mérand, F. 2018:24). No caso do DCFTA, a Sheriff lucrava com a sua implementação visto que significaria um aumento de exportação, todavia, sofre as consequências da introdução do IVA, o que poderá contribuir para que esta mudança não seja efectuada (Dembinska, M. e Mérand, F. 2018:24).

Acontece que, nem a UE nem a Moldova têm capacidade para obrigar a Transnístria a cumprir com o estipulado no DCFTA (Calus, K. 2016a: s.p; Montesano, F. et al. 2016:19). Caso a Transnístria não cumpra, a única solução seria suspender o DCFTA, no entanto, será pouco provável que a UE escolha seguir este caminho visto que poderia provocar uma reacção indesejável por parte da Rússia (Calus, K. 2016a: s.p).

Face ao exposto, podemos concluir que a assistência europeia para a Moldova tem vindo a crescer exponencialmente desde o início dos anos 2000 (Shapovalova, N. e Boonstra, J. 2012:58). A título de exemplo, no período de 2010-2013, o programa de assistência da UE para a Moldova contou com um orçamento de 550€ milhões, valores

esses que têm colocado a Moldova como o país da zona de vizinhança da UE que mais recebeu ajuda per capita e o segundo do mundo, ficando apenas atrás da Palestina (Beyer, J. 2011:13; Shapovalova, N. e Boonstra, J. 2012:58). Para além dos inúmeros apoios acima referidos, os Estados-Membros também têm agido unilateralmente através de vários projectos implementados directamente pelas suas Embaixadas (Beyer, J. 2011:14). Dos Estados-Membros destaca-se a Roménia, pelas razões já anteriormente referidas, e a Alemanha que, dada a sua própria experiência em reunificação, encontra-se bastante envolvida na resolução deste conflito (Beyer, J. 2011:14). A política externa da Alemanha para a Moldova tem sido motivada por Angela Merkel que, por ser oriunda da Alemanha Oriental, encontrou na Transnístria uma semelhança com a sua terra-natal e, como tal, tem uma forte motivação pessoal para ajudar a população da região separatista a alcançar uma vida melhor (Beyer, J. 2011:14).

Em suma, apesar de a Moldova não representar benefícios económicos para a UE, o conflito com a Transnístria provoca preocupações ao nível da segurança europeia devido à sua proximidade com a Roménia, agora um Estado-Membro, e é por esta razão que há um esforço europeu para a intensificação do diálogo com Chisinau (Shapovalova, N. e Boonstra, J. 2012:52). Por outro lado, do ponto de vista de Chisinau, o apoio para a integração europeia da Moldova tem crescido substancialmente, o que tem contribuído para aproximar o país à UE, contrabalançando assim a influência que a Rússia detinha sobre a Moldova (Shapovalova, N. e Boonstra, J. 2012:52).

É necessário realçar que a ligação entre a UE e a Moldova é complexa uma vez que, apesar de o comércio entre as partes se ter intensificado, o mercado russo continua a ter um papel de enorme importância na região (Beyer, J. e Wolff, S. 2016:341). Acresce que, a ligação política é forte, mas está circunscrita à elite política de Chisinau e, adicionalmente, em 2014, a UE perdeu alguma visibilidade com a possibilidade de adesão moldava à UE ter começado a ser encarada como um mito nos círculos de Chisinau (Beyer, J. e Wolff, S. 2016:341). Já no campo social, a ligação tem aumentado, todavia, a maioria da população continua a ter uma forte ligação social com a Rússia, explicada, em parte, pela enorme presença russa nos media moldavos (Beyer, J. e Wolff, S. 2016:341).

No que toca à Transnístria, a União Europeia tem uma fraca presença na região, o que se traduz numa limitada capacidade de exercer influência (Beyer, J. e Wolff, S. 2016:342). Na esfera política e social, a UE tem pouco a oferecer quando comparado com os enormes incentivos oferecidos pela Rússia (Beyer, J. e Wolff, S. 2016:343). Ademais,

a Transnístria opõe-se a um maior envolvimento da UE na resolução do conflito e desconfia das políticas da União, o que pode ser explicado tanto pela forte presença dos media russos na região, como pela vantagem que o *status quo* confere à região (Beyer, J. e Wolff, S. 2016:343; Popescu, N. 2006:2; Popescu, N. 2005:30).

No entanto, a ligação económica da região separatista com a UE tem-se intensificado, sendo exemplo disso os números de 2014 que indicavam que mais de 70% das exportações totais da Transnístria já eram direccionadas à UE e à Moldova (Dembinska, M. e Mérand, F. 2018:23; Beyer, J. e Wolff, S. 2016:343). A juntar a isto, a implementação do DCFTA na Transnístria foi considerada como um enorme sucesso para a estratégia da União Europeia, sendo diversas vezes apontada como um importante passo para impulsionar a interdependência económica entre as partes e quiçá para incentivar a resolução do conflito (Montesano, F. et al. 2016:20). Assim, podemos concluir que a ligação da UE tem crescido nas duas margens do rio Dniester, ainda que na Transnístria esta seja limitada (Beyer, J. e Wolff, S. 2016:343-344).

Em conclusão e face ao acima exposto, desde 2003, e em particular, desde 2007, a UE alterou a sua política para a Moldova, tendo investido bastante em vias diplomáticas, económicas e de segurança para a solução deste conflito (Popescu, N. 2006:4; Popescu, N. e Litra, L. 2012:1; Dembinska, M. et al. 2020:14). Este fortalecimento de relações teve sobretudo como objectivo a “partilha de responsabilidade” entre a UE e a Moldova da resolução do conflito em análise, visando desta forma colmatar o crime organizado e as actividades ilícitas que proliferam na região devido à existência deste Estado de facto e que são prejudiciais para a segurança europeia (Bosse, G. 2010:1292-1302). Almejando este fim, a UE assume actualmente o papel de actor internacional mais envolvido no conflito, à parte da Rússia (Popescu, N. e Litra, L. 2012:7). Porém, as relações entre a Rússia e a UE na região nem sempre são pautadas por um espírito de cooperação. Esta complexa dinâmica será analisada de seguida.

3.5 – Moldova: Entre a Rússia e o Ocidente

As relações entre a Rússia, os Estados Unidos e a União Europeia foram relançadas em 1992, após o colapso da União Soviética, num espírito de cooperação e de grande esperança para o futuro que aí advinha (Hill, W. 2012:1). Contudo, como sabemos, as relações foram-se deteriorando e a situação nos dias de hoje não coincide com a atmosfera animadora vivida em 1992 (Hill, W. 2012:1). Na óptica do Kremlin, o Ocidente

tirou partido de uma situação de vulnerabilidade da Federação Russa através de diversas acções, nomeadamente as sucessivas expansões da NATO para Leste, o bombardeamento da Sérvia e o conseqüente reconhecimento do Kosovo, entre tantos outros eventos que justificaram o agravamento gradual das relações entre os dois polos (Hill, W. 2012:1-2).

Porém, há um assunto que desagrade particularmente a Moscovo – o envolvimento dos actores ocidentais no espaço pós-soviético (Hill, W. 2012:3; Stent, A. 2019:60). A rivalidade existente entre a Rússia e o Ocidente na zona pós-soviética é amplamente conhecida e estudada, tendo-se tornado mais notória desde os anos 2000, após a subida de Putin ao poder (Kosienkowski, M. 2019:3; Hill, W. 2012:3; Stent, A. 2019:58). Esta competição é justificada pelo facto de Moscovo entender que a região – na qual se localiza a Moldova – integra a sua zona de influência exclusiva e, como tal, não vê com agrado a crescente presença de actores externos, nomeadamente a União Europeia (Kosienkowski, M. 2019:3). Para o Kremlin, o crescente envolvimento ocidental na área também denominada de “estrangeiro próximo” traduz-se numa tentativa de diminuir a influência russa na região, o que, em última análise, representa um risco de segurança para a Rússia (Hill, W. 2012:3). É neste contexto que a Transnístria assume uma enorme importância para o Kremlin pois impulsiona a presença russa na região, conferindo-lhe vantagem sobre o Ocidente nesta luta por influência (Kosienkowski, M. 2019:3). Neste sentido, a Transnístria funciona como uma alavanca de influência russa não só na Moldova, mas também na Ucrânia, o país vizinho da região separatista (Kosienkowski, M. 2019:3). Por esta razão, a Transnístria tem um enorme interesse estratégico para Moscovo (Devyatkov, A. 2017a: s.p).

Na perspectiva da Rússia, a competição com o Ocidente pela Moldova foi intensificada em 2003, nomeadamente pela alteração da política da União para a Moldova no referido ano, antecipando o alargamento de 2004 da União a Leste (Kosienkowski, M. 2019:3; Popescu, N. 2006:4). Para fazer face a esta situação, a Rússia intensificou a sua relação com a Transnístria em 2003, reforçando a sua ligação de patrão-cliente (Lungu, K. 2016:s.p; Kosienkowski, M. 2019:2-3). É aliás neste contexto que surge o Memorando Kozak proposto pela Rússia (Kosienkowski, M. 2019:3).

O Memorando Kozak – oficialmente denominado de “*Memorandum on Basic Principles of State Structure of the Unified State*” – foi uma solução proposta por Dmitry Kozak, um enviado especial de Putin, para pôr termo ao conflito moldavo-transnístrio (Hill, W. 2012:6). O Memorando sugeria a criação de uma federação com base contratual para o Governo da Moldova, no qual tanto a Transnístria como a Gagaúzia teriam um

elevado nível de autonomia (Herd, G. 2007:89; Kennedy, R. 2016:516). Os poderes governamentais dentro da federação seriam divididos entre o governo federal e os Estados federados, incluindo matérias vitais como orçamento federal, questões energéticas, leis civis e criminais, entre tantas outras (Hill, W. 2012:140). Os assuntos relacionados com estas competências partilhadas teriam que ter, até 2015, a aprovação de uma maioria de três quartos do Senado (Hill, W. 2012:140). Desta forma, os principais poderes do Governo seriam divididos com a Transnístria e com a Gagaúzia (Hill, W. 2012:140).

A acrescentar ao exposto, o Memorando previa ainda a concessão de poder de veto à Transnístria no que concerne às leis federais e aos tratados internacionais assinados pela Moldova, ou seja, as autoridades separatistas poderiam exercer o seu direito de veto em praticamente toda a actividade do governo nacional (Kennedy, R. 2016:516; Herd, G. 2007:89; Hill, W. 2012:141). Naturalmente, esta cedência provocou especial preocupação junto das instituições europeias (Botan, I. 2003: s.p).

O Memorando Kozak estabelecia também a capacidade de secessão à região separatista e o sucessivo direito de reconhecimento da independência caso a Moldova cedesse a sua soberania através da adesão à União Europeia ou da reunificação com a Roménia (Kennedy, R. 2016:516; Herd, G. 2007:89). Por último, o Memorando Kozak previa a manutenção da presença militar russa na margem esquerda do Dniester, seguindo a ideia proposta do líder separatista Igor Smirnov (Kennedy, R. 2016:516; Hill, W. 2012:146; Popescu, N. 2006:3). Assim, a Rússia assumiria o papel de garante de segurança, mantendo alocadas mais de duas mil tropas para o efeito até, pelo menos, 2020 (Hill, W. 2012:148). Nesta situação, a União Europeia, a OSCE e a Ucrânia poder-se-iam juntar como co-garantes de segurança no caso de a Moldova e a Rússia assim o aprovarem (Hill, W. 2012:148).

Desta forma, o Memorando Kozak traduzia-se numa clara tentativa de assegurar um controlo unilateral russo em matéria de segurança na Moldova, enquanto conduzia a uma dominação da Transnístria em todo o território moldavo (Hill, W. 2012:148; Popescu, N. 2006:3). Nas palavras de um antigo Primeiro-Ministro da Moldova: “[o Memorando Kozak] deixar-nos-ia sem sermos senhores da nossa própria casa” (Hill, W. 2012:182). Por outro lado, o acordo para a manutenção da presença militar russa na região violaria os trâmites estabelecidos na Conferência da OSCE em Istambul em 1999 (Hill, W. 2012:148).

Acresce que a Rússia não consultou os restantes mediadores na elaboração do acordo, nem tampouco na forma como este seria apresentado, o que tornou o Memorando

Kozak num plano alienado da OSCE, do Conselho da Europa e da União Europeia (Belitser, N. 2015:48). Como tal, na sociedade civil moldava, bem como na oposição ao Governo de Voronin, a maioria das pessoas encarou esta proposta como uma estratégia russa para maximizar a sua influência na Moldova, através da região separatista (Hill, W. 2012:135-136). Esta visão era partilhada pela Missão da OSCE em Chisinau que terá enviado o seguinte parecer à Presidência holandesa da OSCE:

“(...) A divisão de poderes proposta prejudica a autoridade do Governo Federal. Em adição, a ausência de referências substanciais aos direitos humanos, democratização, eleições livres, sistema multipartidário e outras reformas essenciais tornam impossível para a OSCE apoiar o documento. Ademais, a estrutura legislativa proposta confere à Transnístria o potencial veto em todas as acções federais durante pelo menos 10 anos. (...)” (Hill, W. 2012:141).

À excepção do então Presidente da Moldova, Voronin, e do seu Partido Comunista, a reacção das restantes forças políticas moldavas não poderia ter sido mais adversa e negativa, tendo inclusive tomado a forma de boicotes às sessões do Parlamento e acusações de “alta traição” a Voronin, como forma de expressão do enorme desagrado geral com o Plano Kozak (Hill, W. 2012:144; Botan, I. 2003: s.p). Já a OSCE, apesar de não ser a favor dos termos estipulados no acordo, decidiu assumir uma postura neutra, não apoiando nem se revelando publicamente contra o Memorando (Hill, W. 2012:141-144).

O acordo seria assinado no dia 25 de Novembro de 2003, contando com a presença do Presidente russo, Vladimir Putin, para o efeito (Kennedy, R. 2012:516). No entanto, face ao crescente descontentamento no seio político moldavo, e após várias vezes começarem a exigir a demissão do Presidente moldavo, Voronin recuou e comunicou a Putin que não assinaria o documento, apesar de já o ter previamente rubricado (Hill, W. 2012:150-153; Belitser, N. 2015:48; Botan, I. 2003: s.p).

A decisão de Voronin é explicada não só pela conjuntura interna, como pela externa (Hill, W. 2012:150). Dias antes da data assinalada para a assinatura do Memorando Kozak, eclodiu a Revolução Rosa na Geórgia (Hill, W. 2012:150). Considera-se que esta Revolução tenha pesado fortemente na decisão do Presidente moldavo, uma vez que nas ruas de Chisinau começavam a surgir multidões que protestavam contra a federalização (Hill, W. 2012:150). Esta situação despoletou receio

no Presidente Voronin de que a situação vivida na Geórgia se viesse a alastrar para o território moldavo (Hill, W. 2012:150). Por outro lado, a decisão da OSCE de não apoiar o Memorando, a par com o visível desagrado da União Europeia terão dado o empurrão final para a desistência de Voronin (Hill, W. 2012:150-152). Javier Solana, à data Alto Representante da União Europeia, terá dito a Voronin que se este optasse por assinar a proposta de Kozak poderia “dizer adeus às esperanças de integração europeia” (Hill, W. 2012:152).

Assim, a 24 de Novembro de 2003, um dia antes da assinatura, Voronin fez um volte-face e rejeitou o acordo (Kennedy, R. 2016:516; Herd, G. 2007:89). Porém, aquando do cancelamento do acordo, o avião presidencial russo já estava pronto a descolar, o que terá contribuído ainda mais para a ira de Putin (Hill, W. 2012:153). Dmitry Kozak terá dado à data uma conferência de imprensa na qual defendeu que o acto de Voronin foi uma “irresponsabilidade política” (Botan, I. 2003: s.p). Já o então Ministro dos Negócios Estrangeiros da Federação Russa, Igor Ivanov, colocou o peso do fracasso do Plano Kozak nas instituições europeias, acusando-as de “interferência em assuntos internos da CEI” (Botan, I. 2003: s.p).

Deste ponto em diante, Voronin e o seu Partido Comunista procederam a uma mudança de orientação estratégica, destacando que a integração da Moldova na Europa Ocidental era agora uma prioridade política (Kennedy, R. 2016:516-517; Herd, G. 2007:89). Nesta altura, a conjuntura para um maior envolvimento europeu começava-se a alinhar, com regimes pró-ocidentais mais determinados na Ucrânia e na Roménia e com o que era, à data, a forte perspectiva de integração da Bulgária e da Roménia na UE em 2007 (Herd, G. 2007:90). Todos estes factores contribuíram para aumentar o foco da União Europeia na região (Herd, G. 2007:90).

O fracasso do Memorando Kozak marcou um ponto de mudança nas relações entre a Rússia e o Ocidente nesta região, ao mesmo tempo que alterou a dinâmica da presença russa na Moldova (Hill, W. 2012:160). Antes de 2003, a Rússia assumia uma postura equiparada quase a uma irmandade com o Governo de Chisinau, o que aliás motivou em primeiro lugar Voronin a pedir ajuda a Putin para elaborar uma proposta de resolução de conflito que teria resultado no Memorando Kozak (Hill, W. 2012:60). Porém, a rejeição à última hora por parte de Voronin, foi encarada por Putin como um enorme insulto, o que resultou numa alteração na dinâmica da relação (Hill, W. 2012:6).

Vivia-se um clima de tensão no período pós-Kozak, que foi particularmente evidente em 2004, quando o conflito congelado começou a “aquecer” (Herd, G. 2007:90).

No decurso de um ano, e no rescaldo da rejeição de Voronin, Tiraspol procedeu a várias medidas de assédio às seis escolas de língua moldava (uso do alfabeto latim em vez do cirílico) na margem esquerda do Dniester e Chisinau suspendeu o serviço aduaneiro às empresas da Transnístria não registadas na Moldova, tendo Smirnov e a Rússia apelidado estas medidas de “bloqueio económico” (Herd, G. 2007:90; Popescu, N. 2006:6). Ainda em 2004, Smirnov anunciou que iria realizar o já referido referendo sobre a independência da Transnístria, tentando manipular a Rússia a escolher entre uma nova guerra moldava-transnístria ou o reconhecimento da Transnístria como Estado independente e soberano (Herd, G. 2007:91). Por seu turno, Voronin advogava pela retirada das forças de peacekeeping russas e acusava a Transnístria de ser um “*puppet regime*” (Herd, G. 2007:92).

Por estes factores acima descritos, Voronin endurece, em 2005, a sua postura com a Rússia e com a Transnístria, ao mesmo tempo que se aproxima da NATO e da União Europeia (Herd, G. 2007:95). Também em 2005 deu-se a estreia da UE e dos EUA no processo de resolução de conflito, com o estatuto de observadores e, no ano seguinte, a Moldova assinava o *Individual Partnership Action Plan* com a NATO (Kennedy, R. 2016:517). Apesar de a NATO não ter qualquer papel atribuído na resolução deste conflito, insistiu com Moscovo para proceder à retirada das suas tropas do território moldavo (Kennedy, R. 2016:517). Contudo, a Rússia não encara com bons olhos esta aproximação da Moldova ao Ocidente e em consequência o Kremlin tem-se manifestado abertamente contra a Política Europeia de Vizinhança e particularmente contra o *Individual Partnership Action Plan* da NATO (Sakwa, R. 2008:243). Para a maioria dos países estabelecidos na zona pós-soviética a adesão a estes mecanismos representa o culminar de um processo de libertação que se iniciou com a queda da URSS (Sakwa, R. 2008:243). No entanto, para a Rússia, estes instrumentos representam exactamente o oposto (Sakwa, R. 2008:243).

A maior vulnerabilidade da Moldova em relação à Rússia é provavelmente o sector económico, principalmente se tivermos em conta que no período imediato pós-Kozak, a Moldova ainda não tinha assinado o Acordo de Associação com a UE (Kennedy, R. 2016:518). Com o conhecimento desta situação e tendo presente que, nesta época, a Rússia representava 60% das exportações de vinho moldavo, Moscovo proibiu, em 2006-2007, as importações de vinho oriundo da Moldova, justificando a medida com preocupações sanitárias (Kennedy, R. 2016:518). Este embargo foi encarado como uma resposta russa ao esforço da Moldova e da Ucrânia em controlar a fronteira com a

Transnístria (Hill, W. 2018:7). A mensagem era clara: caso Chisinau não colaborasse com Moscovo, perderia o seu mercado de exportação (Hill, W. 2012:172).

Mais tarde, em Setembro de 2013, a Rússia repetiu a proibição de importações de vinho moldavo como resposta à então latente assinatura do Acordo de Associação entre a Moldova e a UE, mas, à data, a vantagem económica russa na região já tinha diminuído drasticamente e, como tal, não teve o mesmo efeito que em 2005 (Kennedy, R. 2016:518). Assim, Moscovo faz-se valer do seu poder económico na região para tentar manter a Moldova na sua esfera de influência pois, ao diminuir a prosperidade económica desta, reduz as suas aspirações a uma maior integração europeia (Rumer, E. 2017: s.p; Harrel, K. 2009: s.p).

Estas pressões económicas do Kremlin não são exclusivamente dirigidas à Moldova (Hill, W. 2012:175). Pelo contrário, estas pressões podem ser enquadradas num panorama mais geral, visto que Moscovo as aplica em diversos países do seu “estrangeiro próximo”, como a Ucrânia, a Geórgia e a Bielorrússia, de forma a assegurar que estes países permanecem na sua zona de influência e longe de actores ocidentais (Hill, W. 2012:175). Todavia, estas medidas revelam-se contra-producentes pois criam um clima de animosidade com os Estados que a Rússia quer assegurar a manutenção das boas relações (Hill, W. 2012:176).

Além destes recorrentes embargos comerciais usados como forma de retaliação, Moscovo também se faz valer do grande número de emigrantes moldavos residentes na Rússia como forma de pressão a Chisinau (Hill, W. 2018:8). Esta estratégia é eficiente, uma vez que as remessas destes emigrantes representam quase 30% do PIB da Moldova (Hill, W. 2018:8). Utilizando estes dados a seu favor, a Rússia ocasionalmente ameaça Chisinau com um reforço das leis de imigração russas, tendo presente o prejuízo que tal causaria na economia da antiga Bessarábia (Hill, W. 2018:8).

O Kremlin utiliza também o gás e os recursos energéticos como ferramentas de manipulação, servindo-se das empresas estatais russas para aumentar os preços ou proceder ao corte total dos recursos energéticos dirigidos à Moldova, de forma a exercer pressão sobre as autoridades moldavas e controlar as suas políticas (Harrel, K. 2019: s.p). Estes meios de coerção não são incomuns na Comunidade Internacional, contudo, na Moldova que é um dos países mais pobres da Europa, estas acções assumem consequências profundamente danosas para o país (Harrel, K. 2019: s.p).

Face ao exposto, o Memorando Kozak converteu-se no primeiro momento em que se sentiu verdadeiramente a influência do Ocidente na Moldova, tendo sido também

o ponto alto da interferência russa no processo de resolução do conflito moldavo-transnístrio (Rogstad, A. 2016:10; Hill, W. 2012:160). O Plano Kozak é diversas vezes referido como um “*turning point*” (Hill, W. 2012:160). Este constitui um marco a partir do qual, tanto o envolvimento russo na Moldova como as relações entre o Kremlin e as potências ocidentais foram profundamente alteradas no que concerne aos conflitos estabelecidos no espaço pós-soviético (Hill, W. 2012:160). A política russa para a Moldova passou a revelar uma abordagem mais coerciva e coordenada, fazendo face à crescente expansão de influência sobretudo da União Europeia e da NATO no espaço pós-soviético (Rogstad, A. 2016:10). A promoção dos projectos de integração regional nas duas margens do rio Dniester e as diversas tentativas de influenciar a política nacional e regional da Moldova revelam a mudança para uma posição mais assertiva (Rogstad, A. 2016:10).

Assim, como William H. Hill aponta: “o que os líderes ocidentais viram em 2003 como uma questão de pouca importância o bloqueio de um acordo político em um pequeno Estado pós-soviético, os líderes do Kremlin viram como um desafio geopolítico directo e uma derrota num território que tinha sido deles, relativamente incontestado, por séculos” (Hill, W. 2012:7). Hill adianta ainda que “a Moldova pode ter sido um dos primeiros lugares na antiga URSS onde as relações Rússia-Estados Unidos e Rússia-União Europeia passaram de uma cooperação difícil para uma postura adversária mais clara” (Hill, W. 2012:7). Além do insucesso do Memorando Kozak, o referido ano ficou pautado pela invasão americana ao Iraque e pela Revolução Rosa na Geórgia, sendo que todos estes eventos contribuíram para a deterioração das relações entre a Rússia e o Ocidente (Hill, W. 2012:6).

Para o Kremlin, este conjunto de eventos, a par com a Revolução Laranja da Ucrânia ocorrida em 2004/2005, representava uma tentativa ocidental elaborada para diminuir a influência russa no seu “estrangeiro próximo” (Hill, W. 2012:161). Neste sentido, na perspectiva do Kremlin, o Plano Kozak foi apenas o início de um “padrão histórico”, no qual o Ocidente tinha mão e que visava negar à Rússia o papel de parceiro equivalente aos poderes ocidentais nos assuntos europeus de segurança regional (Hill, W. 2012:161-184).

Nesta altura, o termo “Guerra Fria” voltou a surgir nos media e no seio da comunidade académica, tendo sido identificado primordialmente pelo então Embaixador da Rússia na Moldova, Nikolay Ryabov, aquando da introdução do regime aduaneiro, acordado entre a Moldova e a Ucrânia, para as exportações transnístrias, em Março de

2006 (Devyatkov, A. 2017a: s.p; Dembinska, M. e Mérand, F. 2018:20). Porém, esta nova “Guerra Fria” tem um palco diferente da anterior: o espaço pós-soviético (Rumer, E. 2017: s.p). Já os blocos permanecem inalterados: de um lado os actores ocidentais como a UE e a NATO, do outro a Rússia (Rumer, E. 2017: s.p). A diferença reside então que, no meio dos dois blocos, se encontram agora os países outrora pertencentes à URSS, como a Moldova e a Ucrânia, e o facto de não existir um antagonismo de ideologias, tendo sido esta substituída por uma visão muito distinta da política internacional (Rumer, E. 2017: s.p; Stent, A. 2019:58).

Sucedo que, durante a Guerra Fria, a tensão entre os Estados Unidos e a Rússia fez-se sentir em países tão remotos como Angola ou o Vietname (Harrel, K. 2009: s.p). Nos dias de hoje, a Moldova encontra-se na mesma posição que outrora estes países ocuparam, contudo numa escala bastante mais reduzida (Harrel, K. 2009: s.p). Assim, de todos estes países inseridos no espaço pós-soviético que agora se vêem a braços com um clima de competição geopolítica entre a Rússia e o Ocidente, a Moldova tem um lugar de destaque (Rumer, E. 2017: s.p). Esta posição deve-se ao ênfase que o agudizar de relações entre a Rússia e o Ocidente tem neste território e porque a Moldova é o Estado que combina factores como a história, a cultura, as ligações económicas e a política interna da forma mais complexa e desafiadora de toda a Europa de Leste (Rumer, E. 2017: s.p; Devyatkov, A. 2017a: s.p). Adicionalmente, a Moldova encontra-se geograficamente entre duas esferas de influência e é um país profundamente marcado pelo seu legado histórico, oscilando entre a sua ligação com a Rússia e com a Roménia – a sua porta de entrada para a União Europeia (Rumer, E. 2017: s.p; Harrel, K. 2009: s.p).

Desta forma, com a crescente aproximação económica e política da União Europeia a Chisinau e com a presença militar russa alocada na Transnístria, a Moldova vê-se numa encruzilhada entre duas potências (Harrel, K. 2009: s.p). Como tal, “a capacidade da Moldova em se equilibrar entre estes dois polos de atracção, deve ser um factor importante na definição do seu futuro” (Rumer, E. 2017: s.p), pois só assim consegue assegurar a sua soberania (Harrel, K. 2009: s.p).

Todos estes factores acima descritos ilustram a razão pela qual é necessário analisar a interferência russa neste conflito à luz da teoria neo-realista das relações internacionais. Chegamos a este ponto, importa lembrar o contributo de Hans Morgenthau para a teoria realista das Relações Internacionais. Morgenthau argumenta que a política internacional é caracterizada por uma constante luta de poder onde nem sempre é fácil manter a paz (Morgenthau, H. 1993:5). Já John Mearsheimer mostra-nos

que, como não é possível ter a certeza das intenções dos outros Estados, frequentemente estes têm comportamentos hostis tendo em vista a protecção da sua autonomia e integridade territorial (Mearsheimer, J. 2001:24-31). Ora, é exactamente esta situação que podemos constatar como existente na Moldova. Para o Kremlin, as acções da União Europeia referentes à Moldova e ao conflito moldavo-transnístrio revelam uma tentativa de estabelecer uma voz predominantemente europeia e, conseqüentemente, de enfraquecer a posição russa na região (Lynch, D. 2006:64). Ou seja, o Kremlin encara a Moldova como um palco de competição de poder com o Ocidente e, para fazer face a esta situação, faz-se valer da sua posição privilegiada na Transnístria (Miarka, A. 2020:9).

Já foi realçado que a Rússia se considera como uma grande potência com direito à sua tradicional esfera de influência – o espaço pós-soviético (Sakwa, R. 2008:243; Miarka, A. 2020:9). Sucede que, na perspectiva do Kremlin, o Ocidente elabora acções hostis coordenadas que visam enfraquecer a sua posição internacional (Miarka, A. 2020:9). A título de exemplo, a Rússia entende que o apoio Ocidental às revoluções coloridas, como a Revolução Laranja na Ucrânia, é uma estratégia para minar a influência russa na região (Miarka, A. 2020:9). Assim, o facto da Moldova ter um Estado de facto, integrado no seu território e com fortes ligações à Rússia, impede que Chisinau possa ignorar por completo o Kremlin ao ponto de prosseguir, por exemplo, com a adesão à União Europeia ou à NATO (Miarka, A. 2020:9). Desta forma, a Transnístria é detentora de uma enorme relevância já que mantém a Moldova dentro da esfera de influência russa, independentemente de ser ou não o desejo de Chisinau (Miarka, A. 2020:9). À luz da teoria neo-realista, esta condicionante pode ser interpretada como a necessidade patente nos Estados de colocar os seus interesses à frente dos interesses dos restantes Estados (Mearsheimer, J. 2007:74).

Ademais, John Mearsheimer afirma que “os Estados são actores racionais e, como tal, são capazes de elaborar estratégias para maximizar as suas hipóteses de sobrevivência” (Mearsheimer, J. 2007:74). É sob esta máxima que podemos ler as declarações de Sergei Lavrov, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia, que afirmou que, caso a Moldova decida abrir mão do seu estatuto de neutralidade e iniciar o caminho de integração na Aliança Atlântica, a Transnístria será livre para prosseguir com a sua independência (Miarka, A. 2020:10). Assim, na eventualidade de haver uma maior aproximação de Chisinau à NATO nos próximos anos, poderemos assistir a um reforço da presença russa na Transnístria, de forma a assegurar que a Moldova se mantém na sua esfera de influência (Miarka, A. 2020:11). Como Mearsheimer defende, “quando não há

garantia que um [Estado] não ataque o outro, faz todo o sentido que cada Estado adquira o máximo de poder possível de forma a se conseguir proteger de um eventual ataque” (Mearsheimer, J. 2007:72). Neste sentido, a Transnístria funciona como plataforma para fazer face às ameaças Ocidentais que almejam, segundo a perspectiva do Kremlin, colocar em causa a posição hegemónica da Rússia na região (Miarka, A. 2020:11).

Em suma, a teoria neo-realista mostra-nos que os grandes poderes temem as intenções uns dos outros, uma vez que existe pouca confiança entre eles (Mearsheimer, J. 2007:74). O maior receio dos grandes poderes é o de que haja outro Estado que reúna capacidades para os atacar e é por esta razão que a Rússia teme perder a sua influência na Moldova, pois um avanço Ocidental para a sua zona de tradicional influência significaria um aumento da vulnerabilidade russa (Mearsheimer, J. 2007:74; Lynch, D. 2006:64).

Para além do exposto, o conflito moldavo-transnístrio tem uma forte dimensão externa, devido aos diversos actores internacionais envolvidos no processo de resolução de conflito (Dias, V. 2013:344). Acresce que, estes actores internacionais têm diferentes abordagens, sendo que uns, nomeadamente a OSCE, a UE e os EUA, almejam a resolução rápida e pacífica deste conflito, enquanto outros, como a Rússia e a CEI, preferem a manutenção do *status quo* (Dias, V. 2013:344). Para as potências ocidentais, particularmente para a UE, é importante alcançar uma solução para este conflito visto que este assume um papel vital na segurança da vizinhança europeia (Dias, V. 2013:344). Por outro lado, para Moscovo, a manutenção do *status quo* oferece uma oportunidade para preservar a Moldova na sua zona de influência, ao mesmo tempo que a impede de aprofundar o seu envolvimento com o Ocidente (Dias, V. 2013:345). Estas posições díspares tornam a Moldova e o conflito em análise num cenário profundamente complexo (Dias, V. 2013:344).

O Kremlin ao opor-se às decisões da NATO e da UE referentes a este conflito, revela uma pouca disposição em permitir que os Estados localizados no seu “estrangeiro próximo” procurem o Ocidente para orientação política e económica (Harrel, K. 2009: s.p). Desta forma, podemos afirmar que a Rússia e o Ocidente estão numa confrontação simétrica na região (Devyatkov, A. 2017a: s.p). Tanto a União Europeia como os Estados Unidos têm oferecido um enorme apoio económico à Moldova, estimado em vários milhares de milhões de dólares, de forma a que as autoridades de Chisinau possam fazer face à influência russa no país (Vardanean, E. 2018:7). Contudo, há uma certa desilusão e sobretudo surpresa entre os actores ocidentais pelo facto de que o financiamento ocidental não se revelar suficiente para o enfraquecimento da posição russa no país

(Vardanean, E. 2018:7). Esta posição é ilustrada pelo discurso do Embaixador dos Estados Unidos da América para a Moldova, James Pettit, proferido para um canal de televisão moldavo (Vardanean, E. 2018:7):

“Os Estados Unidos ofereceram à Moldova mais de mil milhões de dólares para desenvolvimento económico e democrático. A União Europeia conferiu um valor semelhante, enquanto a Rússia não só não ajudou o vosso país, como castigou-o com a introdução de embargos. Por esta razão, surpreende-nos que, de acordo com as sondagens, mais de metade da população moldava é pró-russa” (Vardanean, E. 2018:7).

Acontece que, apesar dos inúmeros apoios ocidentais, haverá sempre cidadãos moldavos que valorizam mais a herança histórica e cultural que partilham com a Rússia (Hill, W. 2012:176). Tal como acontece em outros países do espaço pós-soviético como, por exemplo, na Geórgia (Hill, W. 2012:176). Por esta razão consideramos ser igualmente importante analisar a interferência russa neste conflito através de uma lente construtivista. Todavia, voltaremos a este ponto mais adiante.

Além da partilha de identidade com a Rússia, vários cidadãos moldavos não veem necessidade de escolher entre a Rússia e uma integração europeia, pois não consideram que estas duas posições sejam contraditórias e irreconciliáveis (Hill, W. 2012:177). Todavia, para o Kremlin são (Hill, W. 2012:177). Por outro lado, a sociedade civil moldava encara os poderes ocidentais, nomeadamente a Roménia, a Comissão Europeia e os EUA, como guardiões do governo moldavo pró-europeu, mesmo que isso implique fechar os olhos à corrupção instalada no seio de Chisinau (Vardanean, E. 2018:8). De facto, o objectivo ocidental é o de evitar que forças russas cheguem ao poder na margem direita do Dniester (Vardanean, E. 2018:9). Contudo, esta situação tem gerado inúmeras críticas não só aos líderes moldavos, como às instituições europeias, o que pode contribuir para a sua inclinação pró-russa (Vardanean, E. 2018:9). É neste sentido que a ligação da Moldova aos seus dois principais parceiros internacionais, Rússia e União Europeia, “tem sido uma tábua de salvação essencial e um grande obstáculo ao desenvolvimento do país” (Rumer, E. 2017: s.p).

Há autores, como Andrey Devyatkov, que identificam uma relação Estado-patrão entre a Moldova e o Ocidente, à semelhança do que acontece entre a Rússia e a Transnístria (Devyatkov, A. 2017a: s.p). Devyatkov apresenta como justificação o facto de tanto os EUA como a NATO terem aumentado a sua presença militar na Moldova,

apresentando como exemplo os diversos exercícios militares com soldados americanos realizados em Maio de 2016 na Moldova e a abertura, em 2017, de um escritório da NATO em Chisinau (Devyatkov, A. 2017a: s.p). O autor aponta ainda a europeização da Moldova como exemplo desta relação “patrão-cliente”, nomeadamente a adopção de vários regimes institucionais que se revelam incompatíveis com os planos russos para a região, como a União Económica Euroasiática (Devyatkov, A. 2017a: s.p).

Importa, porém, realçar que o alinhamento da Moldova com a NATO não prevê uma futura adesão do país à Aliança transatlântica (Vardanean, E. 2018:10). A Constituição da Moldova tem estipulado o estatuto de neutralidade do país, como tal, é inviável falar-se de uma adesão moldava à NATO (Vardanean, E. 2018:10). Desta forma, os esforços da NATO na Moldova têm apenas como fim ajudar o país a melhorar a sua logística militar, nomeadamente através de treinamento e de fortalecimento dos postos de controlo de fronteira (Rumer, E. 2017: s.p). Neste sentido, na eventualidade de surgir um novo conflito armado entre a Moldova e a Transnístria, a probabilidade de a NATO, ou qualquer um dos seus membros, ir socorrer a Moldova é ínfima (Rumer, E. 2017: s.p). Não obstante, o simples sinal de interesse da NATO e da UE molda a percepção que uma eventual agressão russa à região encontrará resistência política e económica ocidental, o que consiste numa barreira, ainda que “imaginada” contra a Rússia (Kennedy, R. 2016:527). Ryan Kennedy denomina este fenómeno de “parede de papel” pois assenta no pressuposto que a Rússia aceita a barreira criada (Kennedy, R. 2016:526).

Esta “parede de papel” marcou as expectativas de como deverá ser moldado um futuro acordo para a resolução do conflito, contando para tal com o novo formato 5+2, no qual fazem parte a União Europeia e os Estados Unidos como observadores (Kennedy, R. 2016:526). Com este novo formato e com um maior envolvimento ocidental na Moldova, dificilmente será aprovado um acordo que não conte com a aprovação da União Europeia, tornando mais complicado para a Rússia isolar a Moldova, de forma a ver aprovado um acordo semelhante ao Plano Kozak, que em nada beneficia o Governo de Chisinau (Kennedy, R. 2016:526).

No que concerne à política económica, as potências ocidentais colocaram o mercado europeu à disposição dos produtos moldavos, de forma a compensar o Governo de Chisinau da pressão russa e dos embargos comerciais estipulados pelo Kremlin (Kennedy, R. 2016:527). Assim, apesar de ser inegável a crescente presença da União Europeia e da NATO na Moldova, importa realçar que o envolvimento ocidental se pauta sobretudo por métodos não militares, visando limitar a habilidade da Rússia de exercer o

poder – o chamado “*soft balancing*”⁶ (Kennedy, R. 2016:513). Esta estratégia é utilizada porque a União Europeia e a NATO não consideram que a questão moldova seja de tal importância que justifique um confronto militar (Kennedy, R. 2016:520). Assim, aplicam o *soft balancing* de diversas formas, nomeadamente através da integração económica com a Moldova, introdução de níveis de ligação institucional e auxílio no campo energético (Kennedy, R. 2016:517-518). Até agora, esta estratégia tem-se revelado bem-sucedida, visto que alterou a política externa da Moldova para uma orientação europeia, todavia, nada garante que esta mudança seja permanente (Kennedy, R. 2016:513).

Podemos assim afirmar que o conflito moldavo-transnístrio se encontra no meio de diferentes dinâmicas regionais, o que o torna particularmente difícil de resolver (Dias, V. 2013:339). Enquanto a Rússia apoia o regime separatista na preservação do *status quo*, a União Europeia procura alcançar a resolução do conflito, pois só assim consegue promover uma maior segurança na sua vizinhança (Dias, V. 2013:339). Contudo, várias das propostas para a resolução deste conflito incluíram a hipótese da Transnístria se separar, *de facto* e *de jure*, da Moldova, na eventualidade de esta ceder a sua independência, como por exemplo, através da integração europeia (Kennedy, R. 2016:521). Caso um acordo com estas especificidades fosse aceite, o envolvimento da Moldova com a UE ficaria inevitavelmente em pausa, pelo que existe uma divisão nos Estados-Membros sobre se é mais relevante alcançar a estabilidade moldava ou prosseguir com a sua orientação ocidental (Kennedy, R. 2016:521). Tal não significa que a União Europeia não almeje a solução do conflito (Kennedy, R. 2016:521). A dificuldade tem-se revelado no pouco incentivo para pressionar de maneira preponderante a Rússia nesta matéria (Kennedy, R. 2016:521).

Para a NATO, para os Estados Unidos e para a União Europeia, o objectivo principal é o de evitar que este conflito congelado volte a despoletar um confronto armado (Kennedy, R. 2016:521). Também a cessação do fluxo de produtos ilegais pela

⁶ O conceito de “*soft balancing*” foi desenvolvido por defensores do realismo estrutural que pretendiam explicar o porquê de os actores secundários não desenvolverem acções contra a hegemonia dos Estados Unidos (Kennedy, R. 2016:514). Existem inúmeras definições de *soft balancing*, contudo a maioria delas concorda que o conceito passa por usar tácticas de não confrontação, em vez de comportamentos tradicionais como acumulação de equipamentos militares ou formação de alianças (Kennedy, R. 2016:514). Neste sentido, existem diversos indicadores de *soft balancing*, sendo exemplo a criação de parcerias formais e informais de forma a aumentar a posição de negociação, uso de integração económica para aumentar a influência política, entre tantas outras (Kennedy, R. 2016:514). Assim, *soft balancing* ocorre quando há uma grande disparidade de poder entre as partes (Kennedy, R. 2016:520). Contudo, neste caso concreto ocorre, não por haver disparidade de poder entre a NATO/UE e a Rússia, mas sim porque há uma disparidade de interesses, ou seja, o objectivo ocidental é sobretudo que o conflito não volte a escalar para um confronto armado (Kennedy, R. 2016:520).

Transnístria tem um peso importante para as potências ocidentais, a par com a ambição por parte da NATO e da UE de obterem um Estado com uma democracia estável nas suas fronteiras, ou, em última análise, um Estado não hostil aos valores ocidentais (Kennedy, R. 2016:521).

Já a Rússia encara a Moldova como “a janela para os Balcãs, necessária para manter os interesses russos na região” (Kennedy, R. 2016:522). A Moldova é parte integrante dos planos russos para a criação da zona de influência euro-asiática, de forma a contra-balançar a crescente influência que a NATO e a UE fazem sentir na região (Kennedy, R. 2016:522). Por outro lado, a Transnístria é encarada como uma fortificação russa contra a expansão da NATO, em especial para a Ucrânia, pelo que a região separatista tem uma enorme importância para o Kremlin (Kennedy, R. 2016:522). Contudo, e contrariamente à União Europeia, a Rússia beneficiaria de um acordo de resolução do conflito caso este assegurasse certos parâmetros, como a influência da Transnístria (e, conseqüentemente, da Rússia) no Governo de Chisinau e a manutenção das tropas russas na região (Kennedy, R. 2016:522).

Em adição, revela-se contra-producente o facto de a escolha do Kremlin ser a de apregoar exclusividade e unilateralismo nos países do seu “estrangeiro próximo”, como por exemplo a Moldova (Hill, W. 2012:177). Se há lições a retirar dos vários conflitos congelados estabelecidos na região, uma delas é a de que o facto de Moscovo não fornecer nenhuma solução a longo prazo para os colmatar apenas motiva os Estados parentes, como a Moldova, a procurar soluções alternativas, nomeadamente através de um maior envolvimento com a UE (Hill, W. 2012:177). A intransigência de Moscovo em obrigar estes Estados a escolherem entre as potências ocidentais, como a NATO, a UE e os EUA, ou a Rússia e a Comunidade de Estados Independentes, culmina apenas num afastamento cada vez mais fracturante do “estrangeiro próximo” em relação à Rússia (Hill, W. 2012:177). Por outro lado, a Rússia falha também em compreender que Chisinau opõe-se veemente a qualquer presença militar no seu território (Hill, W. 2012:182-183). Moscovo ao insistir neste ponto, exacerba as relações com Chisinau (Hill, W. 2012:183).

Neste sentido, não é surpreendente que a relação entre a Rússia e a Moldova se tenha tornado mais tensa com o decurso dos anos (Hill, W. 2018:11). A Rússia desaprova a interferência externa naquela que considera ser a sua esfera de influência, como tal, as relações com a Moldova começaram a agravar, em 2017, após os exercícios da NATO na região, que inclusive gerou diversos protestos da imprensa russa e de algumas figuras políticas (Hill, W. 2018:11; Hill, W. 2012:183). Por seu turno, Chisinau contestou o mau

tratamento que os seus oficiais e cidadãos recebiam frequentemente das autoridades russas (Hill, W. 2018:11). Esta contenda conduziu, em Maio de 2017, à expulsão de cinco Embaixadores russos da Moldova por alegada espionagem e recrutamento de cidadãos moldavos para o conflito em Dombass, acção essa a que a Rússia retorquiu de igual forma (Hill, W. 2018:11).

Em Julho do mesmo ano, a disputa agravou com Chisinau a recusar a entrada do Vice-Primeiro-Ministro da Federação Russa, Dmitri Rogozin, em território moldavo, tendo-o declarado, um mês mais tarde, *persona non grata* (Hill, W. 2018:11). No mesmo período, Chisinau elevou os protestos referentes à presença de tropas russas na margem esquerda do Dniester e anunciou a intenção de levar este assunto à Assembleia Geral das Nações Unidas, tendo sido inclusive referido o intento de cobrar monetariamente à Rússia os danos causados pelos “25 anos de ocupação russa” (Hill, W. 2018:11). Adicionalmente, em Janeiro de 2018, o Parlamento moldavo adoptou uma lei que decretava que as notícias reproduzidas nos meios de comunicação moldavos teriam que ter origem em países membros da Convenção Europeia sobre Televisão Transfronteiriça (Hill, W. 2018:12). A promulgação desta lei visava afectar a imprensa russa que representa a maioria dos canais de comunicação estabelecidos na Moldova (Hill, W. 2018:8-12).

Nos últimos anos, diversas acções russas têm antagonizado a Moldova (Popescu, N. e Litra, L. 2012:6). No entanto, em 2019, iniciaram-se os esforços para a normalização das relações bilaterais entre a Rússia e a Moldova marcados por um encontro bilateral entre o então Ministro dos Negócios Estrangeiros moldavo, Nicu Popescu, e o seu homólogo russo, Sergei Lavrov (Sholar, E. 2019: s.p). Contudo, Popescu insistiu na retirada das munições russas presentes em território moldavo e urgiu à remoção dos embargos comerciais impostos pela Rússia em 2013 (Sholar, E. 2019: s.p). A presença militar russa na região e a intransigência de Moscovo nesta questão tem sido diversas vezes apontado um dos principais obstáculos para a resolução deste conflito (Belitser, N. 2015:52). Até aqui, as autoridades russas têm insistido que a troca do contingente militar por uma missão civil internacional só será possível após ser encontrada uma solução política que dite o fim deste longo conflito congelado (Belitser, N. 2015:52). Caso a postura do Kremlin nesta temática não seja alterada, será pouco provável que uma solução para este conflito possa ser alcançada (Hill, W. 2012:183).

Porém, a instabilidade territorial, política e económica presente na região assegura que a Moldova permanece na esfera de influência russa, visto que diminui

significativamente as perspectivas de maior envolvimento com o Ocidente (Harrel, K. 2009: s.p). Desta forma, ao manter as tropas russas na Transnístria, a Rússia está a promover a instabilidade no território moldavo e, conseqüentemente, a certificar-se que Chisinau se mantém sobre o seu domínio (Harrel, K. 2009: s,p). Por outro lado, na perspectiva do Kremlin, o Ocidente tomou partido da atitude benevolente da Rússia no que concerne aos compromissos acordados em Istambul em 1999 referentes à retirada das tropas russas da Moldova (Sakwa, R. 2008:250). Como tal, uma concessão russa nesta matéria pode ser interpretada como uma derrota, o que, mais uma vez, revela que as relações entre a Rússia e o Ocidente são pautadas por um clima de competição (Sakwa, R. 2008:250; Stent, A. 2019:13).

Não obstante os desenvolvimentos pouco amigáveis entre Chisinau e Moscovo, a guerra entre a Rússia e a Geórgia em 2008 deixou bastante claro que não é exequível resolver os problemas de segurança existentes no espaço pós-soviético sem para tal envolver a Rússia (Devyatkov, A. 2012:54). O Kremlin continua a promover uma influência unilateral russa na resolução dos conflitos estabelecidos no espaço pós-soviético e, não fugindo à regra, assume inevitavelmente um papel-chave na resolução do conflito moldavo-transnístrio, principalmente pela relação de patrão-cliente que detém com a Transnístria (Beyer, J. 2011:4; Belitser, N. 2015:53; Devyatkov, A. 2017a: s.p; Hill, W. 2012:179).

Nesta senda, as relações com a Rússia têm de continuar a ser um elemento *sine qua non* na política moldava visto que Chisinau não está em posição de suportar um corte de relações com o Kremlin (Rumer, E. 2017: s.p; Hill, W. 2012:178). Tal como a UE e os Estados Unidos também não estão em posição de intervir ao ponto de eliminar a Rússia deste processo (Rumer, E. 2017: s.p). Posto isto, é essencial persuadir Moscovo a definir um caminho juntamente com Washington e Bruxelas para ser alcançada uma resolução de conflito estável e pacífica (Belitser, N. 2015:53). Acresce que, a competição geopolítica na Moldova afecta profundamente a perspectiva de alcançar uma resolução para o conflito moldavo-transnístrio, com as diferenças entre Moscovo e Bruxelas a aparentarem ser mais profundas do que nunca nesta temática (Beyer, J. e Wolff, S. 2016:349). Com um futuro incerto pela frente, a Moldova necessita manter um cuidadoso e delicado equilíbrio entre a Rússia e o Ocidente (Rumer, E. 2017: s.p; Harrel, K. 2009: s.p).

Em suma, o conflito moldavo-transnístrio tornou-se “numa pequena parte de um jogo maior que visa garantir que a voz russa continue a ser ouvida nos assuntos de

segurança europeus, especialmente na antiga URSS” (Lynch, D. 2006:64). Neste sentido, é inegável que as relações entre a Rússia e o Ocidente são pautadas por um clima de competição e tensões relacionais (Stent, A. 2019:13). Para fazer face a esta situação, a Rússia utiliza a Transnístria como forma de fortalecer a sua posição nesta competição pela zona de tradicional influência russa (Miarka, A. 2020:12). Contudo, como Stephen Walt frequentemente aponta: nenhuma teoria explica tudo (Walt, S. 1998:30). Como tal, entendemos que a ligação entre a Rússia e a Transnístria não pode ser apenas explicada à luz da teoria realista, numa lógica de competição de poder com o Ocidente (Miarka, A. 2020:12). Neste sentido, recorremos à teoria construtivista para prosseguir com a análise do interesse russo pela Transnístria.

Alexander Wendt, um defensor da teoria construtivista, concorda que a anarquia do Sistema Internacional possibilita a competição de poder, no entanto, não é mandatário que assim seja uma vez que é possível a existência de cooperação no sistema internacional (Wendt, A. 1992:395). Assim, o construtivismo defende a relevância da relação consoante se esteja a lidar com Estados inimigos ou amigos (Wendt, A. 1992:397). Desta forma, o construtivismo realça a importância da percepção do outro na relação, não se bastando apenas com os critérios da concepção realista de que a anarquia e a distribuição de poder são suficientes para demonstrar as relações internacionais (Wendt, A. 1992:397).

Acresce que, o construtivismo oferece-nos uma explicação para a relevância dos interesses e das identidades que são negligenciadas pelo realismo (Wendt, A. 1992:398). Já foi analisado que a Rússia encara os Estados localizados no seu “estrangeiro próximo” como parte integrante da sua esfera tradicional de influência (Droste, D. 2020:22). Todavia, importa também compreender se os Estados visados partilham esta percepção visto que o conceito de identidade social é sempre recíproco (Droste, D. 2020:22).

No caso da Transnístria, realçámos diversas vezes ao longo desta dissertação a profunda ligação identitária que a Transnístria tem com a Rússia. Esta identidade é constantemente enfatizada pelos líderes transnístrios que defendem que a região separatista pertence ao mundo russo tanto no campo cultural, como ideológico e político (De Waal, T. 2018:44). Além do referido, a Transnístria continua a assumir uma forte ligação com a antiga URSS que faz questão de demonstrar através de várias estátuas enaltecendo figuras soviéticas e exibindo, ocasionalmente, músicas soviéticas em paradas militares (RadioFreeEurope, 2013; Herd, G. 2007:86; Bobick, M. 2012:4). Este tipo de exposições definem a identidade social da Transnístria e determinam a sua posição numa estrutura social de entendimentos e expectativas compartilhadas (Wendt, A. 1994:385).

Numa perspectiva construtivista, é expectável que a Rússia apoie a região separatista, visto que a Transnístria partilha a mesma visão que Moscovo, visão essa que coloca a Rússia como o poder regional (Droste, D. 2020:22).

Neste contexto, Wendt afirma que é possível haver uma “identidade colectiva” entre Estados (Wendt, A. 1994:386). Para Wendt, dois Estados podem ser identificados positivamente um com o outro (Wendt, A. 1994:386). Esta ligação pode acontecer de tal forma que um dos Estados é visto como uma extensão do outro, em vez de serem independentes (Wendt, A. 1994:386). Alexander Wendt defende que a ligação que sustenta a identidade colectiva é baseada em lealdade, solidariedade e interesses colectivos e não deve ser interpretada como uma situação de interdependência (Wendt, A. 1994:386). Ora, a presente dissertação defende que esta interpretação construtivista tem um peso relevante nas relações entre a Transnístria e a Rússia. Tendo em conta esta noção de identidade colectiva, é importante recordar que a Transnístria partilha uma história com a Rússia, bem como uma identidade cultural e étnica (De Waal, T. 2018:44; Droste, D. 2020:22).

Adicionalmente, na perspectiva construtivista é defendido que não se pode reduzir as estruturas sociais meramente aos agentes – os Estados – e às suas interações (Wendt, A. 1999:138). Assim, o construtivismo realça a importância dos indivíduos, em particular das elites (Walt, S. 1998:38). Este ponto é particularmente relevante pois, como tivemos oportunidade de analisar anteriormente, a elite de Tiraspol goza de boas relações com o Kremlin, sendo que alguns desses indivíduos terão inclusive vindo do governo russo, como era exemplo o primeiro Presidente da auto-proclamada República Moldova Transnístria, Igor Smirnov (Dembinska, M. e Mérand, F. 2018:24; Sanchez, A. 2009:158; Herd, G. 2007:85). Também a elite de Moscovo revelou em inúmeras circunstâncias a boa relação que detém com Tiraspol, marcando inclusive presença em celebrações separatistas e proferindo ocasionalmente declarações de apoio, como foi exemplo a afirmação de Ruskoi, antigo Vice-Presidente da Federação Russa, que reconheceu a legitimidade da Transnístria (Herd, G. 2007:86; Tribunal Europeu de Direitos Humanos, 2004; Hill, W. 2012:70).

Desta forma, há uma ligação genuína entre a Rússia e a Transnístria a nível social, cultural, económico e político (Beyer, J. e Wolff, S. 2016:347). Este vínculo entre as partes sustenta a vantagem russa na região separatista, a par com a enorme desconfiança que a população da Transnístria sente em relação à Roménia (Beyer, J. e Wolff, S. 2016:347). Por esta razão, a presente dissertação defende que é importante olhar para as

dinâmicas internas e não só para um contexto macro das relações internacionais, de forma a explicar o conflito em análise e a consequente interferência russa (Dembinska, M. e et al. 2020:3). Esta análise é relevante pois, apesar de os Estados terem como prioridade a prossecução dos objectivos nacionais aquando da formulação da política externa, estes não negligenciam por completo as dinâmicas domésticas (Freire, R. 2013:8). Assim, a definição identitária e as percepções sobre “nós” e o “outro” assumem diversas vezes uma importância acrescida em relação às dinâmicas externas (Freire, R. 2013:8).

Acresce que a história assume também um enorme peso na definição da identidade dos Estados e, conseqüentemente, na forma como estes interagem com outros Estados (Mielniczuk, F. 2006:227). No caso do conflito moldavo-transnístrio, este foi motivado sobretudo por uma questão identitária, sendo que, até aos dias de hoje, a identidade da Moldova permanece como uma questão altamente polarizadora, assente num frágil balanço entre duas interpretações distintas de uma complexa história (Dembinska, M. e et al. 2020:13). Como foi analisado no segundo capítulo, durante a União Soviética havia uma clara oposição entre os habitantes da Transnístria e os da antiga Bessarábia, devido à intensa propaganda soviética que se fazia sentir naquela época (Cojocar, N. 2006:263). Esta oposição foi exacerbada durante o movimento nacional que se fez sentir na Moldova, no qual era aclamada a identidade romena e o reconhecimento da língua romena no território moldavo (Cojocar, N. 2006:263). Nesta época, para os habitantes da Transnístria, a sua lealdade residia com a União Soviética e não com a República Socialista Soviética Moldova (Cojocar, N. 2006:264). Esta situação permanece até aos dias de hoje sendo que este conflito se apresenta, desde 1992, como um choque entre duas identidades distintas, uma pró-romena e outra pró-russa (Dembinska, M. e et al. 2020:13).

Ademais, os líderes de Tiraspol ainda exploram a memória do período no qual foram invadidos pela Roménia, recorrendo a termos como “inimigo” e “invasor” para se referirem à população romena (Cojocar, N. 2006:264). No construtivismo, é defendido que os discursos dos líderes políticos demonstram frequentemente as “personalidades” dos Estados, ou seja, os seus interesses e necessidades (Wendt, A. 1999:10). Como refere Onuf, os discursos políticos podem representar ou até mesmo realizar acções e, como tal, não devem ser de todo negligenciados (Onuf, N. 2013:82). Neste sentido, os discursos proferidos pelos líderes de Tiraspol demonstram-nos uma clara hostilidade e desconfiança em relação à Roménia. Esta desconfiança é estendida à Moldova uma vez que, segundo os líderes de Tiraspol, a população moldava integrou o exército romeno na “agressão fascista contra a população da Transnístria” (Cojocar, N. 2006:264). Por outro lado, o

regime separatista refere-se frequentemente ao 14º exército soviético como os “libertadores” dos habitantes da Transnístria, reforçando assim a ligação deste Estado de facto com a agora Federação Russa (Cojocar, N. 2006:264).

Já no caso da Moldova, também existe, embora em menor escala, uma ligação social, cultural e política com a Rússia (Beyer, J. e Wolff, S. 2016:349). Esta ligação, aliás, diminui a vantagem europeia na região, como foi anteriormente analisado (Beyer, J. e Wolff, S. 2016:349). No entanto, o seio da sociedade moldava subsiste profundamente dividido entre uma maior integração com a Roménia e, conseqüentemente com a UE ou, contrariamente, um maior envolvimento com a Rússia (Dembinska, M. e et al. 2020:13). Esta divisão é notória na política interna moldava e pode ser justificada pela dupla identidade que o país herdou de um passado dividido entre o domínio russo e o romeno (Dembinska, M. e et al. 2020:13). Desta forma, o peso da escolha da língua falada e da construção do conceito de “quem nós somos” nas duas margens do rio Dniester, não pode nem deve ser ignorado visto que é a base visceral deste conflito que perdura há 29 anos (Dembinska, M. e et al. 2020:13).

Em suma, a identidade colectiva da Transnístria face à Rússia é de tal maneira forte que Tiraspol pede frequentemente para ser integrado na Federação Russa (Dembinska, M. e Mérand, F. 2018:22). Contudo, é necessário referir que o facto de a Rússia demonstrar pouco ou nenhum interesse em anexar a região obriga-nos a deduzir que a competição de poder com o Ocidente terá um peso bastante acrescido na política externa russa para este conflito, sobretudo numa análise pós-Kozak (Droste, D. 2020:51).

Daan Droste conclui que a política externa da Rússia para os quatro conflitos congelados no espaço pós-soviético difere consoante a força da identidade colectiva entre o poder regional, o Estado parente e o Estado de facto (Droste, D. 2020:22). Neste sentido, “quanto mais fraca for a identidade colectiva entre o poder regional e o Estado parente, mais suporte o poder regional confere ao Estado de facto” (Droste, D. 2020:22). Se reflectirmos sobre os momentos em que a Rússia intensificou a relação com a Transnístria, podemos atestar que todos eles foram marcados por períodos de maior afastamento entre a Rússia e a Moldova, particularmente causados por uma aproximação de Chisinau à Roménia ou à União Europeia (Dembinska, M. e Mérand, F. 2018:20-21; Kosienkowski, M. 2019:3; Popescu, N. 2006:4).

Face ao exposto, e ainda que o apoio russo à Transnístria possa ser interpretado como uma reacção ao aumento de influência ocidental na região, inserido numa lógica de competição de poder e de preservação da sua zona de tradicional influência, estas análises

parecem negligenciar diversos factores que contribuem para uma melhor compreensão dos eventos, nomeadamente a vertente histórica, identitária e cultural partilhada entre as partes. Como tal, é nosso entender que a análise da política externa russa para este conflito só poderá ser completa através da fusão destas duas teorias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve por base a seguinte pergunta de partida: “De que forma a Rússia interferiu no conflito moldavo-transnístrio entre 2003 e 2019?”. Ora, o Kremlin apoia este Estado de facto em inúmeras formas. Economicamente, apoia a região através dos subsídios de gás e através de ajuda humanitária, permitindo-lhe assim sobreviver, uma vez que a Transnístria não teria capacidade para subsistir sozinha (Dembinska, M. e Mérand, F. 2018:21; Baban, I. 2015:5). Em termos políticos, destaca-se a concessão de passaportes russos aos habitantes da Transnístria, o que confere à Rússia uma justificação adicional para interferir nos assuntos da região (Lungu, K. 2016: s.p; Popescu, N e Litra, L. 2012:4; Baban, I. 2015:6). Por último, a presença de tropas russas na região atribuem à Rússia o estatuto de garante de segurança da região separatista (Lungu, K. 2016:s.p; Hill, W. 2018:11; Rogstad, A. 2016:4). Como parte do acordado na Conferência da OSCE em Istambul em 1999 e, mais tarde, no Conselho Ministerial da OSCE no Porto, a Rússia devia ter procedido à remoção das armas, munições e tropas do território moldavo até 31 de Dezembro de 2003 (Hill, W. 2018:6; Rogstad, A. 2016:5). Contudo, as tropas russas permanecem na região até aos dias de hoje, contra a vontade das autoridades de Chisinau (Lungu, K. 2016:s.p; Hill, W. 2018:11; Rogstad, A. 2016:4). A presença militar russa na região separatista traduz-se assim num claro esforço para exercer influência política na Moldova (Hill, W. 2018:5).

Neste sentido, a Rússia apresenta-se como o principal parceiro da Transnístria em todas as vertentes – política, humanitária, económica, cultural e educacional – assegurando desta forma a sobrevivência desta região separatista (Lungu, K. 2016: s.p; Hill, W. 2018:5). Os apoios russos à região separatista asseguram a continuidade deste Estado de facto, dificultando, conseqüentemente, a resolução do conflito em análise (King, C. 2001:535; Dembinska, M. e Mérand, F. 2018:18). Ademais, os referidos apoios acentuam as diferenças entre as duas margens do rio Dniester e moldam a percepção dos habitantes da Transnístria que, tal como ficou expresso no referendo de 2006, almejam a integração na Federação Russa (Rogstad, A. 2016:11; Bobick, M. 2012:6; Miarka, A. 2020:13).

A presente dissertação defende que os motivos que conduzem a Rússia a interferir no conflito moldavo-transnístrio têm como base a partilha identitária, histórica e cultural entre a Rússia e a Transnístria, tendo, contudo, uma forte vertente de competição

geopolítica com o Ocidente (Miarka, A. 2020:13). Nesta senda, o objectivo da Rússia é o de manter a sua posição hegemónica no espaço pós-soviético e, como tal, pretende assegurar o maior poder possível para a Transnístria numa Moldova unificada, de forma a maximizar a sua influência na região (Popescu, N. e Litra, L. 2012:4; Baban, I. 2015:7; Miarka, A. 2020:13). Uma vez conseguido isto, o derradeiro objectivo é o de integrar a Moldova nas estruturas internacionais lideradas pela Rússia, nomeadamente a União Euroasiática (Baban, I. 2015:8).

Assim, e respondendo à primeira pergunta secundária – “Qual é o interesse geopolítico na Moldova?” – podemos constatar que a Moldova detém um enorme interesse geopolítico para a Rússia visto que se localiza naquela que é, na perspectiva do Kremlin, a sua zona de influência exclusiva (Kosienkowski, M. 2019:3). Para a Rússia, é fulcral manter a sua influência na Moldova visto que um avanço Ocidental para o seu “estrangeiro próximo” significaria um aumento da vulnerabilidade russa em relação aos poderes ocidentais (Mearsheimer, J. 2007:74; Lynch, D. 2006:64). Como tal, os esforços russos concentram-se em limitar o envolvimento ocidental na região (Miarka, A. 2020:13). O envolvimento da Rússia na Transnístria é enquadrado nestes esforços, uma vez que a presença militar russa na região assegura a impossibilidade de uma adesão da Moldova à NATO e à UE, funcionando igualmente como um “chapéu-de-chuva securitário” para a região (Baban, I. 2015:5; Beyer, J. 2011:12).

Atendendo à pergunta – “Qual a relevância do contexto internacional para a interferência russa neste conflito?” – podemos atestar que, devido à competição de poder entre a Rússia e o Ocidente na região, o contexto internacional é um factor a ter sobejamente em conta aquando da análise da interferência russa a este conflito. O Memorando Kozak revela-nos exactamente esta situação, tendo não só sido proposto numa altura em que a competição com o Ocidente na região tinha sido intensificada, como pressupunha um controlo unilateral russo em matéria de segurança na Moldova (Hill, W. 2012:148; Popescu, N. 2006:3; Kosienkowski, M. 2019:3). O Memorando apresentava-se assim como uma tentativa de fazer face à crescente influência ocidental na região (Hill, W. 2012:148; Popescu, N. 2006:3). Sucede que, o crescente envolvimento ocidental na região tem potencializado uma maior hostilização da Rússia a Chisinau o que, conseqüentemente, aumenta a clivagem entre Tiraspol e Chisinau. Os embargos comerciais impostos pelo Kremlin a Chisinau no rescaldo da rejeição do Memorando Kozak e o “aquecimento” do conflito em 2004 demonstram esta situação.

Em resposta à terceira pergunta secundária – “Que mudanças surgiram com a passagem do tempo?” – verificou-se que o apoio russo à Transnístria, bem como a postura do Kremlin em relação à Moldova, foi-se alterando consoante o contexto internacional e o contexto interno da Moldova e da Transnístria. Como referido, houve uma alteração profunda das relações entre a Rússia e a Moldova no período pós-Kozak (Hill, W. 2012:160). Antes da rejeição de Voronin, Moscovo detinha uma boa relação com Chisinau (Hill, W. 2012:60). Contudo, após o volte-face do Presidente moldavo, Moscovo passou a assumir uma postura mais coerciva e coordenada para a região, criando um mal-estar entre os dois países (Rogstad, A. 2016:10; Hill, W. 2012:6). Esta situação manteve-se até ao final do período em análise, tendo voltado a ser particularmente evidente em 2017, após exercícios realizados pela NATO na região (Hill, W. 2018:11; Hill, W. 2012:183). Desta forma, a mudança mais evidente entre 2003 e 2019 foi o agravamento das relações entre o Kremlin e Chisinau. Em consequência, assistimos também à adopção por parte de Chisinau de uma postura mais intransigente em relação a Tiraspol (Devyatkov, A. 2017a: s.p).

Contudo, estas não foram as únicas mudanças. Também os apoios económicos russos à região separatista sofreram alterações ao longo do período em análise. A partir de 2006, a Rússia intensificou a ajuda ao regime de Tiraspol para fazer face à débil situação económica da região que se agravou após o controlo de fronteiras imposto pela Moldova e pela Ucrânia (Hill, W. 2018:6; Devyatkov, A. 2017a: s.p). De igual modo, a Rússia intensificou o apoio político ao Estado de facto, decorrente sobretudo do aumento da percepção de ameaça à região separatista no mesmo período (Herd, G. 2007:99; Devyatkov, A. 2017a: s.p).

Como tal, atendendo à questão – “O contexto interno da Moldova e da Transnístria criaram condições para uma evolução na estratégia russa?” – demonstrou-se que o contexto interno, sobretudo da Moldova, influencia a estratégia russa na região. Como foi anteriormente referido, no momento em que Chisinau rejeitou o Memorando Kozak e procedeu a uma mudança de orientação estratégica, destacando que a integração da Moldova na Europa Ocidental passaria a ser uma prioridade política, a Rússia alterou a dinâmica da relação com a Moldova, passando a assumir uma estratégia mais coerciva (Kennedy, R. 2016:516-517; Herd, G. 2007:89; Hill, W. 2012:6).

No caso da Transnístria, o contexto externo pesou particularmente, nomeadamente no que se refere ao controlo de fronteiras imposto pela Moldova e pela Ucrânia, que, entre outros factores, impulsionou o estreitar de ligações entre a Rússia e a

Transnístria (Devyatkov, A. 2017a: s.p). Contudo, o contexto interno da região separatista não é alheio ao Kremlin que procedeu a diversas tentativas de influenciar a política interna da região, de forma a ver eleitos indivíduos que contassem com a aprovação russa (Belitser, N. 2015:52; Rogstad, A. 2016:11). A título de exemplo, o Kremlin, quando foi confrontado com o facto de deter capacidade limitada de influenciar o decurso das eleições separatistas, interrompeu o financiamento à região (Belitser, N. 2015:52; Rogstad, A. 2016:11). Apenas voltou a retomar o apoio económico um ano mais tarde e após vários pedidos do novo líder separatista, Shevchuk (Belitser, N. 2015:52; Rogstad, A. 2016:11). Como tal, embora em menor escala quando comparado com a Moldova, também o contexto interno da Transnístria ditou uma evolução da estratégia russa.

Por último, atendendo à pergunta “Qual a percepção dos intervenientes directos e das organizações internacionais?”, foi possível observar, ao longo desta dissertação, as diferentes posições da Moldova, da Transnístria, da Ucrânia, da Roménia e da União Europeia. O ponto-chave da posição da Moldova prende-se com a presença de tropas russas na região. A Constituição moldava proíbe expressamente a presença de tropas estrangeiras em solo moldavo e, como tal, a intransigência russa neste aspecto tem sido diversas vezes apontado um dos principais obstáculos para a resolução deste conflito (Belitser, N. 2015:52; Hill, W. 2018:6; Rogstad, A. 2016:4). Para a Moldova, a remoção destas tropas apresenta-se como um ponto fulcral para a normalização das relações entre o Kremlin e Chisinau e para a resolução deste conflito (Sholar, E. 2019: s.p). Ademais, para as autoridades moldavas, não restam dúvidas que a Transnístria é um “*puppet regime*” da Rússia (Herd, G. 2007:92). Consequentemente, e apesar da ligação social, cultural e política que partilha com a Rússia, Chisinau tem preferido alinhar-se, desde 2005, com os poderes ocidentais, fazendo assim face às pressões russas (Beyer, J. e Wolff, S. 2016:349; Herd, G. 2007:95). No que concerne à resolução do conflito, Chisinau pretende a integração total da Transnístria na Moldova (Hill, W. 2012:54).

Já a Transnístria teme a reunificação da Moldova com a Roménia, por um lado, e partilha uma forte ligação social, cultural, económica e política com a Rússia, por outro (Cojocar, N. 2006:264; Beyer, J. e Wolff, S. 2016:347). Devido a esta conjuntura, a Transnístria detém uma relação patrão-cliente com a Rússia, na qual o Kremlin auxilia a região separatista a subsistir (Devyatkov, A. 2017a; Dembinska, M. e Mérand, F. 2018:21; Baban, I. 2015:5). Para o regime separatista, a manutenção do *status quo* é de todo o interesse, uma vez que a *grey economy* presente na região beneficia o regime separatista (King, C. 2001:548; Blakkisrud, H. e Kolstø, P. 2011:192). Contudo, a sua

posição oficial é a de almejar a liberdade da Moldova, idealmente seguida por adesão à Federação Russa (De Waal, T. 2018:44; Herd, G. 2007:99).

No caso da Ucrânia, a sua posição não permaneceu estática ao longo do período em análise. Até 2014, a Ucrânia mostrava-se complacente com o regime de Tiraspol, conferindo diversos apoios à região separatista (Korobov, V. e Byanov, G. 2012:222). Assim, numa fase inicial, era considerada um parceiro chave para a região separatista no campo político, económico e logístico (Devyatkov, A. 2017a:s.p). Porém, com o agravamento de relações entre a Rússia e a Ucrânia, Kiev procedeu a uma reavaliação da política para a região, na qual a Transnístria começou a ser encarada como um risco de segurança para a integridade territorial da Ucrânia devido à elevada presença russa na região (Frear, T. 2015:s.p). Neste sentido, a Transnístria passou a representar uma ameaça directa e real à Ucrânia (Kosienkowski, M. 2019:8). Para fazer face a esta situação, Kiev deseja a reintegração da Transnístria na Moldova, pretendendo, contudo, evitar a federalização do país vizinho, visto que isso criaria um precedente perigoso para o governo ucraniano (Gerasymchuk, S. e Gramada, A. 2017:17; Devyatkov, A. 2017c: s.p).

Já a Roménia, apesar de não ter o estatuto de mediador no formato de negociações 5+2, assume um papel de enorme relevo na resolução deste conflito, uma vez que detém capacidade para persuadir as autoridades moldavas (Rojansky, M. 2011:7). A política externa romena para a Moldova segue, desde 2007, o princípio de “uma só nação – dois Estados”, onde é enfatizada a relação especial entre os dois países (Milevschi, O. 2012: 164-165; Pienkowski, J. 2020: s.p). Neste sentido, o objectivo final romeno é a adesão da Moldova à União Europeia e, por esta razão, Bucareste encara a região separatista como um fardo que impede a europeização da Moldova (Milevschi, O. 2012: 164-165; Pienkowski, J. 2020: s.p; Belitser, N. 2015:54). Para a Roménia, a Transnístria é vista como “uma pedra à volta do pescoço da Bessarábia” em virtude da enorme influência russa na região (Pavlenko, V. e et al. 2014:114; Milevschi, O. 2012: 164-165; Pienkowski, J. 2020: s.p).

Por último, a União Europeia tem como principal objectivo colmatar o crime organizado e as actividades ilícitas que proliferam na região devido à existência deste Estado de facto e que são prejudiciais para a segurança europeia (Bosse, G. 2010:1292-1302). Para tal, intensificou o seu envolvimento no conflito moldavo-transnístrio desde 2003, e em particular, desde 2007, ano em que a Moldova passou a ser vizinha imediata desta organização (Popescu, N. 2006:4; Popescu, N. e Litra, L. 2012:1; Dembinska, M. et al. 2020:14). Dos diversos mecanismos estabelecidos entre a UE e a Moldova durante

o período em análise, destaca-se a EUBAM que tem como objectivo a eliminação de fontes de subsídio ilícitas do regime de Tiraspol (Dias, V. 2013:347; Beyer, J. 2011:13; Secieru, S. 2016:4; Memorandum of Understanding, 2005:1). Para a UE, é particularmente importante alcançar uma solução rápida para este conflito, uma vez que este assume um papel vital na segurança da sua vizinhança (Dias, V. 2013:344). Contudo, tal como a Roménia e a Ucrânia, também a União se mostra contra a criação de uma federação na República da Moldova que perpetue a influência russa (Hill, W. 2012:152).

Face ao exposto, a presente dissertação conclui que a Rússia promove a instabilidade territorial, política e económica no território moldavo, assegurando, desta forma, que a Moldova permanece na esfera de influência russa (Harrel, K. 2009: s.p). Com este objectivo em mente, a Transnístria é detentora de uma enorme importância para o Kremlin, uma vez que se apresenta como uma base militar no Sudoeste da Europa, bem como um lembrete para a NATO e para os Estados Unidos da presença russa naquela que é a sua tradicional zona de influência (Sanchez, A. 2009:166). Além desta vertente de competição geopolítica com o Ocidente, a Rússia e a Transnístria partilham uma forte identidade colectiva que aliás sustenta a vantagem russa na região (Wendt, A. 1994:386; Beyer, J. e Wolff, S. 2016:347).

Ademais, a relação patrão-cliente que a Rússia tem com a Transnístria posiciona o Kremlin como o único actor internacional com capacidade para pressionar a região separatista a abandonar a sua posição e a reunificar-se com a Moldova (Kosienkowski, M. 2019:8). Neste sentido, sem o consentimento do Kremlin, dificilmente será alcançado um acordo de resolução de conflito (Hill, W. 2017:5).

No quadro de investigações futuras, será relevante compreender como é que a Rússia irá reagir ao novo Governo de Chisinau, eleito em 2020, que se assume abertamente pró-europeu. De igual modo, será interessante compreender como é que a nova Presidente da Moldova, Maia Sandu, irá abordar a questão Transnístria e a presença de tropas russas na região.

Bibliografia

- Adler, E. (1997). Seizing the Middle Ground: Constructivism in World Politics. *European Journal of International Relations*, 3(3), 319–363. <https://doi.org/10.1177/1354066197003003003>
- Angelescu, I. (2011). New Eastern Perspectives? A Critical Analysis of Romania's Relations with Moldova, Ukraine and the Black Sea Region. *Institute of International Relations*, 19(2), 123–142.
- Association Agreement with Moldova*. (2014). Official Journal of the European Union. https://eeas.europa.eu/archives/docs/moldova/pdf/eu-md_aa-dcfta_en.pdf
- Azar, E. E. (1985). Protracted international conflicts: Ten propositions. *International Interactions*, 12(1), 59–70. <https://doi.org/10.1080/03050628508434647>
- Baban, I. (2015). The Transnistrian Conflict in the Context of the Ukrainian Crisis. *Research Division - NATO Defense College*, 122.
- BBC. (2020). Armenia and Azerbaijan fight over disputed Nagorno-Karabakh. *BBC News*. <https://www.bbc.com/news/world-europe-54314341>
- Belitser, N. (2015). The Transnistrian Conflict. Em A. Bebler, «*Frozen Conflicts*» in *Europe* (pp. 45–55). Verlag Barbara Budrich.
- Bercovitch, J. (2003). Characteristics Of Intractable Conflicts. *Beyond Intractability*. <http://www.beyondintractability.org/essay/characteristics-ic>
- Berg, E., & Vits, K. (2018). Quest for Survival and Recognition: Insights into the Foreign Policy Endeavours of the Post-Soviet de facto States. *Ethnopolitics*, 17(4), 390–407.
- Beyer, J. (2011). *Routes across the Nistru. Transnistria: People's Peacemaking Perspectives*. Saferworld.
- Beyer, J., & Wolff, S. (2016). Linkage and leverage effects on Moldova's Transnistria problem. *East European Politics*, 32(3), 335–354. <https://doi.org/10.1080/21599165.2015.1124092>
- Bezerra, V. da S. (2019). Constructivism Revisited: An Evaluation of Russian Foreign Policy and Moscow-Washington Relations. *Revista Conjuntura Global*, 8(1).
- Bird, M., & Banila, N. (2015). *How realistic is a union between Romania and Moldova?* The Black Sea. <https://theblacksea.eu/stories/how-realistic-is-a-union-between-romania-and-moldova/>
- Blakkisrud, H., & Kolstø, P. (2011). From Secessionist Conflict Toward a Functioning State: Processes of State- and Nation-Building in Transnistria. *Post-Soviet Affairs*, 27(2), 178–210. <https://doi.org/10.2747/1060-586X.27.2.178>

- Bobick, M. (2012). *There's a new «Sheriff» in Town: Corruption and Captive Markets in Transnistria*. Young Researcher's Conference 2012.
- Bosse, G. (2010). The EU's Relations with Moldova: Governance, Partnership or Ignorance? *Europe-Asia Studies*, 62(8), 1291–1309.
<https://doi.org/10.1080/09668136.2010.504528>
- Botan, I. (2003). «Kozak Plan» Implications. Democracy md. <http://www.e-democracy.md/en/monitoring/politics/comments/200312031/>
- Broers, L. (2013). Recognising politics in unrecognised states: 20 years of enquiry into the de facto states of the South Caucasus. *Caucasus Survey*, 1(1), 59–74.
<https://doi.org/10.1080/23761199.2013.11417283>
- Calus, K. (2013). An Aided Economy: The Characteristics of the Transnistrian Economic Model. *Centre for Eastern Studies*, 108, 7.
- Calus, K. (2016a). *The DCFTA in Transnistria: Who gains?* New Eastern Europe. http://neweasterneurope.eu/old_site/articles-and-commentary/1861-the-dcfta-in-transnistria-who-gains
- Calus, K. (2016b). *Transnistrian “House of Cards”*. New Eastern Europe. <https://neweasterneurope.eu/2016/06/07/transnistrian-house-of-cards/>
- Caspersen, N. (2009). Playing the Recognition Game: External Actors and De Facto States. *The International Spectator*, 44(4), 47–60.
<https://doi.org/10.1080/03932720903351146>
- Caspersen, N. (2013). *Unrecognized States: The Struggle for Sovereignty in the Modern International System*. Polity Press.
- Cenusa, D. (2017). *Is DCFTA implemented in Transnistrian region or not?* IPN. <http://ipn.md/en/dosar-transnistrean/81676>
- Clancy, M. A. C., & Nagle, J. (2009). Frozen Conflicts, Minority Self-Governance, Asymmetrical Autonomies: In Search of a Framework for Conflict Management and Conflict Resolution. *Asia-Europe Foundation*, 1–29.
- Clausewitz, C. V. (1976). *Da Guerra*. Princeton University Press.
- Cojocaru, N. (2006). NATIONALISM AND IDENTITY IN TRANSNISTRIA. *Innovation*, 19, 261–272. <https://doi.org/10.1080/13511610601029813>
- Coleman, P. T. (2003). Characteristics of Protracted, Intractable Conflict: Toward the Development of a Metaframework-I. *Peace and Conflict: Journal of Peace Psychology*. https://doi.org/10.1207/S15327949PAC0901_01
- Conselho da União Europeia. (2008). *Autonomous trade preferences for the Republic of Moldova and amending Regulation (EC) No 980/2005 and Commission Decision*

2005/924/EC. <https://op.europa.eu/pt/publication-detail/-/publication/03aa31e7-cf72-4ae6-a2a9-9f8a44d44d7c/language-en>

Coser, L. (1956). *The Functions of Social Conflict*. Free Press.

Couto, A. C. (1988). *Elementos de Estrategia: Apontamentos para um curso* (Vol. 1). Instituto de Altos Estudos Militares.

CSCE Mission to Moldova. (1993). *Report No. 13 by the CSCE mission to Moldova* (pp. 1–8). CSCE. <https://www.osce.org/files/f/documents/4/b/42307.pdf>

De Waal, T. (2018). *Uncertain Ground: Engaging with Europe's De Facto States and Breakaway Territories*. Carnegie Endowment for International Peace. <https://carnegieeurope.eu/2018/12/03/uncertain-ground-engaging-with-europe-s-de-facto-states-and-breakaway-territories-pub-77823>

Dembińska, M., & et al. (2020). Conflict and cooperation between Europe and Russia: The autonomy of the local. *East European Politics*, 36(4), 477–498. <https://doi.org/10.1080/21599165.2020.1784145>

Dembińska, M., & Mérand, F. (2018). The role of international brokers in frozen conflicts: The case of transnistria. *Asia Europe Journal*, 17(1), 15–30. <https://doi.org/10.1007/s10308-018-0522-9>

Devyatkov, A. (2012). Russian Policy Toward Transnistria: Between Multilateralism and Marginalization. *Problems of Post-Communism*, 59(3), 53–62. <https://doi.org/10.2753/PPC1075-8216590305>

Devyatkov, A. (2017b). *Never Sans Sheriff: Consolidating Power in Transdnistria*. Carnegie Moscow Center. <https://carnegie.ru/commentary/72730>

Devyatkov, A. (2017a). *Russia and Transnistria in a patron-client relationship*. Laboratorul Pentru Analiza Conflictului Transnistrean. <https://lact.ro/andrey-devyatkov-russia-and-transnistria-in-a-patron-client-relationship/>

Devyatkov, A. (2017c). *The Transnistrian Conflict: A Destabilizing Status Quo?* Foreign Policy Research Institute. <https://www.fpri.org/article/2017/07/transnistrian-conflict-destabilizing-status-quo/>

Dias, V. A. (2013). The EU's post-liberal approach to peace: Framing EUBAM's contribution to the Moldova–Transnistria conflict transformation. *European Security*, 22(3), 338–354. <https://doi.org/10.1080/09662839.2012.712039>

Droste, D. (2020). *Russian policy towards post-Soviet Frozen conflicts*. Radboud University Nijmegen.

Dungaci, D. (2015). Geopolitics and Security by the Black Sea: The Strategic Options of Romania and Republic of Moldova. Em S. Vaduva & A. R. Thomas, *Geopolitics, Development, and National Security: Romania and Moldova at the Crossroads*. Springer.

- EUBAM. (2018). *EUBAM Annual Report 2018*. http://eubam.org/wp-content/uploads/2019/03/EUBAM_Annual_Report_2018_EN.pdf
- EUBAM. (2019). *EUBAM Annual Report 2019*. <http://eubam.org/publications/eubam-annual-report-2019/>
- EUBAM. (s.d). European Union External Action. http://eubam.org/who-we-are/EU/Moldova_Action_Plan. (2004). <https://www.legislationline.org/download/id/982/file/691b325459a174bbe9ea3a349eb7.pdf>
- Fânzeres, J. M. F. (2014). Geopolítica e Geoestratégia da Federação Russa: A Força da Vontade, a Arte do Possível. *Instituto da Defesa Nacional*, 14.
- Florea, A. (2014). De Facto States in International Politics (1945–2011): A New Data Set. *International Interactions*, 40(5), 788–811. <https://doi.org/10.1080/03050629.2014.915543>
- Frear, T. (2015). *New Realities: The Ukrainian Approach to Transnistria*. European Leadership Network. <https://www.europeanleadershipnetwork.org/commentary/new-realities-the-ukrainian-approach-to-transnistria/>
- Freedom in the World*. (sem data). Freedom House. <https://freedomhouse.org/country/transnistria/freedom-world/2020>
- Freire, M. R. (2013). Política externa russa: As dimensões material e ideacional nas palavras e nas ações. *e-cadernos CES*, 19, Article 19. <https://doi.org/10.4000/eces.1554>
- Gerasymchuk, S., & Gramada, A. (2017). *Ukraine-Moldova: Competition, Cooperation and Interdependence*. Friedrich Ebert Stiftung.
- Getmanchuk, A. (2013). *Transnistria: Ukraine's approach and expectations from OSCE's chairmanship* (Policy Memo 32). Centrul Roman de Politici Europene (CRPE). <http://www.crpe.ro/wp-content/uploads/2013/01/Policy-Memo-32-Transnistria-Romania-Ukraine-Views-from-Kyiv.pdf>
- Gherman, N. (2003). Transnistria since 1990 as seen from Chisinau. Em R. Haynes, *Occasional Papers in Romanian Studies No 3 Moldova, Bessarabia, Transnistria* (pp. 181–188). School of Slavonic and East European Studies, University College London.
- Grant, T. (2017). Frozen Conflicts and International Law. *Cornell International Law Journal*, 50, 362–411.
- Harrel, K. (2009). *Trafficking in Transnistria: The Role of Russia*. School of International Service American University.
- Haynes, R. (2003). *Occasional Papers in Romanian Studies No 3 Moldova, Bessarabia, Transnistria*. School of Slavonic and East European Studies, University College London.

- Haynes, R. (2020). *Moldova: A History*. I.B. Tauris.
- Herd, G. (2007). Russia's Transnistria Policy: Means, Ends and Great Power Trajectories. Em R. E. Kanet, *Russia: Re-Emerging Great Power* (pp. 81–106). Palgrave Macmillan UK.
- Hill, W. H. (2012). *Russia, the Near Abroad and the West: Lessons from the Moldova-Transdnistria Conflict*. Woodrow Wilson Center Press.
- Hill, W. H. (2017). Unrecognized Actors from Unrecognized States: Moscow's Puppets or Inevitable Interlocutors? *European Leadership Network*.
- Hill, W. H. (2018). More than a Frozen Conflict: Russian Foreign Policy Toward Moldova. *Atlantic Council*, 20.
- Hill, W. H. (2021). Putin on Moldova: What Can We Still Learn from a 2003 Failure? [Wilson Center]. *The Russia File*. <https://www.wilsoncenter.org/blog-post/putin-moldova-what-can-we-still-learn-2003-failure>
- Institute for Public Policy*. (2003). Institute for Public Policy (IPP) Barometer of Public Opinion. <https://ipp.md/old/libview.php?l=en&idc=156&id=467>
- Istomin, I. (2015). *Ukraine is Intensifying the Transnistria Conflict*. Russian International Affairs Council (RIAC). <https://russiancouncil.ru/en/analytics-and-comments/analytics/ukraine-is-intensifying-the-transnistria-conflict/>
- Istomin, I., & Bolgova, I. (2016). Transnistrian strategy in the context of Russian–Ukrainian relations: The rise and failure of ‘dual alignment’. *Southeast European and Black Sea Studies*, 16(1), 169–194. <https://doi.org/10.1080/14683857.2016.1148412>
- Jarzabek, H. (2019). *Transnistria: The price of unilateral independence*. Equal Times. <https://www.equaltimes.org/transnistria-the-price-of>
- Johansson, A. (2011). *Dissenting Democrats: Nation and Democracy in the Republic of Moldova* [Tese de Doutoramento, University of Stockholm]. /paper/Dissenting-Democrats-%3A-Nation-and-Democracy-in-the-Johansson/dd6295541773240f774ae170e9668ca7406de116
- Kant, I. (1795). *Perpetual Peace: A Philosophical Essay*. George Allen & Unwin.
- Karniewicz, T., & et al. (2010). The EU and Conflict Resolution in Transnistria. *New Dimensions of Security in Europe*, 23.
- Keil, S., & Alber, E. (2020). Introduction: Federalism as a Tool of Conflict Resolution. *Ethnopolitics*, 19(4). <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/17449057.2020.1795469>
- Kelemen, D. (2003). The Structure And Dynamics Of Eu Federalism. *Comparative Political Studies*, 36(1–2), 184–208. <https://doi.org/10.1177/0010414002239376>

- Kennedy, R. (2016). The limits of soft balancing: The frozen conflict in Transnistria and the challenge to EU and NATO strategy. *Small Wars & Insurgencies*, 27(3), 512–537. <https://doi.org/10.1080/09592318.2016.1151655>
- King, C. (2000). *The Moldovans: Romania, Russia, and the Politics of Culture*. Hoover Institution Press.
- King, C. (2001). The Benefits of Ethnic War: Understanding Eurasia's Unrecognized States. *World Politics*, 53(4), 524–552. <https://doi.org/10.1353/wp.2001.0017>
- Klosek, K., & et al. (2020). Frozen conflicts in world politics: A new dataset: *Journal of Peace Research*. <https://doi.org/10.1177/0022343320929726>
- Korobov, V., & Byanov, G. (2012). Ukraine: Inconsistent Policy toward Moldova. Em M. Kosienkowski & W. Shreiber, *Moldova. Arena of International Influences*. Lexington Books.
- Kosienkowski, M. (2012). Is Internationally Recognised Independence the Goal of Quasi-States? The Case of Transnistria. *SSRN Electronic Journal*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.2132161>
- Kosienkowski, M. (2019). The patron-client relationship between Russia and Transnistria. Em T. Hoch & V. Kopecek, *De Facto States in Eurasia*. Routledge. https://www.researchgate.net/publication/334567439_The_patron-client_relationship_between_Russia_and_Transnistria
- Kosienkowski, M., & Shreiber, W. (2012). *Moldova. Arena of International Influences*. Lexington Books.
- Koslowski, R., & Kratochwil, F. (1994). Understanding Change in International Politics: The Soviet Empire's Demise and the International System. *International Organization*, Vol.48(No.2), 215–247.
- Kriesberg, L. (1993). Intractable conflicts. *Peace Review*, 5(4), 417–421. <https://doi.org/10.1080/10402659308425753>
- Kriesberg, L., & Dayton, B. W. (2011). *Constructive Conflicts: From Escalation to Resolution* (4^a Edição). Rowman & Littlefield Publishers.
- Kudlaeva, S. (2019). *Russian National Interests Formation: Discourse analysis of conceptual evolution*. University of Oslo.
- Law, J. (2012). Sense on Federalism. *The Political Quarterly*, 83(3), 541–550. <https://doi.org/10.1111/j.1467-923X.2012.02336.x>
- Lungu, K. (2016). *Transnistria: From entropy to exodus*. European Council on Foreign Relations. https://www.ecfr.eu/article/essay_transnistria_from_entropy_to_exodus
- Lynch, A. C. (2001). The Realism of Russia's Foreign Policy. *Europe-Asia Studies*,

53(1), 7–31. <https://doi.org/10.1080/09668130124714>

Lynch, D. (2002). Separatist States and Post-Soviet Conflicts. *Royal Institute of International Affairs*, Vol.78(No.4), 831–848.

Lynch, D. (2004). *Engaging Eurasia's Separatist States*. Institute of Peace Press.

Lynch, D. (2006). Peacekeeping in Transnistria: Cooperation or competition? *The International Spectator*, 41(4), 55–67. <https://doi.org/10.1080/03932720608459438>

Mearsheimer, J. (2001). *The Tragedy of Great Power Politics*. W. W. Norton & Company.

Mearsheimer, J. (2007). Structural Realism. Em *International relations theories: Discipline and diversity* (Vol. 83, pp. 72–88). Oxford University Press.

Memorandum of Understanding between the European Commission, the Government of the Republic of Moldova and the Government of Ukraine on the European Commission Border Assistance Mission to the Republic of Moldova and to Ukraine. (2005). http://eubam.org/wp-content/uploads/2015/11/memorandum_of_understanding_en.pdf

Meurs, W. (1998). Carving a Moldavian Identity out of History. *Nationalities Papers*, 26(1), 39–56. <https://doi.org/10.1080/00905999808408549>

Miarka, A. A. (2020). Para-states as an instrument for strengthening Russia's position- the case of Transnistria. *Journal of Strategic Security*, 13(2), 1–18.

Mielniczuk, F. (2006). Identity as a source of conflict: Ukraine and Russia in the post-USSR. *Contexto Internacional*, 28(1), 223–258. <https://doi.org/10.1590/S0102-85292006000100004>

Milevschi, O. (2012). Romania: From Brotherly Affection with Moldova to Disillusionment and Pragmatism. Em M. Kosienkowski & W. Shreiber, *Moldova. Arena of International Influences*. Lexington Books.

Mitrasca, M. (2002). *Moldova: A Romanian province under Russian rule: diplomatic history from the archives of the great powers*. Algora Pub.

Montesano, F. S., & et al. (2016). *The Europeanisation of Moldova: Is the EU on the Right Track?* Clingendael Netherlands Institute of International Relations. <https://www.clingendael.org/sites/default/files/pdfs/Clingendael%20Report%20The%20Europeanisation%20of%20Moldova%20-%20July%202016.pdf>

Morgenthau, H. (1993). *Politics among Nations: The Struggle for Power and Peace*. McGraw Hill.

Nantoi, O. (2005). The Ukrainian Plan on Transnistria: Pros and Cons. *EuroJournal.Org - Journal of Foreign Policy of Moldova*, 06. <https://www.ceeol.com/search/article-detail?id=61644#tableOfContents>

- Necsutu, M. (2019). Romania Opposes Federal Solution to Moldova's Transnistria Problem. *Balkan Insight*. <https://balkaninsight.com/2019/09/26/romania-opposes-federal-solution-to-moldovas-transnistria-problem/>
- Neukirch, C. (2003). Coming closer to a solution in Moldova. *Helsinki Monitor*, 14(4), 333–342. <https://doi.org/10.1163/157181403322684636>
- Nistor, I. (1939). *Bessarabia and Bukovina*. Rumanian Academy. https://depts.washington.edu/cartah/text_archive/nistor/nistor.html#part2_1
- Oleksy, P. (2015). *Transnistria: It is more complicated than you think*. New Eastern Europe. http://neweasterneurope.eu/old_site/articles-and-commentary/1821-transnistria-it-is-more-complicated-than-you-think
- Onuf, N. (2013). *World of our making: Rules and rule in social theory and international relations*. Routledge.
- OSCE. (2019). *Ministerial Statement on the Negotiations on the Transdnestrian Settlement Process in the «5+2» Format*.
- Pavlenko, V., & et al. (2014). An Analysis of Romania's Foreign Policy Relations in the Context of Ukraine's European Integration. *Lithuanian Foreign Policy Review*, No. 31, p.103-124.
- Pegg, S. (1998). *International society and the de Facto state*. Ashgate. <https://doi.org/10.4324/9780429354847>
- Pegg, S. (2017). Twenty Years of de facto State Studies: Progress, Problems, and Prospects. *Oxford Research Encyclopedia of Politics*. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190228637.013.516>
- Perry, V. (2009). At Cross Purposes? Democratization and Peace Implementation Strategies in Bosnia and Herzegovina's Frozen Conflict. *Human Rights Review*, 10(1), 35–54. <https://doi.org/10.1007/s12142-008-0090-2>
- Pienkowski, J. (2020). *Reorientation of Romania's Moldova Policy*. The Polish Institute of International Affairs. https://pism.pl/publications/Reorientation_of_Romanias_Moldova_Policy
- Pop, A., & et al. (2005). *Romania and the Republic of Moldova—Between the European Neighbourhood and the prospects of EU enlargement*. European Institute of Romania. https://www.researchgate.net/publication/282246902_Romania_and_the_Republic_of_Moldova_-_between_the_European_Neighbourhood_Policy_and_the_prospects_of_EU_enlargement
- Popescu, N. (2005). The EU in Moldova—Settling conflicts in the neighbourhood. *EuroJournal.Org - Journal of Foreign Policy of Moldova*, 12. <https://www.ceeol.com/search/article-detail?id=166168>

- Popescu, N. (2006). The EU and Transnistria. *UNISCI DISCUSSION PAPERS, Centre for European Policy Studies (CEPS), Brussels*, 8.
- Popescu, N., & Litra, L. (2012). Transnistria: A Bottom-up Solution. *European Council on Foreign Relations*, 63, 15.
- Protsyk, O. (2005). Federalism and Democracy in Moldova. *Post-Soviet Affairs*, 21(1), 72–90. <https://doi.org/10.2747/1060-586X.21.1.72>
- RadioFreeEurope. (2013). *Transdnister: More Than Just Lenin Statues*. RadioFreeEurope/RadioLiberty. <https://www.rferl.org/a/transdnister-tourism-lenin/25130341.html>
- Rastoltsev, S. (2017). *The resolution of protracted conflicts in the post-Soviet space: Implications for Russia-US cooperation*. Russia, the U.S and the World: a Next Generation Policy Conference, New York. https://harriman.columbia.edu/files/harriman/content/Rastoltsev_The%20resolution%20of%20protracted%20conflicts%20in%20the%20post-Soviet%20space.pdf
- Reis, P. B. (2020). Candidata pró-União Europeia vence presidenciais na Moldávia. *Público*.
- Rodkiewicz, W., & et al. (2011). *Transnistrian Conflict after 20 Years: A Report by an International Expert Group* (pp. 1–24). OSW Centre for Eastern Studies. <https://www.ceeol.com/search/gray-literature-detail?id=625019>
- Rogstad, A. (2016). The Next Crimea?: Getting Russia's Transnistria Policy Right. *Problems of Post-Communism*, 65(1), 49–64. <https://doi.org/10.1080/10758216.2016.1237855>
- Rojansky, M. (2011). PROSPECTS FOR UNFREEZING MOLDOVA'S FROZEN CONFLICT IN TRANSNISTRIA. *Carnegie Endowment for International Peace*.
- Roper, S. (2004). Federalization and Constitution-Making as an Instrument of Conflict Resolution. *Demokratizatsiya: The Journal of Post-Soviet Democratization*, 12(4), 527–539. <https://doi.org/10.3200/DEMO.12.4.527-539>
- Rumer, E. (2017). *Moldova Between Russia and the West: A Delicate Balance*. Carnegie Endowment for International Peace. <https://carnegieendowment.org/2017/05/23/moldova-between-russia-and-west-delicate-balance-pub-70056>
- Sakwa, R. (2008). «New Cold War» or Twenty Years' Crisis? Russia and International Politics. *International Affairs (Royal Institute of International Affairs 1944-)*, 84(2), 241–267.
- Sanchez, W. A. (2009). The “Frozen” Southeast: How the Moldova-Transnistria Question has Become a European Geo-Security Issue. *The Journal of Slavic Military Studies*, 22(2), 153–176. <https://doi.org/10.1080/13518040902917917>

Secieru, S. (2016). Transnistria Zig-zagging towards a DCFTA. *The Polish Institute of International Affairs*, 145(No. 4), 7.

Shapovalova, N., & Boonstra, J. (2012). The European Union: From Ignorance to a Privileged Partnership with Moldova. Em M. Kosienkowski & W. Shreiber, *Moldova. Arena of International Influences* (Lexington Books).

Shoemaker, C. C., & Spanier, J. (1984). *Patron-client state relationships: Multilateral crises in the nuclear age*. Praeger.

Sholar, E. (2019, Setembro 11). «Год с небольшим». Когда Россия уничтожит боеприпасы в Приднестровье. И что еще обсуждали Попеску и Лавров. *NewsMaker*. <https://newsmaker.md/rus/novosti/god-s-nebolshim-kogda-rossija-unichtozhit-boepripasy-v-pridnestrove-i-chto-eshhe-obsuzhdali-popesku-i-lavrov/>

Silva, A. dos S. (2003). *A intervenção humanitária em três quase-estados africanos: Somália, Ruanda e Libéria*. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Sirbu, A. (2021, Março 2). *Transnistrian Issue* [Comunicação pessoal].

Smetana, M., & Ludvík, J. (2018). Between war and peace: A dynamic reconceptualization of “frozen conflicts”. *Asia Europe Journal*, 17(1), 1–14. <https://doi.org/10.1007/s10308-018-0521-x>

Snetkov, A. (2012). When the Internal and External Collide: A Social Constructivist Reading of Russia’s Security Policy. *Europe-Asia Studies*, 64(3), 521–542. <https://doi.org/10.1080/09668136.2012.661935>

Sousa Lara, A. de. (2017). *Ciência Política—Estudo da Ordem e da Subversão* (9ª edição). Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Sprague, A. (2016). Russian Meddling In Its Near Abroad: The Use of Frozen Conflicts as a Foreign Policy Tool. *Institut Barcelona d’Estudis Internacionals*.

Stent, A. (2019). *Putin’s World: Russia against the West and with the rest*. Twelve.
Tribunal Europeu dos Direitos Humanos. (2004). *Case of Ilascu and others v. Moldova and Russia* (no. 48787/99). <https://hudoc.echr.coe.int/eng#%7B%22appno%22%3A%5B%2248787%2F99%22%5D%2C%22itemid%22%3A%5B%22001-61886%22%5D%7D>

Tsygankov, A. P. (2014). Contested Identity and Foreign Policy: Interpreting Russia’s International Choices. *International Studies Perspectives*, 15(1), 19–35. <https://doi.org/10.1111/insp.12000>

Tzu, S. (1963). *A Arte da Guerra*. L&PM Editores.

União Europeia. (2019). *26th Meeting of the OSCE Ministerial Council, Bratislava*.

União Europeia. (2020). *Código de Redação Interinstitucional*. <https://publications.europa.eu/code/pt/pt-5000500.htm>

Vaduva, S., & Thomas, A. R. (Eds.). (2015). *Geopolitics, Development, and National Security: Romania and Moldova at the Crossroads*. Springer.

Vardanean, E. (2018). Moldova between Russia and the West: Internal Divisions behind the Commitment to European Integration. *Russie.NEI.Visions*, 110. <https://www.ifri.org/en/publications/notes-de-lifri/russieneivisions/moldova-between-russia-and-west-internal-divisions>

Walt, S. M. (1998). International Relations: One World, Many Theories. *Foreign Policy*, 110, 29–46. <https://doi.org/10.2307/1149275>

Waltz, K. (2001). *Man, the State and War*. Columbia University Press.

Waters, T. (2003). Security Concern in Post-Soviet Moldova: The Roots of Instability. Em R. Haynes, *Occasional Papers in Romanian Studies No.3: Moldova, Bessarabia, Transnistria*. School of Slavonic and East European Studies, University College London.

Wendt, A. (1992). Anarchy is what states make of it: The social construction of power politics. *International Organization*, 46(2), 391–425. <https://doi.org/10.1017/S0020818300027764>

Wendt, A. (1994). Collective Identity Formation and the International State. *The American Political Science Review*, 88(2), 384–396. <https://doi.org/10.2307/2944711>

Wendt, A. (1999). *Social theory of international politics*. Cambridge University Press.

Wolff, S. (2011). A resolvable frozen conflict? Designing a settlement for Transnistria. *Nationalities Papers*, 39(6), 863–870. <https://doi.org/10.1080/00905992.2011.617363>

Wolff, S. (2012). *The transnistrian issue: Moving beyond the status quo*. European Parliament's Committee on Foreign Affairs. <https://data.europa.eu/doi/10.2861/29774>

Wolfschwenger, J., & Saxinger, K. (2020). Federalism, National Identity and Overcoming Frozen Conflicts: Moldova's Experience. *Ethnopolitics*, 19(4), 356–368. <https://doi.org/10.1080/17449057.2020.1795472>

Zimmerly, K. E. (2009). *Georgia: Frozen Conflict and the Role of Displaced Persons* [Dissertação de mestrado, University of Denver]. <https://digitalcommons.du.edu/etd/737>